

# ESTUDO SOBRE O VALOR ECONÓMICO DA LIGAÇÃO ÀS REDES DA UNESCO EM PORTUGAL



United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization

Comissão Nacional da UNESCO - Portugal  
Portuguese National Commission for UNESCO

Sítios do Património Mundial,  
Reservas da Biosfera,  
Geoparques e Cátedras UNESCO



Dezembro de 2014

# FICHA TÉCNICA

## TÍTULO

ESTUDO SOBRE O VALOR ECONÓMICO DA LIGAÇÃO ÀS REDES DA UNESCO EM PORTUGAL

Sítios do Património Mundial, Reservas da Biosfera, Geoparques e Cátedras UNESCO

## EQUIPA TÉCNICA

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

[SUMÁRIO EXECUTIVO, CAPÍTULOS I, II, IV E V]:

João Rebelo (coordenação), Lina Lourenço-Gomes, Cristina Ribeiro

## COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO

[NOTA DE ENQUADRAMENTO E CAPÍTULO III]:

Rita Brasil de Brito (coordenação técnica), Clara Bertrand Cabral (Património Mundial), Elizabeth Silva (geoparques, reservas da biosfera, cátedras UNESCO, centros de categoria II), Anna Ormeche (centros e clubes UNESCO), Fátima Claudino (escolas associadas, bibliotecas associadas das redes da UNESCO).

Os autores dos respetivos capítulos são responsáveis pela seleção e apresentação dos dados contidos nos mesmos, bem como pelas opiniões expressas, que não são necessariamente as da Comissão Nacional da UNESCO e do Ministério dos Negócios Estrangeiros e em nada comprometem estes organismos.

## GRAFISMO E PAGINAÇÃO

Mediaminds

## IMPRESSÃO

500 exemplares

## DEPÓSITO LEGAL

391726/15

## ISBN

978-989-20-5522-0

## EDITOR

Comissão Nacional da UNESCO/  
Ministério dos Negócios Estrangeiros  
Largo das Necessidades  
1350-215 Lisboa  
+351 21 394 66 52  
[www.unescoportugal.mne.pt](http://www.unescoportugal.mne.pt)  
[cnu@mne.pt](mailto:cnu@mne.pt)

Primeira edição 2014

© Comissão Nacional da UNESCO /

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Esta publicação foi redigida ao abrigo do novo acordo ortográfico.

## NOTA DE ENQUADRAMENTO

A Comissão Nacional da UNESCO de Portugal (CNU), à semelhança de Comissões Nacionais de outros países<sup>1</sup>, com o apoio da Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO e seguindo uma prática reconhecida pela UNESCO, pretendeu, com o presente trabalho, levar a cabo um estudo sobre o valor económico que resulta da ligação às redes da UNESCO.

Não descurando os propósitos da referida Organização Internacional e o seu contributo para a manutenção da paz e da segurança, através da cooperação internacional nas áreas da educação, da ciência, da cultura e da comunicação, nem desvalorizando os valores imateriais da pertença às redes da UNESCO, o objetivo deste estudo foi o de procurar quantificar pela primeira vez, em termos de custos e benefícios, o valor económico da ligação às redes dos sítios do Património Mundial, dos geoparques, das reservas da biosfera e das cátedras UNESCO em Portugal.

No trabalho que se segue, depois de uma parte introdutória (Capítulo I) e de outra de natureza teórica (Capítulo II), no Capítulo III fazemos uma breve mas, esperamos que apelativa, apresentação das redes da UNESCO em Portugal. Procurámos, de forma sintética e ilustrativa informar o leitor sobre o que faz a Comissão Nacional da UNESCO, o que são os sítios do Património Mundial, as reservas da biosfera, os geoparques, as cátedras da UNESCO, as escolas associadas, os clubes e centros UNESCO, enfim, todas as entidades que pertencem a esta alargada família que concretiza, no dia-a-dia, os princípios e objetivos desta organização internacional.

No Capítulo IV é feita uma análise económica dos custos e benefícios da ligação às redes da UNESCO, onde são abordados, entre outros, aspetos como a duração e os custos dos processos de candidatura às diversas classificações, os custos da manutenção da chancela UNESCO, a natureza das fontes de receita (governamentais, privadas ou externas) e ensaiada uma primeira análise do impacto económico indireto (medido através do número de visitantes, de restaurantes, do tempo médio da permanência no local e do emprego) da ligação às redes da UNESCO.

Finalmente, no Capítulo V são apresentadas as conclusões, de que se destaca a existência de um efeito positivo decorrente da chancela UNESCO e que as classificações UNESCO propulsionam benefícios para a região envolvente.

Este estudo<sup>2</sup> pretende ser um primeiro passo que permita de uma forma quantificada conhecer melhor as potencialidades e/ou dificuldades que se apresentam a cada uma das classificações que integram as redes da UNESCO, bem como efetuar sugestões para eventuais melhorias. Neste sentido, deve sublinhar-se que os seus resultados devem ser apreciados e ponderados tendo em mente que se trata de um trabalho preliminar e exploratório, e que pesquisas futuras mais aprofundadas permitirão, certamente, obter uma perceção mais fina e detalhada do valor económico dos sítios e territórios UNESCO em Portugal.

As conclusões apresentadas resultam apenas da análise dos três questionários<sup>3</sup> remetidos aos

<sup>1</sup> O primeiro estudo desta natureza levado a cabo por uma Comissão Nacional da UNESCO foi o estudo "Wider value of UNESCO to the UK": <http://www.unesco.org.uk/uploads/Wider%20Value%20of%20UNESCO%20to%20UK%202012-13%20full%20report.pdf>

<sup>2</sup> Disponível online em [www.unescoportugal.mne.pt](http://www.unescoportugal.mne.pt).

<sup>3</sup> Neste estudo foram utilizados três questionários. Os questionários A e B foram adaptados do Estudo "Wider value of UNESCO to the UK". O questionário C foi elaborado pela equipa da UTAD.

gestores dos sítios do Património Mundial, dos geoparques e das reservas da biosfera existentes em Portugal, não tendo sido possível uma análise separada e diferenciada entre as diversas classificações. Esta circunstância levou a que os indicadores apresentados e a interpretação dos próprios questionários, face aos dados fornecidos, evidenciem uma dificuldade acrescida na interpretação da realidade, sobretudo no que respeita à gestão e impactos no desenvolvimento local, em particular no que toca ao desempenho de territórios com chancela UNESCO, como é o caso das reservas da biosfera e dos geoparques.

Estes, mais do que "bens", são territórios com estratégias, funções e objetivos muito diferenciados daqueles que caracterizam os bens classificados como Património Mundial e que, por essa razão, exigem questionários mais direcionados para esta realidade. Fundamenta-se esta observação nos resultados apresentados pela Associação Geoparque Arouca (Anexo 3 do estudo), bastante elucidativos da dimensão dos impactos económicos granjeados neste território.

Por outro lado, as conclusões deste estudo recomendam o incremento da aplicação de diferentes questionários junto dos diversos públicos (visitantes e habitantes), conforme se trate de sítios do Património Mundial ou territórios em análise. Estes devem ser construídos com base em indicadores que permitam uma melhor leitura do real valor económico da chancela UNESCO. Desta forma, será possível apurar quais as estratégias mais adequadas para implementar os planos de gestão e incentivar um verdadeiro desenvolvimento sustentável dos mesmos, com base em práticas exemplares e inovadoras, capazes de motivar e captar mais e melhores investimentos, tanto diretos como indiretos.

Por último, concluiu-se que seria também positiva a análise de outros trabalhos sobre bens e territórios com chancela UNESCO, bem como sobre as cátedras UNESCO, de forma a obter uma visão mais concreta das atividades realizadas e dos resultados obtidos neste contexto.

Assim, este estudo apresenta-se não como um fim mas essencialmente como o princípio de um novo conjunto de abordagens relacionadas com esta temática e realidade e deve ser entendido como um primeiro contributo que a Comissão Nacional da UNESCO oferece aos leitores, esperando cativar e interessar a comunidade científica e o grande público para trabalhos subsequentes, que aprofundem esta abordagem e a complementem com diferentes perspetivas e reflexões.

A concretização deste relatório só foi possível graças ao apoio da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), pelo que agradecemos ao seu Reitor, Prof. Doutor António Augusto Fontainhas Fernandes, o interesse e disponibilidade com que desde a primeira hora abraçou este projeto. Um agradecimento particular é devido ao Prof. Doutor João Rebelo, que aceitou ao repto de elaborar este estudo inovador num prazo bastante reduzido, com todas as dificuldades inerentes à escassez de dados existentes e ao facto de ser a primeira vez que se procurou efetuar uma análise nestes termos e com este propósito.

Uma palavra de especial de agradecimento é também devida aos gestores dos sítios do Património Mundial, dos geoparques e das reservas da biosfera de Portugal, bem como aos responsáveis pelas cátedras UNESCO. A sua prestimosa colaboração no preenchimento de questionários e no envio dos dados em que este trabalho se baseou foi essencial, pois sem eles o trabalho agora apresentado não poderia ter sido elaborado.

*Lisboa, dezembro de 2014*

***A Presidente da Comissão Nacional da UNESCO***  
***Ana Martinho***  
***Embaixadora***

## SUMÁRIO EXECUTIVO

*Os benefícios líquidos totais da ligação às redes da UNESCO (mensurados como o diferencial entre os benefícios e os custos totais acumulados desde a inclusão) são globalmente muito positivos.*

Este trabalho tem por objetivo uma análise do valor económico resultante da ligação às redes da UNESCO, em Portugal, dos sítios inscritos na Lista do Património Mundial, das reservas da biosfera, dos geoparques e das cátedras UNESCO.

A preservação e promoção do estatuto de bem cultural ou natural de interesse público mundial geram custos adicionais que as entidades gestoras são solicitadas a justificar através de benefícios. A quantificação dos benefícios é uma tarefa complexa, dado estarmos na presença de bens públicos e geradores de externalidades positivas.

Nos bens e serviços culturais e naturais o valor económico total é o resultante da soma dos valores de uso (direto e indireto) e de não uso, sendo este composto pelos valores de existência, de legado e de opção. Face a esta multiplicidade de benefícios, os métodos e técnicas de valoração económica repartem-se por métodos de: avaliação direta, de mercado ou de impacto económico direto; avaliação indireta ou de não mercado, recorrendo aos conceitos de preferência revelada ou de preferência expressa.

Neste trabalho, face ao objetivo estabelecido e deixando para futuras análises a determinação económica da componente de valor de não uso, recorre-se ao método de avaliação direta, que permite mensurar benefícios líquidos adicionais na atividade económica. Para o alcance deste desiderato, recorreu-se à administração de três questionários complementares, com os quais se pretendeu recolher informação que permitisse ter uma primeira aproximação ao valor económico dos diferentes grupos de bens com chancela UNESCO, em termos de custos, fontes de receita e impacto na atividade económica.

A análise efetuada à informação prestada pelas entidades gestoras confirma a existência de diferenças entre a tipologia das classificações com chancela UNESCO tanto ao nível dos custos como dos benefícios que, inevitavelmente, condicionam conclusões generalistas, sugerindo antes a apreciação dos quatro grupos: sítios do património mundial, reservas da biosfera, geoparques e cátedras.

Com uma maior antiguidade de afiliação à UNESCO, os sítios do património mundial destacam-se das demais classificações nos custos com a candidatura, com a manutenção da chancela UNESCO e na captação de fontes de receita.

A maior proporção de benefícios financeiros advém de fontes governamentais, com exceção

das reservas da biosfera, onde os benefícios externos são a principal fonte de receita. No seu conjunto e em termos relativos, as receitas próprias têm ainda um peso reduzido, indiciando que existe ainda um percurso a efetuar no sentido de captar fundos não estritamente públicos.

Os benefícios líquidos totais da ligação à rede da UNESCO (mensurados como o diferencial entre os benefícios e os custos totais acumulados desde a inclusão) são globalmente muito positivos.

Quanto ao impacto na atividade económica decorrente da chancela UNESCO verifica-se um efeito positivo na generalidade dos indicadores selecionados neste estudo, sendo de concluir que a ligação à UNESCO traz benefícios para a região envolvente.

Nas reservas da biosfera salienta-se o crescimento reportado quanto ao número de visitantes gerais e da comunidade escolar, de empregos criados, à despesa média por visitante e à oferta de restaurantes.

Os geoparques distinguem-se igualmente pela atratividade crescente de visitantes da comunidade escolar, apresentando também uma tendência positiva no que se refere ao número de visitantes, despesa média/visitante e tempo médio de estadia. Não obstante, a criação de emprego tem sido ténue.

Nos sítios do património mundial evidencia-se a dinâmica na oferta de infraestruturas hoteleiras, certamente para dar resposta ao crescente número de visitantes. Distintamente das reservas da biosfera e dos geoparques, nos sítios do património mundial tem-se assistido a um decréscimo de visitantes da comunidade escolar, o que é consistente com o decréscimo de alunos e com a maior diversificação da oferta de bens visitáveis. Apesar destas condicionantes, parece recomendável a inversão desta tendência no sentido de assegurar valor intergeracional do património.

A análise das respostas aos questionários permite inferir que não estão implementados sistemas de informação que permitam responder de forma expedita à procura de dados para trabalhos semelhantes a este estudo. As conclusões retiradas teriam qualidade superior se existisse mais e melhor informação sobre todos os indicadores. Nas classificações mais antigas, remontando à década de 80 do século passado, tornou-se particularmente difícil apurar custos com a referida classificação e de manutenção. Também nestes casos, o desfasamento temporal entre a situação pré e pós classificação, dificulta a extração dos efeitos "UNESCO" dos do próprio bem na atividade económica envolvente. Esta separação de efeitos só poderá ser atestada com a recolha de informação específica (como por exemplo, num inquérito regular a visitantes aferir se o facto do item ter a chancela UNESCO influencia ou não a visita, ou num estudo de disposição marginal a pagar, averiguar o diferencial de valor com e sem a classificação).

Neste contexto surge, como recomendação fundamental, a implementação de melhores sistemas de informação que permitam responder de forma fácil e expedita a questões do tipo das colocadas neste estudo e apoiem o processo de tomada de decisão pelos diferentes *stakeholders*. Este aspeto é mais relevante num cenário de minimização de intervenção do Estado na atividade económica e da conseqüente maior concorrência entre as várias políticas públicas em que as instituições são crescentemente solicitadas a fundamentar a sua atividade e o conseqüente financiamento público. Considerando que a maioria das classificações com chancela UNESCO produz externalidades que se difundem amplamente pela sociedade, este desiderato assume um caráter prioritário, sendo necessário isolar os efeitos na atividade económica da região envolvente da pertença à chancela UNESCO, dos demais resultantes de outras forças que atuam em simultâneo.

# I. INTRODUÇÃO

## 1.1. Enquadramento e objetivo do estudo

Em 2013, a Comissão Nacional da UNESCO do Reino Unido elaborou o estudo intitulado *Wider Value of UNESCO to the UK 2012-2013*, no qual apresentou informação sobre as entidades e organizações com ligação à UNESCO, com especial incidência nas classificações de património mundial, reservas da biosfera, geoparques e cátedras UNESCO, procurando estimar o valor financeiro decorrente desta ligação.

Esta foi considerada uma boa prática pela UNESCO incentivando as Comissões Nacionais dos restantes Estados membros a promoverem estudos com idênticos objetivos. Neste contexto, a Comissão Nacional da UNESCO (CNU) de Portugal, adotando uma perspetiva de *benchmarking*, decidiu efetuar um trabalho de análise como uma primeira aproximação ao valor económico da ligação às redes da UNESCO em Portugal.

Para este efeito a CNU remeteu, entre julho e outubro de 2014, três questionários (Anexo 1) aos respetivos gestores dos sítios do património mundial, reservas da biosfera, geoparques e cátedras UNESCO e a UTAD procedeu à sua análise e tratamento estatístico.

Assim, fruto desta parceria, entre a CNU e a UTAD<sup>4</sup> resultou o trabalho que agora se apresenta e cujo objetivo geral é efetuar uma análise exploratória ao valor económico da ligação às redes da UNESCO em Portugal, considerando os benefícios líquidos da afiliação e manutenção da chancela UNESCO, desde que as candidaturas foram aceites. Adicionalmente, e como consequência das limitações detetadas nas respostas aos questionários, resultam algumas recomendações para melhoria de futuras avaliações de impacto económico e mesmo dos processos de gestão dos bens culturais e naturais.

## 1.2 Metodologia

Tratando-se de um primeiro trabalho de recolha sistemática de informação sobre o valor da ligação às redes da UNESCO, surgiu a necessidade de, previamente, se estabelecer uma metodologia de trabalho para a definição do problema, recolha e análise de informação obtida.

No contexto da delimitação do problema, avançou-se com a revisão bibliográfica relativa à valoração económica de bens culturais, naturais e ambientais, daqui tendo resultado o apresentado no Capítulo II. No geral, esta revisão deixa antever que a ligação à rede da UNESCO gera valor e tem impacto económico relevante sobre a economia. No entanto, a valoração económica ou determinação monetária do valor da generalidade de bens patrimoniais, materiais e imateriais, culturais e/ou naturais, afigura-se como

um exercício complexo e de difícil execução, na medida em que estes exibem características de bens públicos e benefícios externos que se difundem pela sociedade, coexistindo fontes de valor de uso e de não uso. Neste sentido, com este ponto pretende-se que, de forma simples e sem recurso a formalização matemática, envolver o leitor na dinâmica inerente à valoração económica (determinação do valor em termos monetários) de bens ou amenidades (*amenities*)<sup>5</sup> sem mercado.

<sup>4</sup> São tarefa e responsabilidade da equipa da UTAD a definição da estrutura do trabalho, assim como todo o texto, à exceção do capítulo III e do Anexo 3, beneficiando, no entanto, dos comentários e sugestões efetuadas pela CNU.

<sup>5</sup> Termo frequentemente utilizado na literatura económica para expressar a especificidade desta tipologia de bens, entendidos como recursos, serviços ou benefícios.

A escolha do método de valoração económica depende, sobretudo, dos objetivos do trabalho, da informação, disponível e a recolher, e dos recursos (temporais, humanos e monetários) que se pretendam envolver. No caso presente, uma vez que se pretende determinar o benefício líquido e acréscimo de valor económico decorrente da chancela UNESCO, aplica-se o método do impacto económico direto a exemplo do procedimento adotado no trabalho "Wider value of UNESCO to the UK 2012-2013" da *United Kingdom National Commission for UNESCO*.

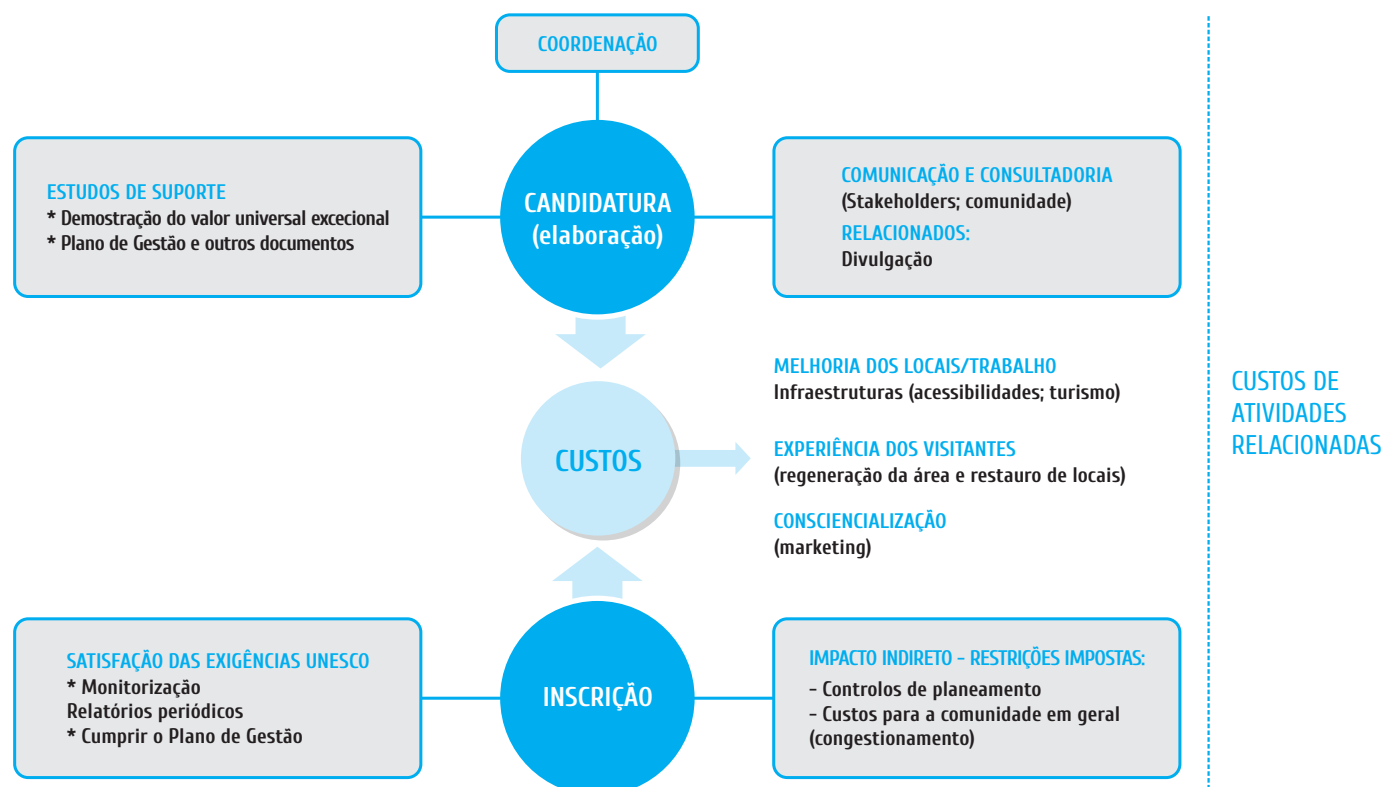
Posteriormente à identificação do método de valoração económica, no Capítulo III procede-se a uma breve apresentação das classificações UNESCO em Portugal (sítios, reservas da biosfera, geoparques e catedras).

O Capítulo IV envolve a apresentação, descrição e análise estatística da informação sobre custos, diretos e indiretos, e benefícios, incluindo os resultantes do

impacto noutras atividades. Genericamente, os custos resultantes, tanto da candidatura, como da afiliação e manutenção da chancela UNESCO são os expressos na Figura 1.1. Para se determinarem os custos suportados com a chancela UNESCO, o questionário A foi enviado às entidades gestoras das classificações acima-mencionadas, solicitando informação sobre os custos que acarreta estar afiliada à UNESCO.

Os benefícios resultantes da chancela traduzem-se, em primeiro lugar, em recursos financeiros de diversas fontes (públicas e privadas) captados pela entidade gestora do bem. Em segundo lugar, a classificação pode ser o núcleo central e dinamizador de investimento, direto e indireto, para regeneração do próprio bem e das áreas envolventes e suportado por fundos públicos e privados. O questionário B capta informação financeira que vai no sentido de preencher estes objetivos, ou seja, solicita uma análise das diversas fontes de financiamento para melhor compreender o

Figura 1.1: Visão global dos custos



Fonte: Adaptado de PricewaterhouseCoopers (2007)



benefício para Portugal das diferentes classificações com chancela UNESCO.

A integração na rede da UNESCO pode gerar um leque diversificado de benefícios que se expressam sobretudo nas atividades turísticas e de lazer. Manifestamente há uma forte ligação com o turismo, com os operadores turísticos a centrarem, cada vez mais, a valia do património na programação de circuitos e estadias (Guedes, 2014: 246-247). Este autor, tendo por base a análise de conteúdo de uma amostra de programas de oferta turística dos seis principais mercados emissores para Portugal, conclui que: as operações turísticas organizadas, que tenham como suporte a relação entre cultura e património, podem desempenhar a função de catalisadoras de práticas turísticas; existem padrões e estruturas programadas que têm, maioritariamente, uma natureza circular, mas que percorrem o território segundo um *nexus* sequencial que estabelece a ligação entre nodos a partir de portais que têm uma função estratégica na desobstrução de cinturas de natureza periférica ou de maior opacidade turística; o turismo pode reanimar cinturas e tecidos sociais e económicos, alguns em estado intermitente, e o território, de uma forma recíproca, podendo estabelecer uma relação de troca, assentindo a transformação do seu reduto endógeno e a sua dimensão cultural e patrimonial em ativo turístico com um valor de troca e económico.

Com o questionário C pretende-se captar informação que permita quantificar potenciais impactos noutras atividades económicas, em especial relacionadas com turismo e lazer, resultantes da chancela UNESCO.

Tendo por base a informação recolhida, através dos questionários, e o método de avaliação económica escolhido no Capítulo IV analisam-se os custos e os benefícios das classificações UNESCO em Portugal, principal objetivo deste trabalho.

O Capítulo V apresenta algumas conclusões finais e recomendações, com incidência especial na necessidade de implantar processos expeditos de recolha sistemática de informação que pode ser utilizada na monitorização e avaliação económica da respetiva classificação.

*A integração na rede da UNESCO pode gerar um leque diversificado de benefícios que se expressam sobretudo nas atividades turísticas e de lazer*

## II. VALORAÇÃO ECONÓMICA DE AMENIDADES CULTURAIS E NATURAIS

*As amenidades culturais e ambientais e, dentro destas, as que apresentam chancela UNESCO, têm vindo a assumir uma maior importância social e económica, sendo crescente a oferta e procura de ativos patrimoniais tangíveis e intangíveis.*

### 2.1 Problemática

O principal objetivo da inscrição na Lista do Património Mundial<sup>6</sup> é a salvaguarda e a preservação do património cultural e natural de valor universal excecional para as gerações vindouras. O desígnio da UNESCO é promover "*an appropriate equitable balance between conservation, sustainability and development*" (Budapest Declaration on World Heritage, 2002) dos destinos que albergam bens classificados.

Apesar da promoção de benefício económico não refletir a essência, as classificações com chancela UNESCO têm de ser financeiramente sustentáveis, no longo prazo, exigindo a classificação esforços adicionais na criação de novos serviços de apoio, infraestruturas de acesso, equipamentos complementares e comunicação, entre outros.

Em geral, nos documentos publicados pela UNESCO é assumido que, direta ou indiretamente, a inscrição na Lista tem impacto económico positivo, em especial, no turismo, sendo o impacto tanto mais elevado quanto mais ciente e envolvida estiver a comunidade local (residentes e empresas dos diversos setores) na relevância do bem para o desenvolvimento atual e futuro do território (Jimura, 2011). Especificamente, ao nível da procura, a inscrição numa lista internacional funciona como um sinal de informação e consequentemente polo de atração turística (Mignosa, 2001). A este respeito, Klammer (2003: 11) refere que: "*Get a cultural good listed on the UNESCO World Heritage List, and people will value that good more*".

O processo de candidatura e seleção pode ser moroso e envolver relevantes recursos humanos e financeiros, devendo os promotores da candidatura planear e implementar uma estratégia de desenvolvimento local, baseada na preservação e valorização da amenidade e no envolvimento da comunidade local. É neste contexto que, no ato da candidatura a

<sup>6</sup> A classificação é genericamente assumida como uma excelente contribuição para preservar e salvaguardar monumentos, sítios, paisagens e territórios. No entanto, como referem Frey e Steiner (2011) concomitantemente a efeitos positivos (por exemplo, atenção pública generalizada, interesse dos decisores políticos, dos mecenas e das empresas) podem surgir efeitos negativos, nomeadamente a atração de vagas excessivas de turistas que contribuem para a destruição do bem, e o efeito substituição negativo, isto é, o desvio de fundos da preservação de outros bens para os localizados na Lista que estão sob maior escrutínio público.

<sup>7</sup> Nas catedras é também exigido um "caderno de encargos" que suporta as atividades mencionadas na candidatura.

<sup>8</sup> Por um lado, mais tipologias vão sendo passíveis de classificação (extensão tipológica) e, por outro, à medida que o tempo passa, mais bens adquirem o valor histórico, representando património para as gerações futuras (Benhamou, 1996). No caso dos geoparques trata-se do tempo geológico.

<sup>9</sup> No caso português, esta exigência é acentuada devido às restrições económicas e financeiras com que o país se defronta, com as entidades gestoras dos bens patrimoniais a sentirem a necessidade de potenciarem e implementarem estratégias conducentes ao aumento da produtividade, da competitividade e do bem-estar social.

<sup>10</sup> No caso específico do património cultural, a generalidade dos autores compreende-o como ativo que satisfaz características de bem público (e.g. Peacock, 1994; Mosseto, 1994; Benhamou, 1996, 1997; Hutter, 1997; Noonan, 2002).

património mundial, se insere a obrigatoriedade de apresentação do Plano de Gestão<sup>7</sup> do bem ou sítio.

À medida que aumenta o número de bens de património cultural e natural classificado, um processo a que Benhamou (1996) atribui à extensão tipológica e à adição histórica<sup>8</sup>, a necessidade de recursos financeiros para a salvaguarda, preservação e promoção também cresce. Esta questão ganha ainda mais importância para bens de posse e gestão pública, cujos custos de investimento e de exploração são sobretudo financiados com recursos públicos, tornando-se premente a determinação e quantificação dos benefícios, públicos e privados, que lhe estão associados<sup>9</sup>.

A determinação do valor económico do património, inscrito na lista da UNESCO ou não, implica a quantificação monetária de custos e benefícios. Se a determinação dos primeiros não apresenta sérias dificuldades no seu cálculo, o mesmo não sucede com os benefícios, consequência da característica de bens públicos que normalmente este tipo de bens exhibe<sup>10</sup> (não rivalidade no consumo e não exclusão nos benefícios) e dos efeitos de *spillover* (externalidades positivas) gerados. A *não rivalidade no consumo* significa que uma vez que o bem está a ser fornecido (por exemplo sob a forma de preservação) e consumido por um grupo de indivíduos, há a possibilidade de mais consumidores consumirem o bem a um custo marginal nulo. Ou seja, exceto em situações de congestionamento, os custos adicionais de preservação não aumentam com o consumidor adicional. A *não exclusão nos benefícios* implica que ninguém pode ser impedido de desfrutar dos benefícios da provisão do bem, mesmo que a sua contribuição tenha sido nula. Neste sentido, o bem

torna-se acessível a todos, como é, por exemplo, o caso de uma paisagem cultural e/ou natural preservada em que a restrição de acesso é praticamente impossível ou, mesmo, das qualidades arquitetónicas das fachadas de um edifício expostas ao público, mesmo que de propriedade privada.

Quanto aos efeitos de *spillover*, distinguem-se externalidades na produção de externalidades no consumo. As primeiras referem-se a efeitos positivos decorrentes do produto património (e uso) nos agentes económicos sem intervenção na sua provisão, como por exemplo ao nível do turismo, regeneração patrimonial, criação de emprego e desenvolvimento regional (Koboldt, 1997). Há autores que referem igualmente a atração de outras atividades, como a reconstrução urbana, bem como o desenvolvimento da autoestima da população residente, com todos os benefícios que daí decorrem (e.g. Mossetto, 1992). No entanto, Koboldt (1997) alerta para a necessidade de se isolarem os rendimentos adicionais que advêm do estatuto do património relativamente a outros recursos que eventualmente afetam o turismo. As externalidades no consumo refletem os benefícios decorrentes da existência ou uso do bem para a sociedade como um todo, como o fortalecimento de identidade nacional, de educação, efeitos positivos do acréscimo de investigação sobre o bem em causa (para a inscrição e manutenção).

## 2.2 Valor económico. Valores de uso e não uso

O valor económico de amenidades culturais e naturais sem mercado é definido pelas componentes de valor de uso e não uso. O primeiro compreende os benefícios (diretos e indiretos) relacionados com o uso do bem,

*Em geral, nos documentos publicados pela UNESCO é assumido que, direta ou indiretamente, a inscrição na Lista do Património Mundial tem impacto económico positivo, em especial, no turismo, sendo o impacto tanto mais elevado quanto mais ciente e envolvida estiver a comunidade local (residentes e empresas dos diversos setores) na relevância do bem para o desenvolvimento atual e futuro do território.*

como os que usufruem os visitantes de um local património cultural ou de uma reserva natural<sup>11</sup>, enquanto o segundo exprime os benefícios decorrentes da sua simples provisão ou disponibilidade que se difundem pela população em geral, não envolvendo qualquer tipo de uso (Throsby, 2001). O valor de uso exprime-se de forma intrínseca ou experimental, enquanto o de não uso surge na forma de valor de existência, de opção e de legado. Especificamente enquadram-se, nestes últimos, a utilidade ou satisfação que advém do facto de se saber que o bem ou amenidade existe, mesmo sem intenção de usufruir diretamente (valor de existência), de garantir o seu acesso num momento posterior (valor de opção) ou de se manter a possibilidade das gerações futuras terem acesso aos mesmos recursos da geração atual, no sentido de equidade e transferência intergeracional (valor de legado), ou seja, numa perspetiva de um desenvolvimento sustentável.

## 2.3 Custos

A determinação do valor económico líquido implica conhecer os custos associados às classificações UNESCO. No essencial, existem duas categoriais de custos: os relacionados com a candidatura<sup>12</sup> (estudos de preparação e demonstração do valor universal e excecional; de coordenação e comunicação) e os resultantes da manutenção da chancela. Esta implica custos diretos, alguns de natureza plurianual, relacionados com a satisfação das exigências impostas pela UNESCO ou pelos planos de gestão, como é no caso das reservas da biosfera e dos geoparques, e custos indiretos que advêm, essencialmente, das restrições à liberdade individual de uso e cujo cálculo é complexo, pois implica o recurso ao conceito de custo de oportunidade.

## 2.4 Métodos e técnicas de valoração económica

Distintamente dos bens privados, nos bens públicos nem sempre existe uma clara correspondência entre aqueles que beneficiam e os que pagam pelo bem. Não sendo possível excluir alguém que não pague pelo seu consumo, o mecanismo de mercado baseado

no sistema de preços falha em apresentar uma alocação ótima de recursos ou uma solução eficiente. Adicionalmente, os efeitos de *spillover* (custos e benefícios sobre outrem), ao afetarem agentes económicos (consumidores e produtores) não diretamente envolvidos, são externos ao mercado da amenidade em questão. Neste sentido, há uma parte considerável de valor da mesma (valor de não uso e externalidades) que o mercado não capta. As técnicas de valoração de não mercado procuram colmatar as falhas explicitadas, ao obter informação sobre preferências e valor que o mercado não observa.

Apesar da natureza pública da maioria dos bens culturais e naturais, a valoração segue os mesmos princípios dos bens privados, recorrendo aos conceitos da teoria microeconómica do consumidor. Genericamente, o valor económico do bem pode ser calculado por métodos de: (a) avaliação direta, de mercado, ou de impacto económico direto; (b) avaliação indireta ou de não mercado, por meio de métodos de preferência revelada (*revealed-preference*) ou da preferência expressa (*stated-preference*).

### Impacto económico direto

Este método assume que o investimento num projeto patrimonial e territorial gera benefícios económicos tangíveis, diretos e indiretos, e basicamente procura quantificar o diferencial financeiro entre a situação com projeto/evento /classificação versus situação base ou sem projeto. Os estudos de impacto económico mensuram, de forma adequada, os acréscimos líquidos de curto prazo na atividade económica (Seaman, 2003).

Para a quantificação dos benefícios líquidos são considerados os custos de investimento e de exploração e os proveitos diretamente associados ao projeto. Adicionalmente, os efeitos indiretos, isto é, os resultantes de outras atividades, são calculados através da aplicação de multiplicadores ou mesmo pela avaliação económica direta do incremento de atividades correlacionadas. Este tipo de análise proporciona uma avaliação útil dos valores de uso diretos e de efeitos indiretos.

O impacto económico total da inscrição numa lista internacional depende, em grande medida, do nível de "clusterização" ou rede das diversas atividades que existem ou que vão ser criadas no local, especialmente das ligadas ao turismo, incluindo centros de informação e educação, centros de visitas turísticas, unidades de alojamento e de restauração, lojas de vendas de produtos locais e de souvenirs, empresas ligadas à oferta de transporte, de viagens e de outras atrações locais. A sustentabilidade e o sucesso económico de muitas destas atividades dependem do alcance de uma escala mínima, isto é, de um certo nível de procura capaz de sustentar a oferta, o que se interliga com a forma como os agentes económicos lidam com a sazonalidade presente nas atividades turísticas. Em certos casos, a viabilidade económica e financeira implica a adoção de estratégias conducentes ao alcance de economias de escala (por exemplo, através de redes de cooperação) e de gama (por exemplo, oferta de cabazes de produtos e serviços).

Em termos empíricos, na utilização deste método adota-se uma perspetiva contabilístico-financeira em que se comparam os custos e os benefícios direta e indiretamente associados ao projeto e, em relação ao impacto indireto, quantifica-se, numa primeira fase, o número adicional de turistas, o tempo de permanência, o gasto médio, assim como a evolução das infraestruturas de oferta nas várias atividades. Numa segunda fase, para determinação do impacto económico total, aplicam-se multiplicadores, por exemplo, a despesas dos turistas (Eusébio, 2006).

Este método é de fácil aplicação e proporciona resultados tanto mais robustos quanto mais fidedignas forem as fontes de informação, pelo que é fundamental colocar no terreno um sistema persistente e eficaz de recolha de dados, capaz de dar resposta ao sistema de avaliação e monitorização que se pretenda desenvolver.

Esta metodologia exhibe limitações relacionadas com a captação de apenas parte do valor de uso, não considerar o valor de não uso e com a dificuldade de determinação do valor do multiplicador de impacto económico. Neste sentido, é reconhecidamente aceite

como uma análise parcial do problema (Snowball, 2008). Face a estas debilidades surgiram métodos de avaliação indireta ou de não mercado<sup>13</sup> (e.g. Mitchell e Carson, 1989) e que podem ser classificados em dois grupos (Navrud e Ready, 2002): preferência revelada e preferência expressa.

### **Métodos de preferência revelada**

Os métodos da preferência revelada consistem na determinação do valor ou "preço de mercado" a partir da observação direta ou "revelada" do comportamento do consumidor. Neste método destacam-se a técnica dos preços hedónicos, do valor de transferência e o custo de viagem.

A **técnica dos preços hedónicos** recorre a bens complementares ou relacionados com o ativo patrimonial, para determinar o valor deste último. Por exemplo, o acréscimo de valor de ativos imobiliários localizados na vizinhança do bem classificado pode fornecer um julgamento do seu valor económico. Este método é adequado para captar acréscimos de longo prazo na produção e desenvolvimento económico gerados pelo projeto em questão (Seaman, 2003).

De forma semelhante aos preços hedónicos, o **valor de transferência** recorre, também, a valores comparativos, mas sem a obrigatoriedade de considerar bens próximos, podendo inferir valores a partir de meta avaliações ou de bens semelhantes em qualquer outro local. Por exemplo, neste método recorre-se com frequência à avaliação do "valor equivalente de publicidade" nos *media*.

**No método do custo de viagem** quantifica-se o valor

<sup>11</sup> A respeito de uma potencial melhoria na qualidade da água, Mitchell e Carson (1989) identificam como benefícios de uso direto os que surgem de atividades de recreação e comerciais, como a pesca e navegabilidade, que podem ocorrer na água ou que podem surgir de atividades próximas (municípios, agricultura e indústria/comércio). Como benefícios de uso indireto, consideram os efeitos da qualidade em atividades próximas, como os relacionados com o ecossistema (apoio geral, como a cadeia alimentar ou apoio à recreação) e os estéticos (promoção das atividades de recreação relacionadas, como picnics, fotografia, observação...).

<sup>12</sup> Em termos de análise económica, trata-se de custos afundados (*sunk costs*), no sentido que uma vez despendidos não devem ser mais considerados na tomada de decisão.

<sup>13</sup> Estes métodos têm especial aplicação a um bem/amenidade ou programa específico e implicam, em geral, a recolha de informação por inquérito e o tratamento analítico através de métodos e técnicas econométricas com alguma complexidade.

do ativo patrimonial através de uma variável quantificadora das despesas de viagem. A designação resulta do facto dos bens culturais e naturais serem geralmente providos a baixo preço, sendo a visita/consumo influenciada pelo custo (direto e de oportunidade) associado à viagem. O valor económico do bem é expresso pelo valor do excedente do consumidor, que é determinado a partir da curva da procura estimada.

Os métodos da preferência revelada não incluem, no cálculo, o valor de não uso, fraqueza que tem sido resolvida pelos métodos da preferência expressa.

### *Métodos da preferência expressa*

Os métodos da preferência expressa obtêm informação sobre as preferências dos consumidores criando mercados/cenários hipotéticos, de modo a imitar as transações num mercado real. A informação é obtida por meio da administração de inquéritos, requerendo elevado esforço financeiro e logístico. Incluem-se nesta tipologia o método da valoração condicional ou contingente (*contingent valuation*) e a família de técnicas de escolhas contingentes<sup>14</sup> (*choice modelling*), de entre as quais se destaca a técnica de escolhas discretas.

O **método da valoração contingente**, de forma mais ou menos direta, permite obter informação sobre a disposição máxima a pagar (mínima a aceitar) para assegurar (prescindir de) uma mudança hipotética na disponibilidade de uma amenidade de não mercado. Por exemplo, usando o formato de licitação na forma aberta, a questão de valoração é do tipo: "qual o montante máximo que estaria disposto a pagar por um acréscimo no nível de qualidade do bem x". Usando o formato referendo (pergunta dicotómica), o inquirido é solicitado a indicar se está disposto a pagar, ou não, um montante monetário específico para ter acesso à amenidade ou proposta apresentada. Neste caso, obtêm-se informação das respostas sim/não para os montantes monetários (vetores de preços) apresentados a cada inquirido.

Esta metodologia, amplamente utilizada na esfera do ambiente e, posteriormente transposta para a área cultural, é adequada quando o objetivo é a valoração

de um projeto como um todo. Não obstante, muitas vezes esta dimensão total não se endereça, nomeadamente na valoração de bens compostos por vários atributos ou características (bens multiatributo, como é o caso de um item de património cultural ou geológico).

A **técnica de escolhas discretas** permite ultrapassar esta questão, assentando no pressuposto de que um bem produz utilidade a partir dos seus atributos, à luz do trabalho pioneiro de Lancaster (1966). Neste sentido, a técnica de escolhas discretas (*discrete choice experiments*), inserida na família escolhas contingentes, obtêm informação sobre preferências e valor através das escolhas feitas por inquiridos entre várias alternativas apresentadas em conjuntos de escolha. Cada alternativa representa um programa/projeto e é concebida através da combinação dos atributos considerados relevantes para o bem e respetivos níveis (como por exemplo, presença ou ausência do atributo). Cada inquirido é solicitado a escolher o seu programa/projeto preferido sequencialmente em vários conjuntos.

## *2.5 Conclusão*

As amenidades culturais e ambientais e, dentro destas, as que apresentam chancela UNESCO, têm vindo a assumir uma crescente importância social e económica, sendo crescente a oferta e procura de ativos patrimoniais tangíveis e intangíveis. A importância da valoração económica das classificações UNESCO tem aumentado devido às alterações na envolvente externa (importância dos bens culturais e naturais também como destinos turísticos) e à própria concorrência na captação de recursos financeiros públicos e privados.

Relativamente à condicionante externa, os destinos culturais e naturais têm sido alvo de uma crescente procura, exacerbando a necessidade de conservação e difusão do bem (Montemagno, 2002). Esta evolução originou que a tradicional perspetiva orientada para a oferta tenha dado lugar à compreensão da procura, com adoção de estratégias de preservação e de *marketing* tendentes à manutenção de visitantes e captação de novos públicos.



Por outro lado, as instituições ligadas às amenidades culturais e ambientais rivalizam com outras instituições fornecedoras de bens públicos na captação de recursos financeiros, em especial públicos e de mecenato. Neste sentido, as entidades gestoras sentem necessidade de justificar a afetação de recursos e o financiamento com base nos benefícios públicos gerados, pelo que a determinação do valor económico apresenta-se, cada vez mais, como variável relevante na tomada de decisões de preservar, conservar e promover as classificações com chancela UNESCO.

Pelo facto da maioria dos bens classificados exibirem características de bens públicos e efeitos de *spillover*, em que coexiste valor de uso e valor de não uso, a valoração económica é um exercício complexo e de difícil execução. Tomando como base conceitos da teoria microeconómica do consumidor e técnicas e métodos extraídos da Estatística e da Econometria, têm vindo a ser desenvolvidos procedimentos de valoração com crescente complexidade analítica, ainda que na sua génese esteja sempre o princípio económico do custo-benefício.

A escolha do método de valoração económica a aplicar depende, sobretudo, dos objetivos do trabalho, da informação, disponível e a recolher, e dos recursos (temporais, humanos e financeiros) que se pretendam envolver. No caso do presente trabalho, uma vez que se pretende uma primeira aproximação dos benefícios líquidos totais resultantes das classificações com a chancela UNESCO, é recomendável a aplicação do método do "impacto económico direto".

<sup>14</sup> Inclui as seguintes técnicas que diferem em termos de tarefa de escolha (Bateman et al., 2002): ordenação contingente (*contingent ranking*), pontuação contingente (*contingent rating*), comparações emparelhadas (*paired comparisons*) e escolha discreta (*discrete choice experiments*). Na ordenação contingente é solicitado aos inquiridos a ordenação de um conjunto de alternativas de acordo com as suas preferências. Na pontuação contingente, o inquirido pontua, numa escala numérica, alternativas que lhe são apresentadas individualmente, não envolvendo uma comparação direta de alternativas. Nas comparações emparelhadas, o inquirido escolhe a alternativa preferida de duas que lhe são apresentadas, expressando a força da superioridade da escolha, através de uma escala.

### III. AS REDES DA UNESCO EM PORTUGAL

*A UNESCO trabalha na criação de condições para o diálogo entre civilizações, culturas e povos, baseado no respeito por valores comuns partilhados e orientados para o desenvolvimento sustentável, uma cultura de paz, o respeito pelos direitos humanos e a diminuição da pobreza.*

<sup>15</sup> Artigo I. da Convenção que cria uma Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

<sup>16</sup> Portugal aderiu inicialmente à UNESCO em 1965, tendo-se retirado em 1972. Posteriormente, veio a aderir em 1974.

#### 3.1 A UNESCO e a Comissão Nacional da UNESCO em Portugal

A UNESCO ou Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (*United Nations Education, Science and Cultural Organization*) é uma agência especializada do sistema das Nações Unidas que tem por finalidade contribuir para a manutenção da paz e da segurança mediante o incremento, através da educação, da ciência e da cultura, da colaboração entre nações, a fim de assegurar o respeito universal pela justiça, pela lei, pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais que a Carta das Nações Unidas reconhece a todos os povos do Mundo, sem distinção de raça, de sexo, de língua ou de religião<sup>15</sup>.

A UNESCO foi fundada após a II Guerra Mundial, através da adoção na Conferência de Londres, em 16

Figura 3.1: A sede da UNESCO em Paris





de novembro de 1945, do seu Ato Constitutivo, o qual entrou em vigor a 4 de novembro de 1946, após a ratificação por 20 Estados signatários.

Atualmente, fazem parte da UNESCO 195 Estados e 9 associados. Portugal pertence a esta organização internacional desde 11 de setembro de 1974<sup>16</sup>.

A UNESCO trabalha na criação de condições para o diálogo entre civilizações, culturas e povos, baseado no respeito por valores comuns partilhados e orientados para o desenvolvimento sustentável, uma cultura de paz, o respeito pelos direitos humanos e a diminuição da pobreza.

As áreas de atividade da UNESCO são a educação, as ciências naturais, as ciências humanas e sociais, a cultura, a comunicação e informação. Os seus objetivos incluem: alcançar uma educação de qualidade para todos; promover a investigação das ciências naturais e sociais através de programas científicos internacionais e intergovernamentais que contribuam para um desenvolvimento

sustentável; apoiar a expressão de identidades culturais; proteger e valorizar a herança natural e cultural do Mundo, bem como a diversidade cultural; promover o diálogo intercultural e uma cultura de paz; apoiar a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. A Organização tem duas prioridades globais: África e a igualdade de género (Nações Unidas 2014).

Uma das especificidades da UNESCO relativamente às outras agências da família das Nações Unidas é a sua abrangente rede de 198 Comissões Nacionais. No Artigo VII do Ato Constitutivo da UNESCO prevê-se a constituição de Comissões Nacionais que devem servir como órgãos de consulta dos Governos dos Estados Membros nas matérias relativas à Organização e como agentes de ligação em todas as matérias de interesse.

Assim, é uma obrigação constitucional de cada Estado Membro criar uma Comissão Nacional cujo objetivo principal deve ser o de envolver os vários ministérios, agências, instituições, universidades, organizações não-

Figura 3.2: As áreas de atividade da UNESCO



governamentais e indivíduos no trabalho da UNESCO e de servir de agentes de ligação com a Organização.

Estabelecidas pelos Governos dos Estados Membros, que são os responsáveis pela concretização dos objetivos da UNESCO, as Comissões Nacionais devem servir como "pontos de encontro" e como "pontes de ligação" entre as autoridades nacionais e um vasto leque de organismos nacionais (UNESCO 2009).

Em Portugal, a Comissão Nacional da UNESCO (CNU) foi constituída em 1979 e atualmente encontra-se regulada pelo Decreto-Regulamentar n.º 16/2012, de 30 de janeiro, alterado pelo Decreto-Regulamentar n.º 1/2013, de 14 de março de 2013.

A CNU é uma estrutura do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) (artigo 1.º) que tem por missão prosseguir os fins previstos no Ato Constitutivo da UNESCO (artigo 2.º), tendo por órgãos: o Presidente, que é por inerência o Secretário-Geral do MNE, o Secretário Executivo e o Conselho Consultivo (artigo 3.º).

Tal como recomendado, o Conselho Consultivo da UNESCO tem uma composição alargada, que compreende, para além da própria CNU e do Representante Permanente de Portugal junto da UNESCO, seis membros designados pelo Governo, em representação das áreas do ambiente, da ciência, da comunicação social, da cultura, da educação e do desporto; dois representantes das Regiões Autónomas, um dos Açores e outro da Madeira; um representante da Associação Nacional de Municípios; três docentes do ensino superior; dois membros designados pela Associação de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo; três membros de entre representantes de instituições nacionais, fundações, associações ou academias de caráter educativo, cultural e científico que prossigam atividades a nível nacional no âmbito da UNESCO; cinco membros de entre representantes de organizações não governamentais legalmente estatuídas com estatuto consultivo junto da UNESCO (artigo 6.º).

A CNU desenvolve um vasto leque de atividades nas

<sup>17</sup> Para mais informações sobre as atividades da Comissão Nacional da UNESCO, sugere-se a consulta do site <http://www.unescoportugal.mne.pt>, onde se encontra, nomeadamente, o seu plano e relatório de atividades.

<sup>18</sup> Algumas destas redes são internacionais, comuns aos Estados membros da UNESCO, outras são redes mais ou menos informais, constituídas por iniciativa ou em paralelo com a Comissão Nacional da UNESCO.

*A Comissão Nacional da UNESCO desenvolve um vasto leque de atividades nas diferentes áreas do mandato da UNESCO, entre as quais o apoio técnico à apresentação de candidaturas à Lista do Património Mundial e às Listas do Património Imaterial no âmbito das Convenções ratificadas por Portugal, bem como aos programas Geoparques, Reservas da Biosfera, Cátedras e Cidades Criativas; a coordenação de grupos de trabalho e comités nacionais; a dinamização de atividades em prol do desenvolvimento sustentável; a coordenação das Redes de Centros e Clubes de Escolas Associadas e de Bibliotecas Associadas; o lançamento de concursos; a elaboração de materiais pedagógicos e de divulgação; a promoção da literacia mediática e a defesa dos Direitos Humanos.*

diferentes áreas do mandato da UNESCO. De um modo não exaustivo, refira-se, na área da Cultura, o seu papel na coordenação de grupos de trabalho interministeriais e no apoio técnico à apresentação de candidaturas no âmbito das Convenções da UNESCO para a proteção e salvaguarda do património cultural, natural e imaterial e às Cidades Criativas; na área da Ciência, o seu papel na coordenação de grupos de trabalho e comités nacionais de programas científicos da UNESCO e do Fórum Português de Geoparques, bem como a dinamização de atividades em prol do desenvolvimento sustentável; na área de Educação, a coordenação da rede de bibliotecas e escolas associadas da UNESCO, incluindo o lançamento de concursos escolares e a elaboração de materiais pedagógicos e educativos; na área da Comunicação, a promoção de atividades no âmbito do grupo de trabalho para a literacia mediática e o lançamento anual de um prémio de jornalismo, em temas que relevem para os Direitos Humanos<sup>17</sup>.

Comum a todas as áreas é a importância dada à elaboração de materiais de divulgação, como brochuras,

folhetos, exposições, bem como a divulgação de informação no site da UNESCO e nas redes sociais que permitam levar a muitos as mensagens da UNESCO.

Para além destas, muitas outras atividades são desenvolvidas pela CNU, com destaque para o seu papel dinamizador das diferentes redes<sup>18</sup> ligadas à UNESCO existentes em Portugal.

De seguida, passamos a uma breve descrição de todas essas redes, sendo dado especial destaque, por ser esse o objeto deste estudo, às redes dos Sítios do Património Mundial de Portugal, das Reservas da Biosfera, dos Geoparques e das Cátedras UNESCO.

No entanto, serão também afluídas brevemente as redes das escolas associadas da UNESCO, dos centros e clubes UNESCO, das bibliotecas UNESCO e dos Centros de Categoria 2 por serem consideradas meios privilegiados pela UNESCO na concretização da sua missão.

Figura 3.3: Sítios, territórios e redes da UNESCO em Portugal

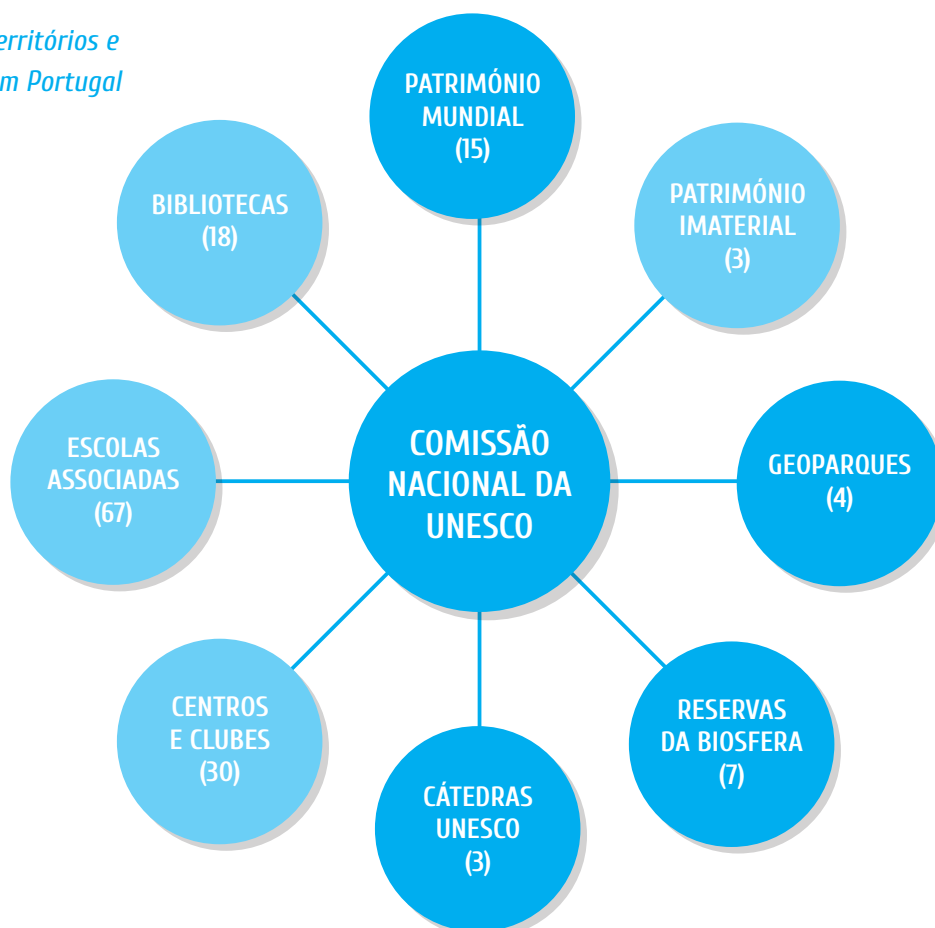
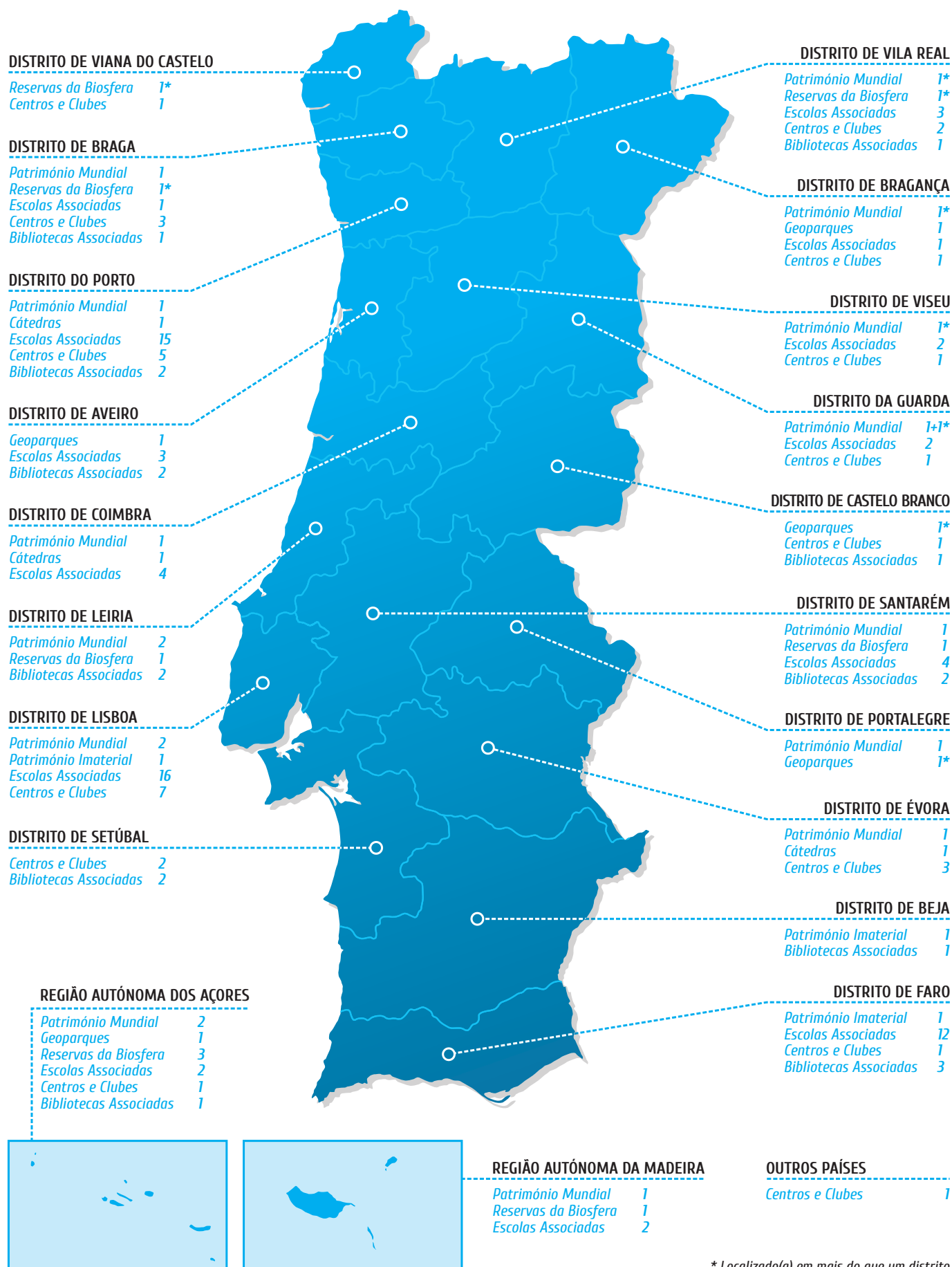


Figura 3.4: A UNESCO em Portugal



\* Localizado(a) em mais do que um distrito

## 3.2. As redes da UNESCO em Portugal

### 3.2.1 Os sítios inscritos na Lista do Património Mundial

*Apenas os bens detentores de valor universal excecional têm lugar na Lista do Património Mundial. Em junho de 2014, a Convenção havia sido ratificada por 191 Estados e a Lista do Património Mundial integrava 1007 bens situados em 151 Estados parte, entre os quais 779 bens culturais, 197 bens naturais e 31 bens mistos.*

O património cultural e natural faz parte dos bens inestimáveis e insubstituíveis de toda a Humanidade e a perda, por degradação ou desaparecimento, de qualquer um desses bens, constitui um empobrecimento do património de todos os povos do mundo. A Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural foi adotada a 16 de novembro de 1972 no decurso da 17ª sessão da Conferência Geral da UNESCO que decorreu na sede da organização em Paris.

Segundo o artigo 1º da Convenção, são património cultural:

**Os monumentos** – Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

**Os conjuntos** – Grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

**Os locais de interesse** – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

De acordo com o artigo 2º, serão considerados como património natural:

**Os monumentos naturais** constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico;

**As formações geológicas** e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação; e

**Os locais de interesse naturais** ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

Cada um dos Estados parte na Convenção deve assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural situado no seu território.

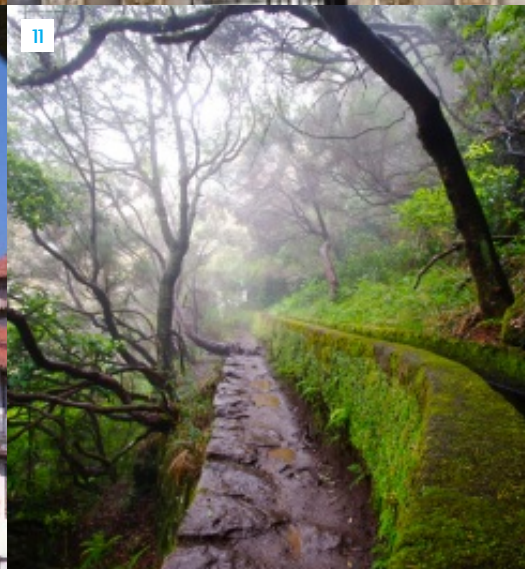
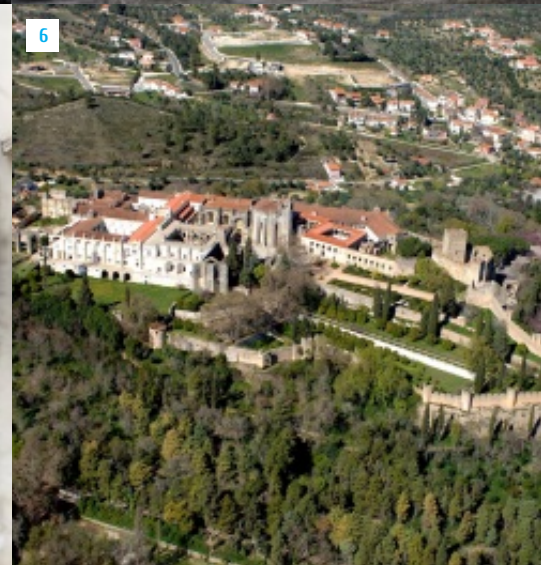
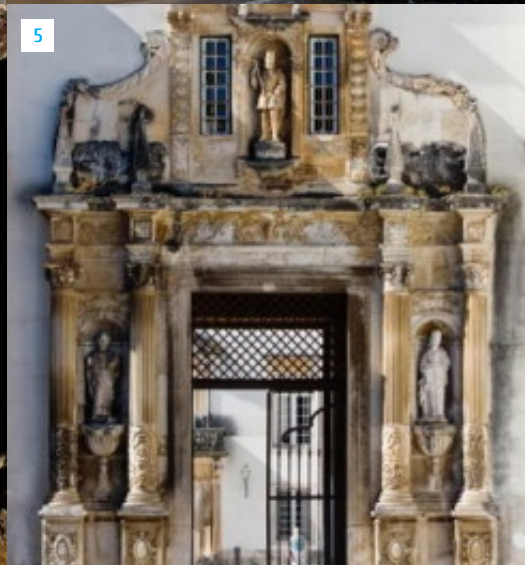
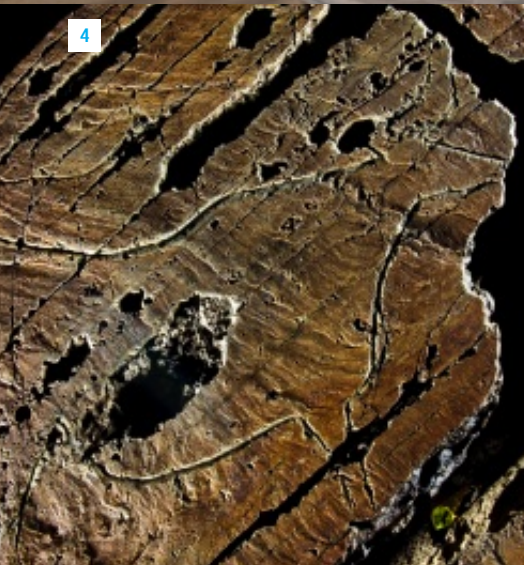
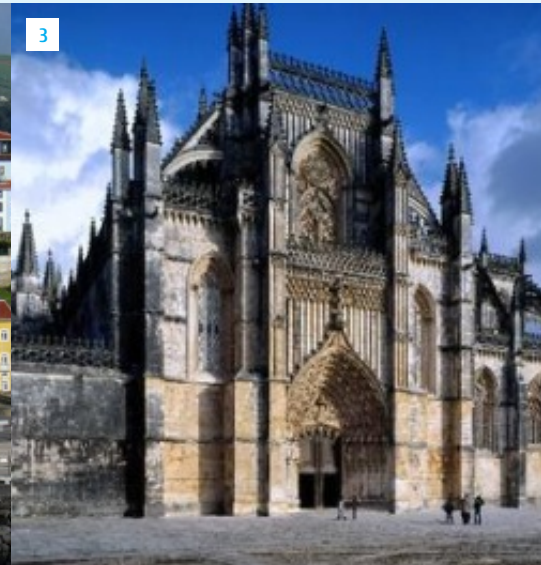
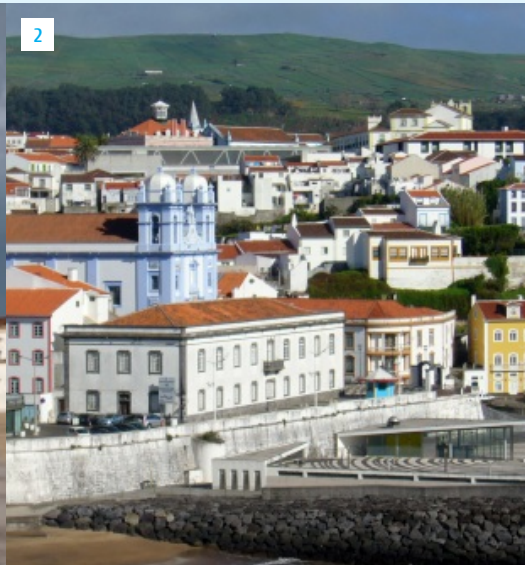
O nº 1 do artigo 11º da Convenção, estatui que cada um dos Estados parte deverá submeter ao Comité do Património Mundial um inventário dos bens do património cultural e natural situados no seu território e suscetíveis de serem inscritos na Lista do Património Mundial. Tal inventário, que não é considerado exaustivo, deve comportar uma documentação sobre o local dos bens em questão e sobre o interesse que apresentam. Este inventário tomou posteriormente o nome de Lista Indicativa que, em Portugal, está atualmente em fase de revisão e atualização (<http://whc.unesco.org/en/tentativelists/state=pt>).

Apenas os bens detentores de valor universal excecional têm lugar na Lista do Património Mundial. Este valor para toda a humanidade, com carácter de excecionalidade, deve ser justificado no dossiê de candidatura através do



Figura 3.5: Sítios inscritos na Lista do Património Mundial

- |  |  |   |
|--|--|---|
| 1 - MOSTEIRO DE ALCOBAÇA   | 6 - CONVENTO DE CRISTO EM TOMAR                              | 11 - FLORESTA LAURISSILVA NA MADEIRA              |
| 2 - CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DO HEROÍSMO                                      | 7 - ALTO DOURO VINHATEIRO                                    | 12 - MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS E TORRE DE BELÉM      |
| 3 - MOSTEIRO DA BATALHA  | 8 - CIDADE-QUARTEL FRONTEIRIÇA DE ELVAS E SUAS FORTIFICAÇÕES | 13 - PAISAGEM DA CULTURA DA VINHA DA ILHA DO PICO |
| 4 - SÍTIOS PRÉ-HISTÓRICOS DE ARTE RUPESTRE DO VALE DO RIO CÔA E DE SIEGA VERDE | 9 - CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA                                | 14 - CENTRO HISTÓRICO DO PORTO                    |
| 5 - UNIVERSIDADE DE COIMBRA ALTA E SOFIA                                       | 10 - CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES                           | 15 - PAISAGEM CULTURAL DE SINTRA                  |





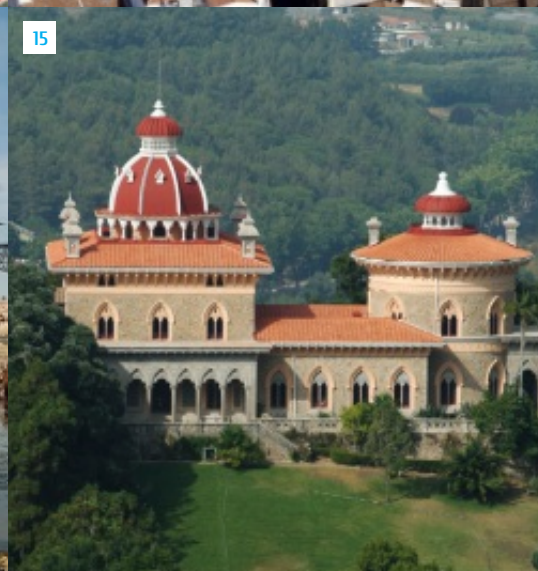
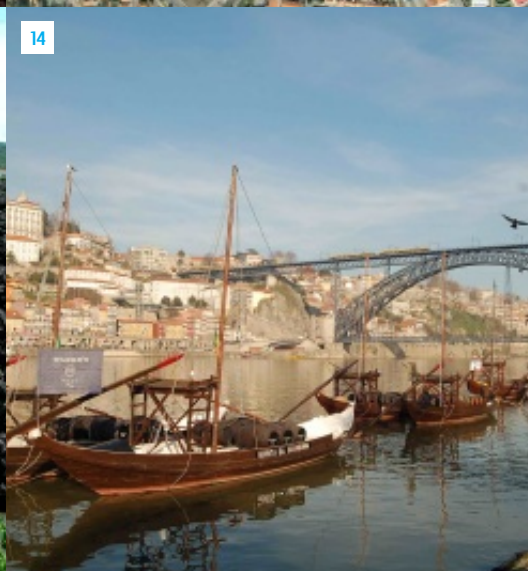
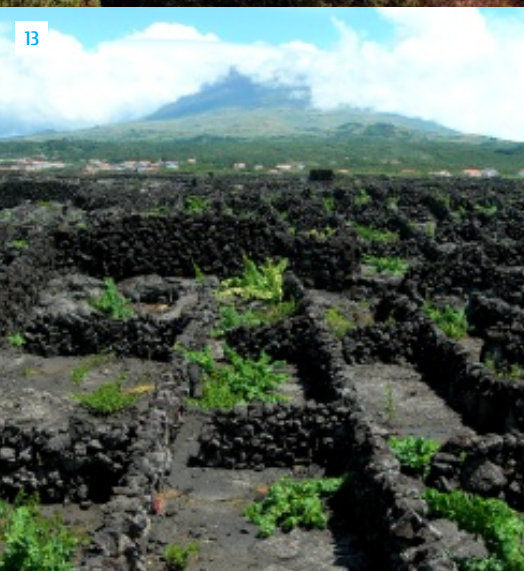
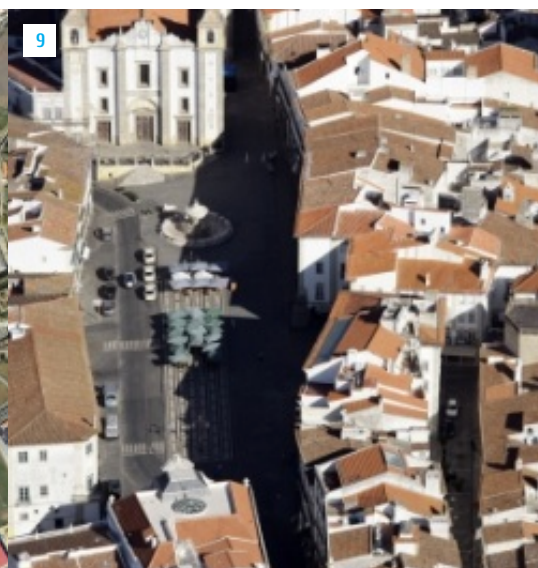
cumprimento de um ou mais de dez critérios (seis culturais e quatro naturais) e mediante a comprovação de condições de integridade para todos os bens e de autenticidade para os bens culturais. Enquanto a autenticidade deve expressar-se de forma verídica e credível através de uma diversidade de atributos (entre os quais forma e conceção; materiais e substância; uso e função; tradições, técnicas e sistemas de gestão; localização e enquadramento; língua e outras formas de património imaterial; espírito e sentimentos; e outros fatores intrínsecos e extrínsecos), a integridade, por seu lado, constitui uma apreciação de conjunto e do caráter intacto do bem patrimonial e dos seus atributos. A perda do valor universal excecional poderá levar à exclusão de um bem da Lista do Património Mundial (UNESCO 2013).

Em junho de 2014, a Convenção havia sido ratificada por 191 Estados e a Lista do Património Mundial integrava 1007 bens situados em 151 Estados parte, entre os quais 779 bens culturais, 197 bens naturais e 31 bens mistos.

Portugal conta atualmente com 15 bens na Lista do Património Mundial, tendo os primeiros sítios, nomeadamente o "Centro Histórico de Angra do Heroísmo nos Açores", o "Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém em Lisboa", o "Mosteiro da Batalha" e o "Convento de Cristo em Tomar" sido inscritos em 1983 seguindo-se, ainda nos anos oitenta, o "Centro Histórico de Évora", em 1986 e o "Mosteiro de Alcobaça", em 1989.

A nova categoria de paisagens culturais, criada pelo Comité do Património Mundial em 1992, foi rapidamente adotada por Portugal, que classificou em 1995 o primeiro bem desta tipologia na Europa, a "Paisagem Cultural de Sintra", tendo posteriormente sido classificadas as paisagens culturais do "Alto Douro Vinhateiro" em 2001 e a "Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico" em 2004. A "Floresta Laurissilva na Madeira", único bem natural de Portugal, foi inscrita em 1999.

Outros centros históricos foram entretanto reconhecidos



pelo Comité do Património Mundial, como o "Centro Histórico do Porto" em 1996 e o "Centro Histórico de Guimarães" em 2001.

No que se refere a candidaturas em série, os "Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Coa", inscritos em 1998, foram alargados a Siega Verde em 2010, constituindo atualmente um único bem transfronteiriço. A "Cidade-Quartel Fronteira de Elvas e suas Fortificações", classificada em 2012, inclui, além do centro histórico intramuros, outros seis componentes (Aquaduto da Amoreira, Forte de Santa Luzia, Forte da Graça, Fortins de São Mamede, de São Pedro e de São Domingos). Finalmente foi inscrita em 2013 a "Universidade de Coimbra – Alta e Sofia", que abarca duas áreas distintas, designadamente a Alta Universitária e a Rua da Sofia.

Para efeitos do presente estudo (Tabela 3.1), os bens do património mundial foram agregados em três tipologias de análise: (i) Paisagens culturais, bem natural e grupos de sítios; (ii) Centros históricos e conjuntos; (iii) Monumentos.

A Rede do Património Mundial de Portugal foi criada em julho de 2014 com o objetivo de promover a aproximação entre os sítios património mundial, através do debate de ideias sobre a gestão e reabilitação do património, do intercâmbio de conhecimentos e da discussão de questões de interesse mútuo, bem como da participação conjunta em projetos e iniciativas que gerem valor nas regiões onde se inserem e difundam o Património Mundial em Portugal e no Mundo.

Tabela 3.1: Sítios inscritos na Lista do Património Mundial

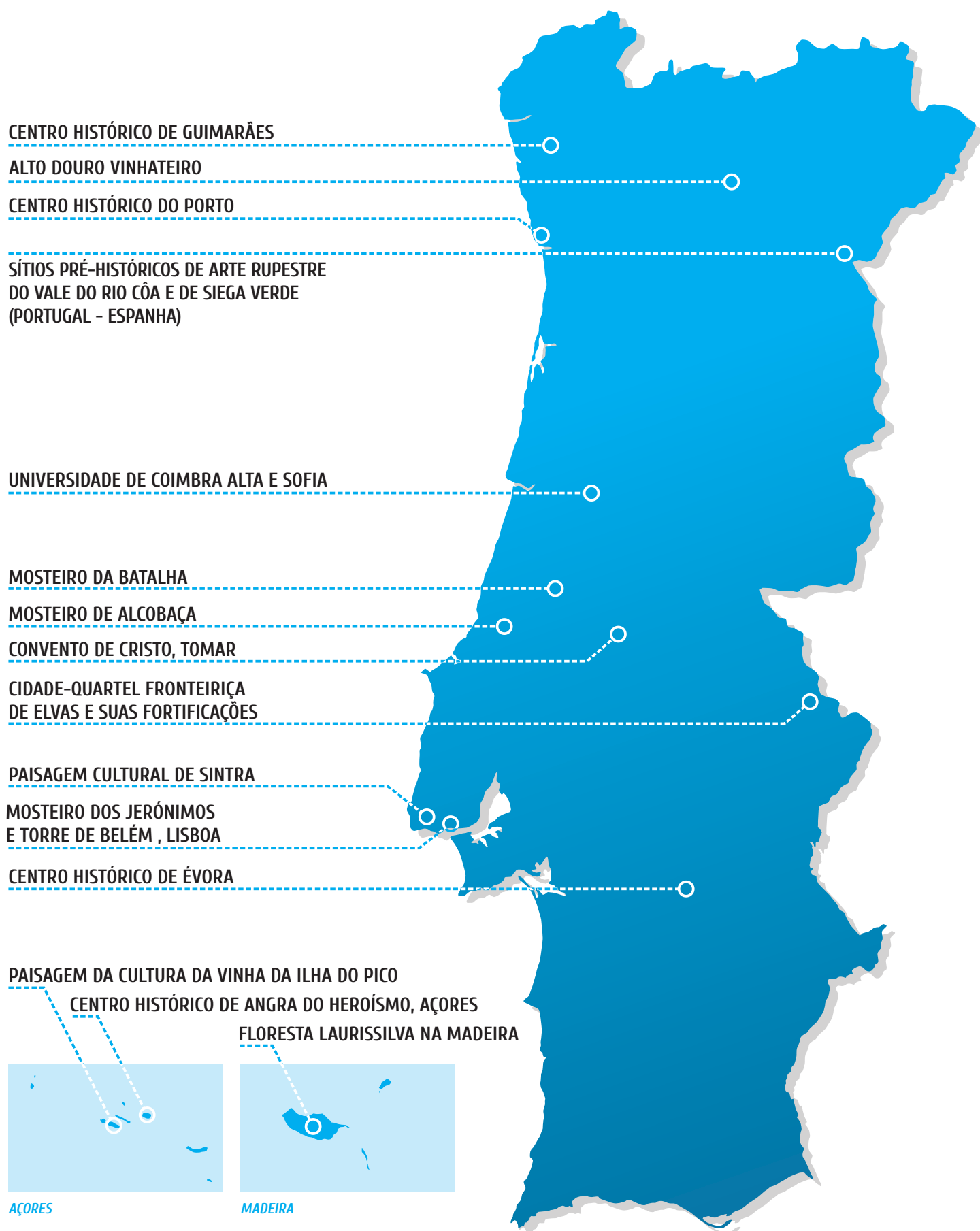
Nome do bem	Data inserção	Crítérios	Tipologia	Área classificada (ha)	Zona tampão <sup>19</sup> (ha)	Distrito (Concelho)
<i>Paisagens culturais, bem natural e grupos de sítios</i>						
ALTO DOURO VINHATEIRO	2001	(iii)(iv)(v)	Paisagem Cultural	24600	225400	Bragança (Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo), Guarda (Vila Nova de Foz Coa), Vila Real (Alijó, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Vila Real), Viseu (Armamar, Lamego, São João da Pesqueira, Tabuaço)
PAISAGEM CULTURAL DE SINTRA	1995	(ii)(iv)(v)	Paisagem Cultural	946	3641	Lisboa (Sintra)
PAISAGEM DA CULTURA DA VINHA DA ILHA DO PICO	2004	(iii)(v)	Paisagem Cultural	987	1924	Açores (São Roque do Pico, Madalena)
SÍTIOS PRÉ-HISTÓRICOS DE ARTE RUPESTRE DO VALE DO RIO COA E DE SIEGA VERDE	1998 2010	(i)(iii)	Grupo de sítios	174.86	20543.48	Guarda (Vila Nova de Foz Coa, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel)
FLORESTA LAURISSILVA NA MADEIRA	1999	(ix)(x)	Natural	15000	0	Madeira (Ponta do Sol, Calheta, Porto Moniz, São Vicente, Santana, Machico)
<i>Centros históricos e conjuntos</i>						
CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DO HEROÍSMO NOS AÇORES	1983	(iv)(vi)	Centro Histórico	212,40	223,85	Açores (Angra do Heroísmo)
CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES	2001	(ii)(iii)(iv)	Centro Histórico	16	45	Braga (Guimarães)
CENTRO HISTÓRICO DO PORTO	1996	(iv)	Centro Histórico	51	84	Porto (Porto)
CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA	1986	(ii)(iv)	Centro Histórico	104	24	Évora (Évora)
CIDADE-QUARTEL FRONTEIRIÇA DE ELVAS E SUAS FORTIFICAÇÕES	2012	(iv)	Conjunto	179	690	Portalegre (Elvas)
UNIVERSIDADE DE COIMBRA. ALTA E SOFIA	2013	(ii)(iv)(vi)	Conjunto	36	82	Coimbra (Coimbra)
<i>Monumentos</i>						
CONVENTO DE CRISTO EM TOMAR	1983	(i)(vi)	Monumento	1,436	20,890	Santarém (Tomar)
MOSTEIRO DA BATALHA	1983	(i)(ii)	Monumento	0,98	86	Leiria (Batalha)
MOSTEIRO DE ALCOBAÇA	1989	(i)(iv)	Monumento	2,5	39,17	Leiria (Alcobaça)
MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS E TORRE DE BELÉM EM LISBOA <sup>20</sup>	1983	(iii)(vi)	Monumento	2,66	103	Lisboa (Lisboa)

<sup>19</sup> Destinada a proteger eficazmente o bem proposto para inscrição, uma zona tampão é uma área circundante do bem proposto para inscrição, cujo uso e exploração estão sujeitos a restrições jurídicas e/ou consuetudinárias, de forma a reforçar a proteção do bem em causa. Deve incluir a envolvente imediata do bem proposto para inscrição, as perspetivas visuais importantes e outras áreas ou atributos que desempenhem um papel funcional importante no apoio dado ao bem e à sua proteção. O espaço que constitui a zona tampão deve ser definido caso a caso, através de mecanismos apropriados. Devem ser incluídos no dossiê de proposta de inscrição os pormenores relativos à extensão, características e usos autorizados na zona tampão, bem como um mapa em que se indiquem as delimitações exatas do bem e da zona tampão (UNESCO 2013: §104).

<sup>20</sup> No presente estudo os dados relativos ao Mosteiro dos Jerónimos e à Torre de Belém foram analisados isoladamente, apesar de se tratar de um único bem do Património Mundial.



Figura 3.6: Património Mundial

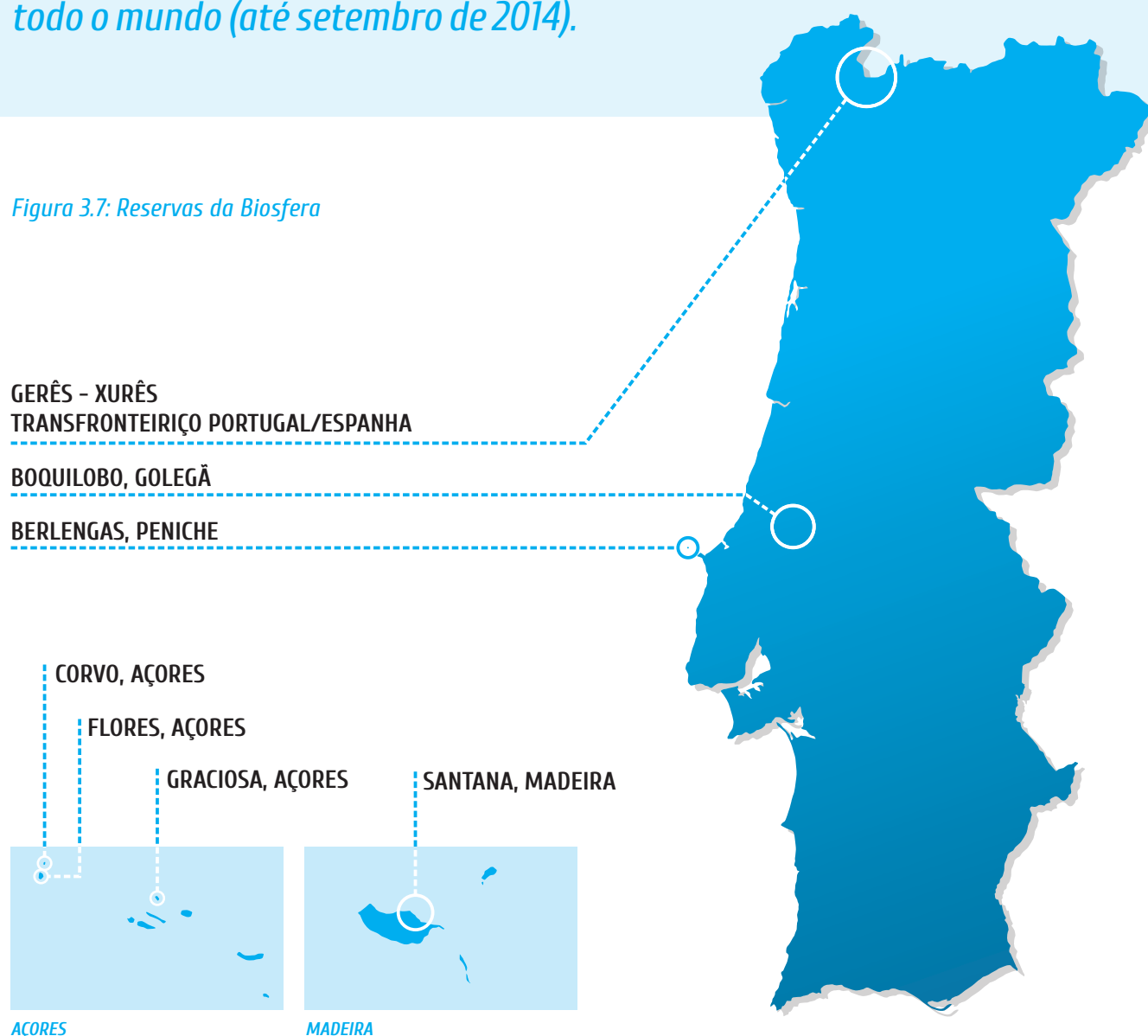


## 3.2. As redes da UNESCO em Portugal

### 3.2.2 Reservas da Biosfera

As reservas da biosfera são territórios representativos dos principais ecossistemas mundiais (terrestres, marinhos e costeiros) onde se promovem três funções que se consolidam e completam mutuamente, como seja a conservação de paisagens, ecossistemas e espécies, o desenvolvimento sustentável a nível social, económico, cultural e ecológico, constituindo-se como plataformas de investigação, monitorização, educação, sensibilização e troca de informação, com o envolvimento das comunidades residentes e dos atores de desenvolvimento local. A Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO conta atualmente com 631 reservas da biosfera em 119 países em todo o mundo (até setembro de 2014).

Figura 3.7: Reservas da Biosfera



Em Portugal, existem sete reservas da biosfera pertencentes à Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO (Figura 3.1): Boquilobo, Corvo, Graciosa, Flores, Transfronteiriça Gerês/Xurés, Berlengas e Santana. Estas têm por objetivo, contribuir para a proteção, valorização e dinamização do património natural existente no seu território, numa perspetiva de aprofundamento e divulgação do conhecimento científico, fomentando o turismo e o desenvolvimento sustentável e dinamizando a Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO.

As reservas da biosfera são, assim, espaços privilegiados para a criação de instrumentos e dinâmicas importantes para a divulgação, visitação e conservação do património natural, histórico, cultural, para o fomento do turismo de natureza, para a promoção e incentivo do fabrico de artigos de artesanato, para o estímulo do comércio dos produtos/sabores de qualidade, dinamizando o empreendedorismo e a atividade económica, garantindo a fixação dos cidadãos locais e uma consequente melhoria da qualidade de vida das populações.

Estes territórios são representativos dos principais ecossistemas mundiais (terrestres, marinhos e costeiros) onde se promovem três funções que se consolidam e completam mutuamente, como seja a conservação de paisagens, ecossistemas e espécies, o desenvolvimento sustentável a nível social, económico, cultural e ecológico, constituindo-se como plataformas de investigação, monitorização, educação, sensibilização e troca de informação, com o envolvimento das comunidades residentes e dos atores de desenvolvimento local. Neste sentido, as reservas da biosfera funcionam como laboratórios vivos de sustentabilidade, áreas piloto, representativos de um exemplar equilíbrio entre a conservação da natureza e dos valores culturais, a gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento económico. Servem também de base ao desenvolvimento de práticas e estratégias de combate à desertificação e de resiliência às mudanças climáticas. Por outro lado, as reservas da biosfera deverão funcionar como motores para a promoção do turismo, da visitação e do marketing de produtos da

região, estimulando o comércio de produtos tradicionais, a gastronomia, a certificação de produtos de qualidade, ou ainda, a dinamização do empreendedorismo e das atividades económicas.

As Reservas da Biosfera inserem-se na Rede Mundial de Reservas criada pelo Programa "O Homem e a Biosfera/ *Man and Biosphere* (MAB) da UNESCO. Este programa criado em 1971, é um programa científico intergovernamental que visa estabelecer uma base científica para a melhoria das relações entre as pessoas e seu ambiente. Este Programa criou o conceito de reserva da biosfera, inicialmente muito centrado na Conservação da Natureza, mas que foi evoluindo ao longo do tempo e atualmente procura dar resposta aos grandes desafios do século XXI, como por exemplo, a tendência de crescimento e distribuição espacial das populações, o crescimento das necessidades em termos energéticos e de recursos ou o efeito da economia dos mercados nas zonas rurais.

O Programa MAB visa ainda contribuir para os objetivos dos grandes acordos multilaterais, nomeadamente a *Convenção sobre a Diversidade Biológica*, a *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas*, a *Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação*, a Agenda XXI, entre outros.

A Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO conta atualmente com 631 reservas da biosfera em 119 países em todo o mundo (até setembro de 2014).

*Figura 3.8: Reservas da Biosfera de Portugal*

- 1 - BERLENGAS
- 2 - BOQUILOBO
- 3 - CORVO
- 4 - FLORES
- 5 - GERÊS-XURÊS
- 6 - GRACIOSA
- 7 - SANTANA





2



3



6



7



## 3.2. As redes da UNESCO em Portugal

### 3.2.3 Geoparques

*Um geoparque é um novo conceito de território rural onde o Património Geológico de exceção é a base de uma estratégia que promove o bem-estar das populações, mantendo o máximo respeito pelo ambiente. Têm como objetivos a preservação do património geológico para as gerações do presente e do futuro; educar e ensinar o público em geral sobre temas das Ciências da Terra e as suas relações com questões ambientais; assegurar um desenvolvimento sustentável ao nível socioeconómico e cultural; promover pontes multiculturais em património, conservação e manutenção da diversidade geológica e cultural, através de parcerias; estimular a investigação nos territórios; contribuir ativamente para a existência da Rede através de iniciativas conjuntas (publicações, troca de informações, realização de conferências, projetos comuns, etc.).*

Figura 3.9: Geoparques

AROUCA

TERRAS DE CAVALEIROS, MACEDO DE CAVALEIROS

NATURTEJO DA MESETA MERIDIONAL

AÇORES



Figura 3.10: Geoparques portugues



Um geoparque é um novo conceito de território rural onde o Património Geológico de exceção é a base de uma estratégia que promove o bem-estar das populações, mantendo o máximo respeito pelo ambiente. Esta forma de turismo da natureza permite a compreensão da Geologia, para além da mera apreciação estética. Assim, um geoparque não é mais uma categoria de área protegida, mas um outro modo de entender a Conservação da Natureza e conciliá-lo com um turismo sustentável, possibilitando uma melhoria das condições de vida dos seus habitantes. Esta nova classificação, apoiada pela UNESCO veio assim dar resposta ao necessário reconhecimento internacional sobre património geológico de importância nacional ou regional, dada a inexistência de uma convenção internacional específica sobre património geológico.

Os geoparques têm como objetivos a preservação do património geológico para as gerações do presente e do futuro; educar e ensinar o público em geral sobre temas das Ciências da Terra e as suas relações com questões ambientais; assegurar um desenvolvimento sustentável ao nível socioeconómico e cultural; promover pontes multiculturais em património e conservação e manutenção da diversidade geológica e cultural, através de parcerias; estimular a investigação nos territórios; contribuir ativamente para a existência da Rede através de iniciativas conjuntas (publicações, troca de informações, realização de conferências, projetos comuns, etc.).

O apoio da UNESCO aos geoparques inscritos na Rede Europeia e Global de Geoparques (European and Global Geoparks – EGN/GGN), visa dar resposta à necessidade

Tabela 3.2: Lista de Geoparques

Nome	Data inserção	Aspetos geológicos distintivos	Website	Distrito (Concelho)
<b>GEOPARQUE NATURTEJO DA MESETA MERIDIONAL</b>	2006	Fósseis e formas de relevo	<a href="http://www.naturtejo.com">www.naturtejo.com</a>	Castelo Branco (Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova, Vila Velha de Rodão), Portalegre (Nisa)
<b>GEOPARQUE AROUCA</b>	2009	Fósseis e rochas graníticas	<a href="http://www.geoparquearouca.com">www.geoparquearouca.com</a>	Aveiro (Arouca)
<b>GEOPARQUE AÇORES</b>	2013	Vulcões e fenómenos associados	<a href="http://www.azoresgeopark.com">www.azoresgeopark.com</a>	Açores (Angra do Heroísmo, Calheta, Corvo, Horta, Lagoa, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Madalena, Nordeste, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande, Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico, Velas, Vila do Porto, Vila Franca do Campo, Vila Praia da Vitória.)
<b>GEOPARQUE TERRAS DE CAVALEIROS</b>	2014	Rochas da crosta oceânica	<a href="http://www.geoparkterrasdecavaleiros.com">www.geoparkterrasdecavaleiros.com</a>	Bragança (Macedo de Cavaleiros)



*Figura 3.11: Geoparques em Portugal*

- 1 - GEOPARQUE AÇORES
- 2 - GEOPARQUE AROUCA
- 3 - GEOPARQUE NATURTEJO DA MESETA MERIDIONAL
- 4 - GEOPARQUE TERRAS DE CAVALEIROS

de se encontrar um enquadramento que evidencie o valor do património da Terra, as suas paisagens e formações geológicas, que são testemunhos da história da vida.

A Rede Europeia de Geoparques (EGN) foi criada em 2000, de modo a incentivar a troca de experiências e a beneficiar dos programas comunitários de desenvolvimento rural. Atualmente, conta com 64 Geoparques em 22 países europeus (até setembro de

1



3





2014) e tem evidenciado um forte crescimento em resposta ao interesse e apoio manifestado por autarquias, empresas, associações científicas e académicas.

Quanto à Rede Global de Geoparques (GGN), esta foi criada em 2004, e coopera com Centro do Património Mundial da UNESCO, com a Rede das Reservas da Biosfera da UNESCO e tem uma parceria privilegiada com a Rede Europeia de Geoparques (EGN). Atualmente,

é constituída por 111 Geoparques espalhados por 36 países em todo o mundo (até setembro de 2014).

Em Portugal, existem atualmente quatro geoparques: o Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional (2006), o Geoparque Arouca (2009), o Geoparque Açores (2013) e o Geoparque Terras de Cavaleiros (2014).

Estes geoparques pertencem ao Fórum Português de Geoparques (Tabela 3.2), criado sob a égide da Comissão Nacional da UNESCO.



## 3.2. As redes da UNESCO em Portugal

### 3.2.4 Cátedras UNESCO

*O Programa UNITWIN /Cátedras UNESCO tem como objetivo o desenvolvimento de competências entre instituições de ensino superior e investigação mediante o intercâmbio e a partilha do saber em prol de um espírito de solidariedade internacional. Estas instituições trabalham em colaboração com as organizações não governamentais (ONG), fundações e organizações do setor público e privado, que desempenham um papel importante no ensino superior. Os seus projetos são na sua maioria interdisciplinares e neles participam todos os setores de programa da UNESCO.*

O Programa UNITWIN /Cátedras UNESCO tem como objetivo o desenvolvimento de competências entre instituições de ensino superior e investigação mediante o intercâmbio e a partilha do saber em prol de um espírito de solidariedade internacional.

Estas instituições trabalham em colaboração com as organizações não governamentais (ONG), fundações e organizações do setor público e privado, que desempenham um papel importante no ensino superior. Os seus projetos são na sua maioria interdisciplinares e neles participam todos os setores de programa da UNESCO.

Os projetos das cátedras UNESCO têm demonstrado a sua utilidade na criação de novos programas de ensino, no surgimento de novas ideias mediante a investigação e a reflexão, na contribuição para o enriquecimento dos programas universitários existentes.

As cátedras UNESCO têm como objetivos principais serem promotoras de pontes entre os círculos académicos e a sociedade civil, bem como com as comunidades locais, com as comunidades científicas e de investigação e contribuindo para a adoção de decisões políticas. Visam, igualmente, a

intensificação da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul, Norte-Sul-Sul; a criação de polos de excelência e inovação à escala regional e sub-regional; o fortalecimento e dinâmica das Redes.

Até maio de 2013, estão contabilizadas pela UNESCO 766 cátedras UNESCO, em todo mundo.

Em Portugal, existem três cátedras UNESCO:

#### **Cátedra UNESCO em Bioética**

– Universidade Católica Portuguesa (2009);

#### **Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional**

– Universidade de Évora (2013);

#### **Cátedra UNESCO "Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável"**

– Universidade de Coimbra (2013).



## 3.2. As redes da UNESCO em Portugal

### 3.2.5 Bens do Património Cultural Imaterial

*Além da salvaguarda, do respeito pelo património imaterial das comunidades, grupos e indivíduos e da sensibilização para a importância do património cultural imaterial em geral, a Convenção de 2003 tem suscitado enorme interesse como forma de promoção e desenvolvimento local sustentável.*

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial foi adotada pela UNESCO em 2003 e ratificada por Portugal em 2008. De acordo com a convenção,

*Entende-se por «património cultural imaterial» as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.*

A Convenção de 2003 prevê que os bens imateriais de um país possam ser inscritos na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade ou na Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente. O Comité Intergovernamental pode ainda seleccionar e promover programas, projetos e atividades que julgue melhor refletirem os princípios e os objetivos da Convenção.

Tendo por objetivos, além da salvaguarda, o respeito

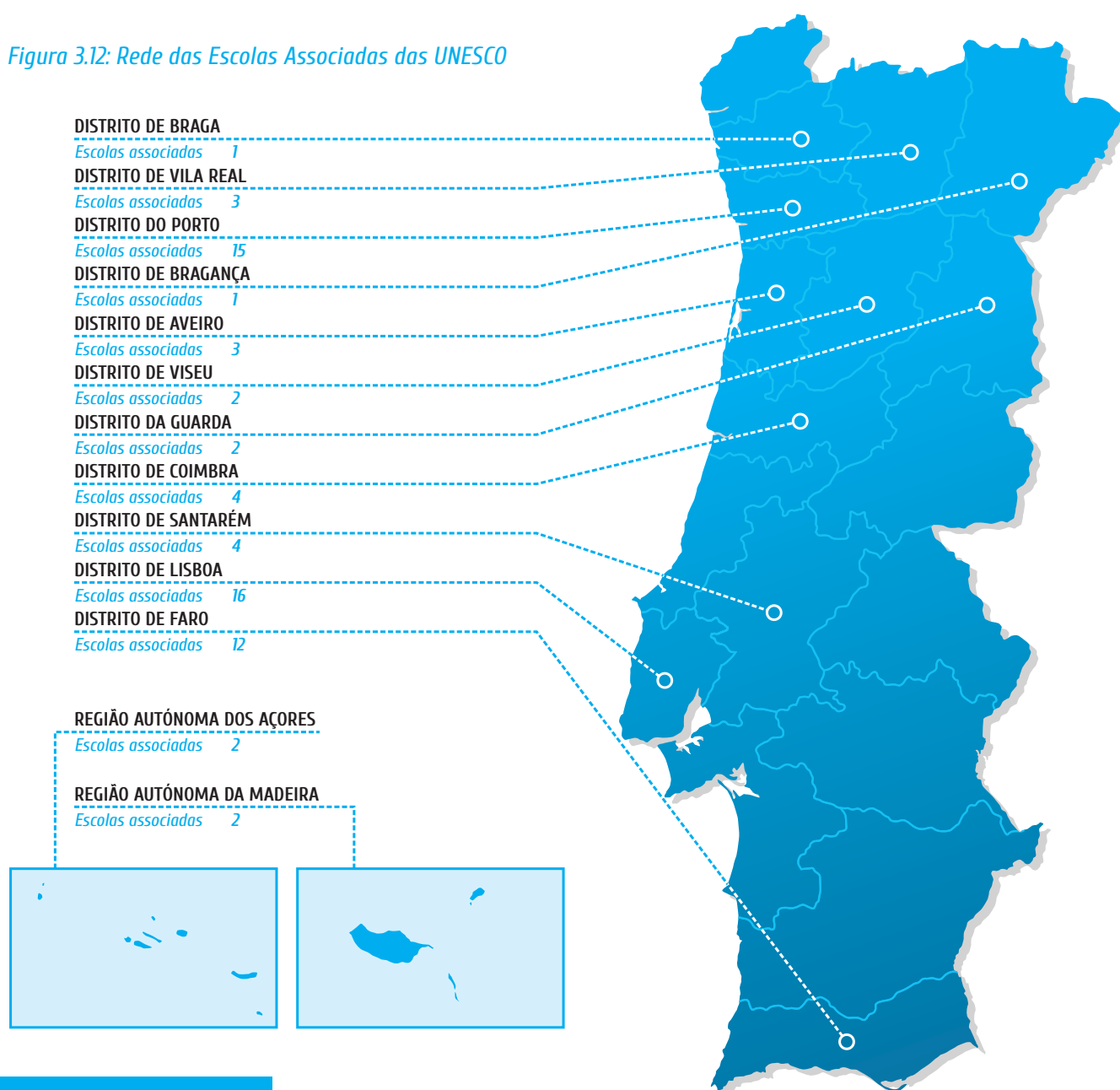
pelo património imaterial das comunidades, grupos e indivíduos e a sensibilização para a importância do património cultural imaterial em geral, a Convenção tem suscitado enorme interesse como forma de promoção e desenvolvimento local, tendo sido inscritas na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade três manifestações portuguesas: O "Fado" (Lisboa) em 2011; a "Dieta Mediterrânica" (Tavira, Faro) em 2013 e o "Cante Alentejano" (Serpa, Beja) em 2014.

## 3.2. As redes da UNESCO em Portugal

### 3.2.6 Escolas Associadas da UNESCO

Em Portugal, a Rede de Escolas Associadas da UNESCO foi lançada no início dos anos 80 do século XX, e neste momento conta com 67 escolas, desde o ensino pré-primário até às escolas secundárias, escolas de ensino técnico e profissional, centros de formação de professores e escolas superiores de educação. Estão distribuídas de norte a sul de Portugal Continental, nos Açores e na Madeira. As escolas associadas da UNESCO têm como objetivo trabalhar a favor de uma educação de qualidade, em prol do desenvolvimento humano e de fomentarem a cooperação internacional e a paz.

Figura 3.12: Rede das Escolas Associadas das UNESCO



Como única agência das Nações Unidas com mandato para a área da Educação, o trabalho da UNESCO e da Rede das Escolas Associadas da UNESCO, abrange o desenvolvimento da educação desde o pré-escolar até ao ensino superior, incluindo o ensino técnico e profissional e de formação, e a educação não-formal.

A Rede de Escolas Associadas da UNESCO foi lançada em 1953. Atualmente com 10.000 estabelecimentos de ensino espalhados em 181 Estados-membros, prossegue de forma ativa o ideário e os princípios estabelecidos no Ato Constitutivo da UNESCO. Em Portugal, a Rede foi lançada no início dos anos 80, e neste momento conta com 67 escolas, desde o ensino pré-primário até às escolas secundárias, escolas de ensino técnico e profissional, centros de formação de professores e escolas superiores de educação. Estão distribuídas de norte a sul de Portugal Continental, nos Açores e na Madeira.

As escolas associadas da UNESCO têm como objetivo trabalhar a favor de uma educação de qualidade, em prol do desenvolvimento humano e de fomentarem a cooperação internacional e a paz.

Estes objetivos são concretizados através da celebração de efemérides e da dinamização de projetos no âmbito das áreas de atuação da UNESCO e, em Portugal, abrangem conteúdos como a preservação do património – património mundial, cultural e natural, património imaterial, o património cultural subaquático e a Evocação do 1º centenário da 1ª Guerra Mundial; a proteção do ambiente – combate à desertificação e a educação para a água em meio escolar, os direitos humanos ou a educação para um desenvolvimento sustentável.

Frequentemente estas escolas são denominadas por *escolas piloto* e *navegantes para a paz*.

*Tabela 3.3: Rede das Escolas Associadas da UNESCO*

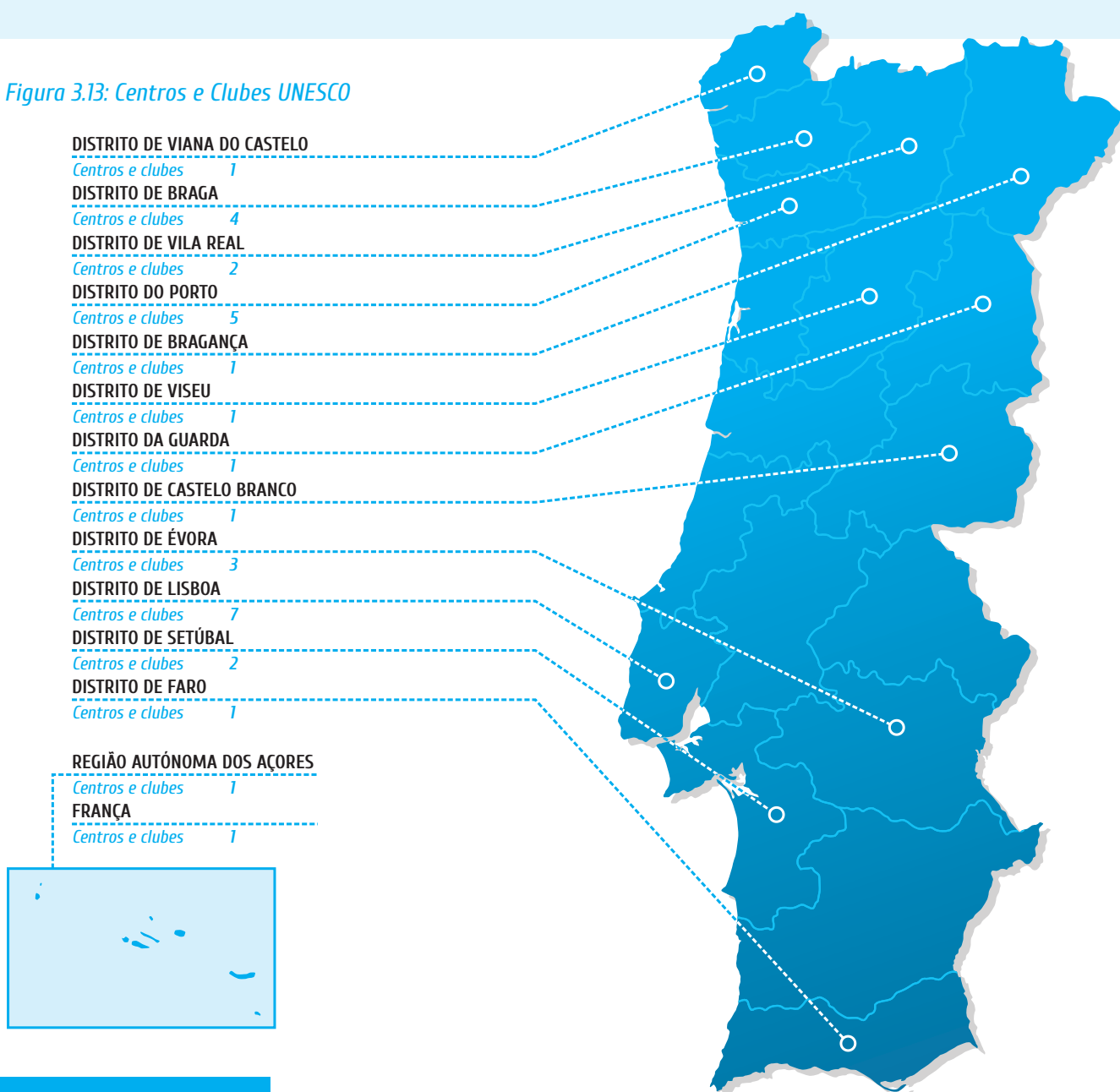
<i>Distritos</i>	<i>Concelhos</i>	<i>Total</i>
<b>AVEIRO</b>	Águeda(1); Azeméis(1); Oliveira de Vagos/Calvão(1)	3
<b>BRAGA</b>	Esposende(1)	1
<b>BRAGANÇA</b>	Mirandela/Torre de Dona Chama(1)	1
<b>COIMBRA</b>	Coimbra(3); Figueira da Foz(1)	4
<b>FARO</b>	Albufeira/Ferreiras(1); Faro(1); Lagos(1); Loulé(1); Olhão(2); Portimão(3); Portimão/Mexilhoeira Grande(1); Vila do Bispo(1); Aljezur(1)	12
<b>GUARDA</b>	Seia (2)	2
<b>LISBOA</b>	Cascais /São Domingos de Rana(1); Lisboa(8); Mafra/Malveira(1); Oeiras(4); Vila Franca de Xira(1); Vila Franca de Xira/Alhandra(1)	16
<b>PORTO</b>	Porto(12); Paredes/Lordelo(1); Felgueiras(1); Valongo/Ermesinde(1)	15
<b>SANTARÉM</b>	Santarém (3); Torres Novas (1)	4
<b>VILA REAL</b>	Peso da Régua(1); Murça(1); Vila Real(1)	3
<b>VISEU</b>	Lamego(1); Carregal do Sal(1)	2
<b>REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA</b>	Santa Cruz/Caniço(1); Funchal(1)	2
<b>REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES</b>	Angra do Heroísmo(2)	2

## 3.2. As redes da UNESCO em Portugal

### 3.2.7 Centros e Clubes UNESCO

Os Centros e Clubes UNESCO têm como objetivo promover a UNESCO e os seus Programas, propagar os seus ideais através de atividades inspiradas nas atividades da Organização, contribuir para a formação cívica e democrática dos seus membros, apoiar os Direitos Humanos, favorecer a compreensão internacional e o diálogo entre os povos, difundir informação relativa à UNESCO junto do público, a nível local. Em suma, os Centros e Clubes UNESCO desempenham um importante papel de despertador de consciências e constituem-se como um prolongamento da ação das Comissões Nacionais de quem são parceiros privilegiados.

Figura 3.13: Centros e Clubes UNESCO



A rede de Centros e Clubes UNESCO<sup>21</sup> reúne grupos – associações sem fins lucrativos, ONG, escolas, universidades, fundações, círculos culturais, sociais e administrativos da comunidade, organismos nacionais com competências em áreas de trabalho da UNESCO e que se destinam a um público específico, de todas as idades, todos os horizontes, todas as condições, que acreditam nos ideais da UNESCO e apoiam a Organização através do desenvolvimento de uma atividade livre e desinteressada, em prol dos seus objetivos e ideais, onde se dá primazia ao gosto pela iniciativa, ao sentido de responsabilidade e ao trabalho em conjunto.

Estas estruturas têm como objetivo promover a UNESCO e os seus Programas, propagar os seus ideais através de atividades inspiradas nas atividades da Organização, contribuir para a formação cívica e democrática dos seus membros, apoiar os Direitos Humanos, favorecer a compreensão internacional e o diálogo entre os povos,

difundir informação relativa à UNESCO junto do público, a nível local.

Em suma, os Centros e Clubes UNESCO desempenham um importante papel de despertador de consciências e constituem-se como um prolongamento da ação das Comissões Nacionais de quem são parceiros privilegiados.

A rede portuguesa conta atualmente com mais de 30 Centros e Clubes<sup>22</sup> de norte a sul do País e regiões autónomas, sendo que um deles se encontra sediado em Paris, na secção portuguesa do Lycée International de Saint Germain-en-Laye. As suas áreas de atuação são vastas e abrangem um leque de temas tão diverso como os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, o património material e imaterial, a juventude, a inclusão social, a interculturalidade, a educação artística, a ética no desporto, a desertificação e o despovoamento, a biodiversidade, entre outros.

**Tabela 3.4: Rede de Centros e Clubes UNESCO**

<b>Distritos</b>	<b>Concelhos</b>	<b>Total</b>
BRAGA	Esposende(1); Fafe(1); Braga(2)	4
BRAGANÇA	Bragança(1)	1
CASTELO BRANCO	Castelo Branco(1)	1
ÉVORA	Évora(2); Montemor-o-Novo(1)	3
FARO	Lagos(1);	1
GUARDA	Vila Nova de Foz Coa(1)	1
LISBOA	Lisboa(5); Loures(1); Loures/Santo António dos Cavaleiros(1);	7
PORTO	Porto(4); Maia(1);	5
SETÚBAL	Almada(1) ; Sesimbra/Quinta do Conde(1)	2
VIANA DO CASTELO	Viana do Castelo(1)	1
VILA REAL	Vila Real(1); Montalegre(1)	2
VISEU	Carregal do Sal/Cabanas de Viriato(1)	1
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	Angra do Heroísmo(1)	1
FRANÇA	Saint Germain-en-Laye (Secção Portuguesa do Lycée Internationale)(1)	1

<sup>21</sup> A diferença entre os Centros e os Clubes reside no facto de os Centros disporem de um espaço aberto ao público e de recursos humanos e financeiros próprios.

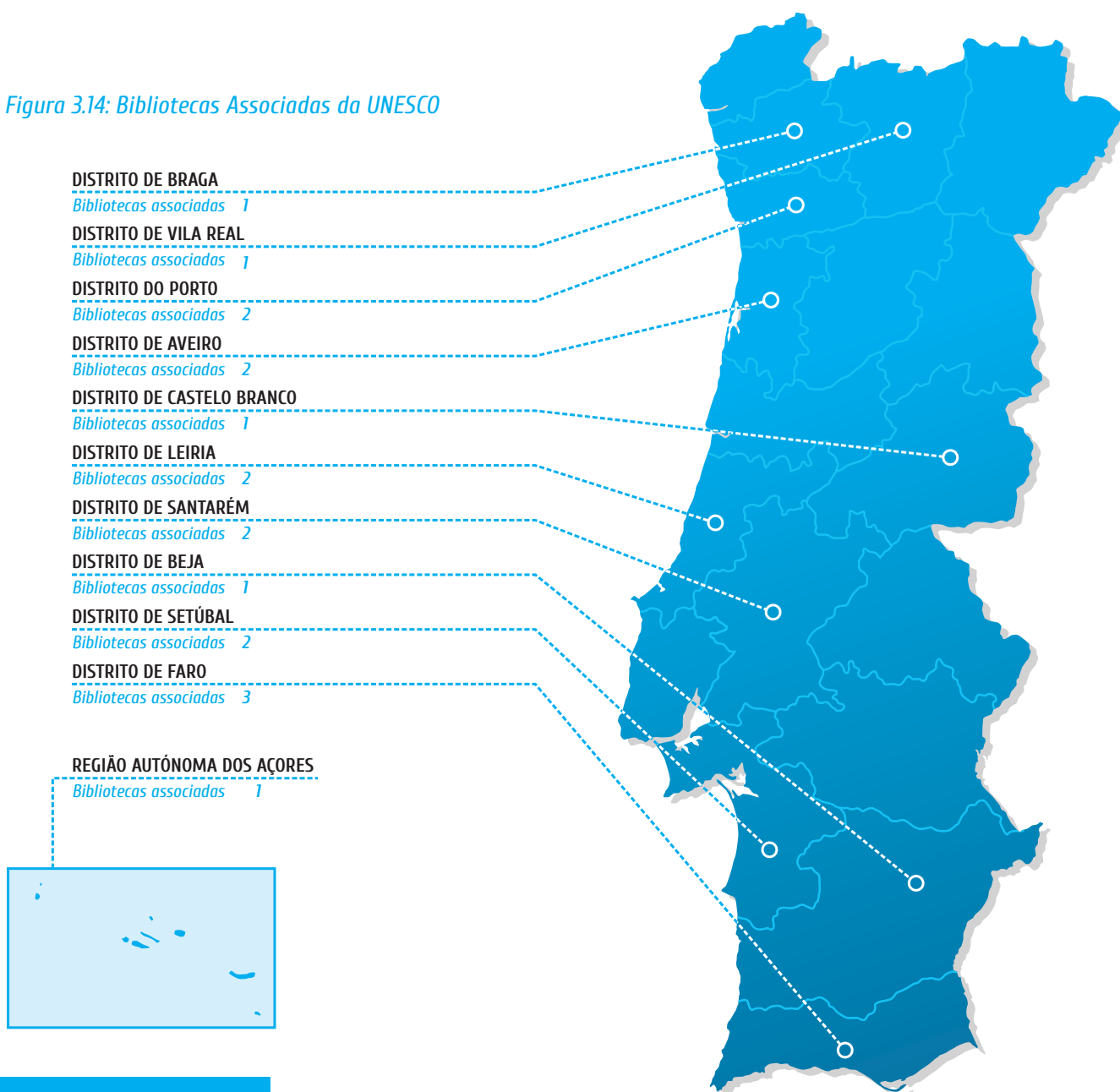
<sup>22</sup> Há ainda que mencionar a existência da Federação Portuguesa de Associações, Centros e Clubes UNESCO (FPACU) que foi criada no Porto, a 16 de junho de 2011, com a missão de incentivar a união entre Centros e Clubes UNESCO no espaço português, fomentando o diálogo, a partilha, as sinergias de todos em torno da missão da UNESCO e da sua Comissão Nacional, no sentido de uma convergência saudável e positiva para o desenvolvimento dos grandes objetivos que unem a federação, i.e. contribuir no processo de construção da paz, contribuir para o desenvolvimento sustentável, promover o diálogo intercultural, através da educação, ciência, cultura, comunicação e informação, tornando os cidadãos conscientes das realidades globais e empenhados em construir um mundo com base nos princípios dos direitos humanos e em conformidade com o Ato Constitutivo da UNESCO. A FPACU faz parte da FEACU – Federação Europeia de Associações, Centros e Clubes UNESCO e da FMACU – Federação Mundial da Associações, Centros e Clubes UNESCO.

## 3.2. As redes da UNESCO em Portugal

### 3.2.8. Bibliotecas Associadas da UNESCO

O principal objetivo da Rede das Bibliotecas Associadas da UNESCO é encorajar as bibliotecas que estão abertas ao público para realizarem atividades em domínios da UNESCO, como a promoção dos direitos humanos e da paz, o diálogo intercultural, a proteção do ambiente, a luta contra a iliteracia.

Figura 3.14: Bibliotecas Associadas da UNESCO





A Rede Mundial de Bibliotecas das Associadas da UNESCO conta com um universo de 500 estabelecimentos membros. Em Portugal a rede teve início em meados dos anos 90 do século XX, e neste momento conta com 18 bibliotecas associadas, do norte ao sul de Portugal Continental e nos Açores.

O principal objetivo da Rede das Bibliotecas Associadas da UNESCO é encorajar as bibliotecas que estão abertas ao público a realizarem atividades em domínios da UNESCO como a promoção dos direitos humanos e da paz, o diálogo intercultural, a proteção

do ambiente, a luta contra o analfabetismo.

Existem dois grupos de atividades que são consideradas as mais indicadas para as Bibliotecas e que são, por um lado, a atividade expositiva – exposições bibliográficas, de cartazes, fotografias ou outras – e, por outro, a promoção de palestras, colóquios ou debates sobre as diferentes áreas de trabalho da UNESCO. São ainda dinamizados outros formatos, como eventos literários diversos, onde se incluem a leitura de poesia, ou encontros com autores.

*Tabela 3.5: Rede de Bibliotecas associadas da UNESCO*

<i>Distritos</i>	<i>Concelhos</i>	<i>Total</i>
AÇORES	Angra do Heroísmo()	1
AVEIRO	Espinho(); Sever do Vouga()	2
BEJA	Beja()	1
CASTELO BRANCO	Fundão()	1
FARO	Olhão(); Loulé(); Silves()	3
BRAGA	Guimarães()	1
LEIRIA	Figueiró dos Vinhos(); Batalha()	2
PORTO	Porto(); Póvoa do Varzim()	2
SANTARÉM	Torres Novas(); Santarém()	2
SETÚBAL	Alcochete(); Sines()	2
VILA REAL	Montalegre()	1

## 3.2. As redes da UNESCO em Portugal

### 3.2.9 Centros de Categoria 2

*Os Centros de Categoria II são selecionados mediante proposta dos Estados Membros, com base no enfoque da sua especialização, em áreas de competência da UNESCO. Através da partilha de conhecimentos, capacitação e pesquisa, estes fornecem uma contribuição valiosa e única para a implementação dos objetivos estratégicos do Programa da UNESCO em benefício dos Estados Membros.*

Atualmente a UNESCO tem sob os seus auspícios, 98 Centros Internacionais e Regionais de Categoria II (até setembro de 2014). Apesar destes não serem financiados pela UNESCO, e daí a designação de Centros de Categoria II, estes Centros estão associados à UNESCO através de acordos formais aprovados pela Conferência Geral. Os Centros de Categoria II são selecionados mediante proposta dos Estados Membros, com base no enfoque da sua especialização, em áreas de competência da UNESCO. Através da partilha de conhecimentos, capacitação e pesquisa, estes fornecem uma contribuição valiosa e única para a implementação dos objetivos estratégicos do Programa da UNESCO em benefício dos Estados Membros.

Durante a 35ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, realizada em outubro de 2009, os Estados membros adotaram uma nova estratégia global e integrada para os Institutos e Centros (Categoria II), no documento 35 C / Resolução 103. Esta estratégia integrada e global, bem como as orientações relativas à criação de Institutos e Centros sob os auspícios da UNESCO (Categoria II), e o modelo de acordo a estabelecer entre a UNESCO e um Estado membro, estão contidas no documento 35 C/22. Para além desta estratégia global, todos os setores do Programa da UNESCO também desenvolveram as suas próprias estratégias setoriais específicas quanto ao seu envolvimento e interação com Centros e Institutos de Categoria II sobre temas específicos.

Em Portugal, foram assinados acordos com vista à constituição de dois Centros Internacionais de Categoria II, na área das Ciências, no âmbito do Programa Hidrológico Internacional da UNESCO.

#### *Centro Internacional de Ecohidrologia Costeira (2009)*

A missão do Centro Internacional de Ecohidrologia Costeira, enquanto Centro UNESCO, é a de contribuir para a implementação dos programas da UNESCO, em particular do Programa Hidrológico Internacional, através do desenvolvimento de atividades e estratégias científicas, educacionais e culturais, assentes no conceito de Ecohidrologia e que contribuam para minimizar os impactos decorrentes da intervenção do Homem nos ecossistemas aquáticos, promovendo a transferência de tecnologia, a investigação científica aplicada, a formação avançada, a difusão de conhecimentos e a cooperação internacional. Este Centro está ainda vocacionado para a cooperação com todas as regiões do mundo, embora valorize como prioridade as relações com as regiões mediterrânicas e africanas, designadamente com os países de língua portuguesa.

#### *Centro Internacional de Formação Avançada de Cientistas dos países de língua portuguesa no âmbito das Ciências Fundamentais*

Este Centro de natureza científica e técnica centra a sua intervenção no domínio das ciências

fundamentais<sup>23</sup>, nas áreas do ensino, da formação, da investigação e da disseminação de conhecimento junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Assim, visa desenvolver capacidades científicas, bem como promover a cooperação dos países da CPLP com as comunidades internacionais do Norte e do Sul, na promoção da responsabilidade social, da mobilidade dos cientistas e do combate à "fuga de cérebros" no plano científico e tecnológico, a nível regional e internacional. Pretende, ainda, permitir a transferência de conhecimentos, o reforço das capacidades e a promoção da colaboração científica no domínio das ciências fundamentais, a nível regional e internacional, mediante o aproveitamento ou criação de redes avançadas de infraestruturas e conhecimentos especializados, das universidades portuguesas e dos centros de investigação de Portugal, bem como de oportunidades de colaboração com instituições de ensino superior e centros de investigação nos países da CPLP, fomentando atividades em redes de ciência e contribuindo para a implementação dos programas e objetivos da UNESCO, na área do desenvolvimento científico e tecnológico e da cooperação internacional nestes domínios.

<sup>23</sup> *As Ciências Fundamentais incluem a Geologia, a Biologia, a Física, a Química e a Matemática.*

## IV. CUSTOS E BENEFÍCIOS DA LIGAÇÃO ÀS REDES DA UNESCO

*Quanto ao impacto na atividade económica decorrente da chancela UNESCO, verificou-se um efeito positivo na generalidade dos indicadores nos grupos de bens em consideração, sendo plausível concluir que as classificações UNESCO propulsionam benefícios para a região envolvente.*

### 4.1 Informação recolhida

A análise de dados subsequente visa avaliar o valor das classificações UNESCO em Portugal em termos de custos, fontes de receita e o impacto na atividade económica.

Conforme referido na Introdução, para o alcance do desiderato geral, foram elaborados e administrados três questionários A, B e C, que, apesar das suas especificidades, se complementam para a avaliação dos impactos da chancela UNESCO.

O questionário A envolve duas questões. A primeira, (a), visa aferir o custo da candidatura apresentada à UNESCO, considerando duas variáveis: tempo e custo. Na variável tempo, a instituição gestora do bem ou do território foi solicitada a apresentar uma estimativa do tempo gasto na elaboração do processo de candidatura à UNESCO. Na variável custo, a considerar todos custos que a organização teve de suportar para completar a candidatura à UNESCO.

A segunda questão, (b), refere-se aos custos extra em curso da afiliação, subdivididos em três tópicos. Aos

custos extra alia-se o tempo que os funcionários da instituição gastam em reportar informação relacionada com a classificação UNESCO.

O questionário B considera os benefícios com a certificação/acreditação da UNESCO, através da discriminação das fontes de receita. Tem apenas uma questão subdividida em quatro tópicos: benefícios totais e parcelares (fontes governamentais, privadas e externas).

A avaliação do impacto económico indireto é feita através do questionário C, envolvendo a recolha de diversos indicadores económicos<sup>24</sup>, caso a caso e por grupo, conforme a respetiva classificação.

Os questionários foram administrados, entre julho e outubro de 2014, pela CNU, decorrendo o tratamento e análise da informação entre outubro e novembro de 2014, pela equipa da UTAD. Naturalmente, os resultados que subsequentemente se descrevem decorrem apenas e exclusivamente da informação contida nos questionários.

Do conjunto dos grupos classificados com chancela UNESCO, a taxa de resposta globalmente foi elevada, ainda que não sucedendo o mesmo a algumas questões de cada um dos inquéritos, o que aponta para a possível inexistência de informação ou dificuldade de interpretação do solicitado. Na análise que se segue concretiza-se a respetiva taxa de resposta, embora mantendo a confidencialidade da informação. Adicionalmente, dada a impossibilidade de determinar com rigor os benefícios anuais apresenta-se uma estimativa do benefício total líquido acumulado desde a candidatura até ao presente<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> Visitantes por ano (Total, nacionais e estrangeiros); Tempo médio de estadia no local classificado (Total, nacionais e estrangeiros); Despesa média por visitante/dia (Total, nacionais e estrangeiros); Visitantes da comunidade escolar; Infraestruturas de oferta turística (Estabelecimentos hoteleiros, Camas disponíveis, Restaurantes, Estabelecimentos Comerciais e Emprego); Outros indicadores relevantes.

<sup>25</sup> Informação recolhida dos inquéritos A e B.

## 4.2 Custos, benefícios diretos e impacto económico indireto

### 4.2.1 Sítios inscritos na Lista do Património Mundial

#### a) Custos

##### » Candidatura

A estimativa do tempo gasto na elaboração do processo de candidatura à UNESCO baseia-se nas respostas de nove instituições no total de dezasseis.

A duração do processo de candidatura à chancela UNESCO a sítio do património mundial é em média, de 48,2 meses (48 meses e 1 semana). Este item inclui valores no intervalo de 7 a 89 meses.

Dada a natureza singular dos sítios do património mundial, justifica-se uma análise individual para:

- **monumentos** (Convento de Cristo, Mosteiro dos Jerónimos, Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro da Batalha e Torre de Belém);
- **centros históricos e conjuntos** (Centro Histórico de Angra do Heroísmo, de Guimarães, do Porto, de Évora, Cidade - Quartel Fronteiriça de Elvas e as suas Fortificações e Universidade de Coimbra. Alta e Sofia); e
- **paisagens** (Cultural, Natural ou Grupo de sítios: Alto Douro Vinhateiro, Floresta Laurissilva na Madeira, Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico e Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Coa).

Recorrendo a um diagrama de extremos e quartis<sup>26</sup> (*box-plot*), é possível comparar a duração do processo de candidatura nos sítios do património mundial por bem. As candidaturas dos centros históricos e conjuntos são as mais morosas (média de 58 meses), entre o mínimo de 24 meses e o máximo de 84 meses. As das paisagens são, em média, as mais céleres, apesar da maior variabilidade (de 7 a 89 meses), onde metade das instituições demora menos de 25 meses (Figura 4.1). Os monumentos não mencionaram o tempo dedicado ao processo de candidatura, o que poderá ser explicável pelo facto da sua inscrição remontar à década de 80 do século XX.

<sup>26</sup> Representação gráfica que permite a visualização de características da variável em estudo na amostra. Inclui as seguintes estatísticas descritivas: mediana (percentil 50), o primeiro quartil (percentil 25), terceiro quartil (percentil 75), o valor mínimo e máximo e eventuais outliers (valores atípicos).

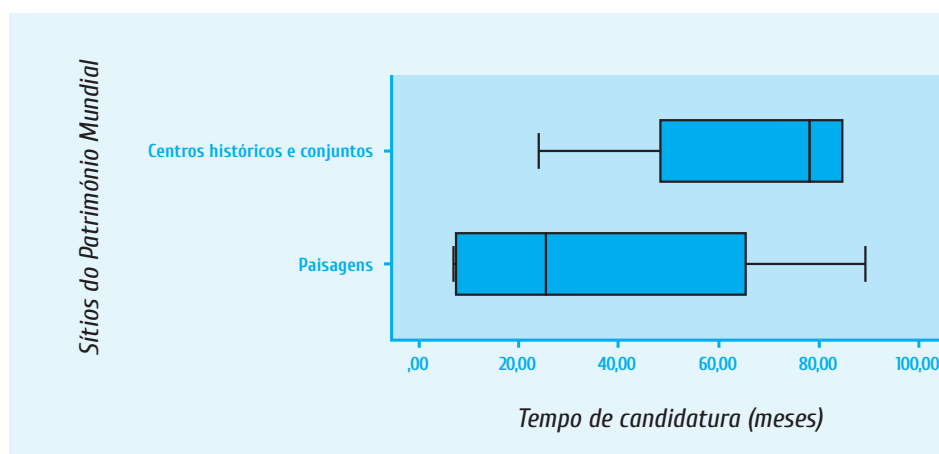


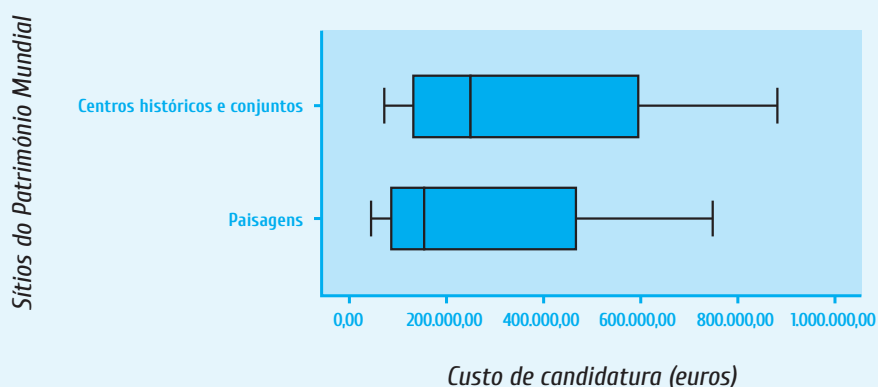
Figura 4.1: Tempo da candidatura nos sítios de património mundial por tipologia (meses)

A estimativa dos custos suportados com o processo de candidatura para inclusão do bem na Lista do Património Mundial distribuiu-se pelos seguintes parâmetros: recursos humanos; trabalhos científicos; *marketing*; planos de gestão; *dossier* de candidatura.

O custo de uma candidatura é, em média, para as oito instituições que responderam à questão, de 320 706€, incluindo montantes desde 50 000€ a 884 126€.

Especificando por tipo de sítio, verifica-se que a distribuição do custo da candidatura é semelhante nos centros históricos e conjuntos (custo médio 364 161€) e nas paisagens (custo médio de 277 250€). Os centros históricos apresentam um custo que varia entre os 70 000€ e os 900 000€, mas metade das instituições têm valores inferiores a 200 000€. O custo de uma candidatura nas paisagens varia entre os 50 000€ e os 750 000€ (Figura 4.2). Para os monumentos se obtiveram dados neste tópico, certamente pela razão sugerida anteriormente.

Figura 4.2: Custo da candidatura nos sítios do património mundial por tipologia (euros)



#### » Com a manutenção da chancela UNESCO

Os custos com a manutenção da afiliação foram apresentados por quinze entidades. A descrição do tempo gasto e o número de funcionários empregue a reportar dados foi apresentada por 11 e 14 entidades, respetivamente.

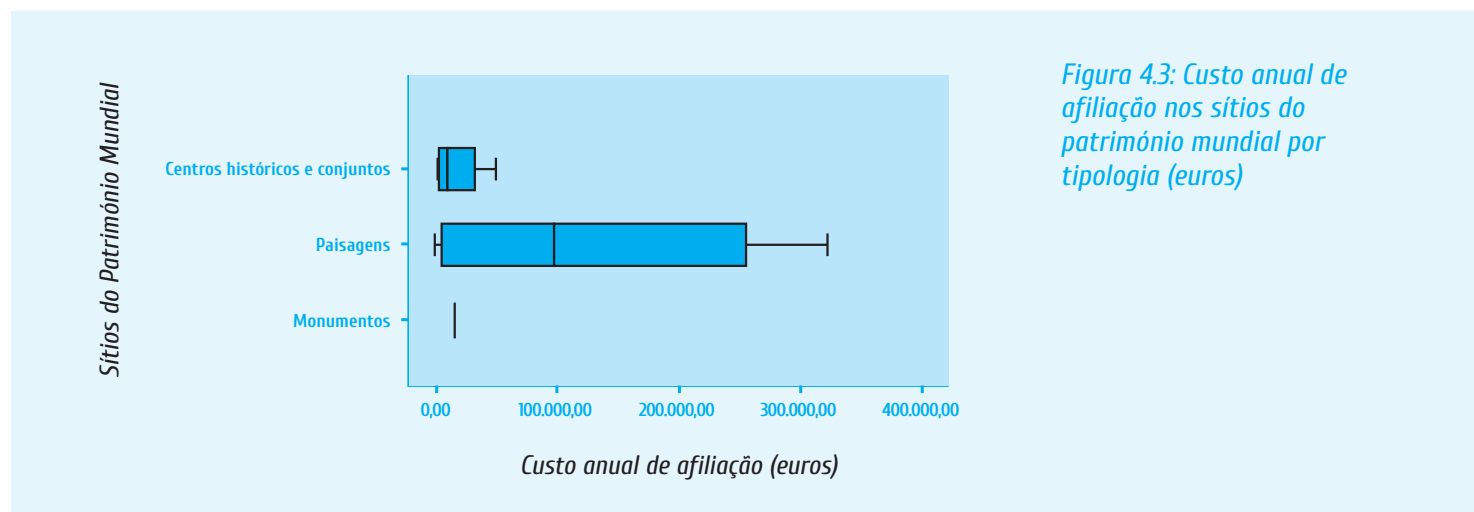
O custo médio anual de afiliação é de 47 123€, com um desvio padrão de 89 134€, refletindo a elevada variabilidade de 0 a 322 000€. Com a afiliação, as entidades mobilizam em média 4,2 funcionários e 95,9 dias/ano (Tabela 4.1).

Tabela 4.1: Custo anual de afiliação nos sítios do património mundial

	Custo anual de afiliação (€)	Tempo (dias/ano)	Recursos humanos/ano
Respostas válidas	15	11	14
Média	47 122,5	95,9	4,2
Desvio padrão	89 133,8	125,5	5,5
Mínimo	0	5	1
Máximo	322 000	450	17
<b>TOTAL</b>	<b>706 837,5</b>	<b>1055</b>	<b>59</b>



Decompondo o custo de afiliação por tipologia, é notório que a dispersão de valores advém do grupo paisagens, sendo este o que mais contribui para as estatísticas descritivas precedentes. Destaca-se ainda a inexistência de variabilidade nos monumentos, dado que as entidades, nesta tipologia, mencionaram os mesmos custos anuais de afiliação (Figura 4.3).



A discriminação dos custos resultantes da pertença à chancela UNESCO aponta para despesas com taxas de Património Mundial e material, quotas da Organização das Cidades Património Mundial (OCPM), gestão e monitorização do bem, estudos de avaliação e conservação, promoção institucional e recursos humanos.

## b) Benefícios

Os benefícios para as entidades gestoras dos sítios do património mundial português com a chancela UNESCO provêm de três tipos de fontes: públicos, privados e/ou externos. As respostas válidas no questionário B variam mediante o tipo de benefício (ou fonte): taxa de resposta de 75% às questões sobre os benefícios públicos e privados e de 56% quanto aos benefícios externos, constatando-se a existência de lacunas informativas que impedem a resposta integral às questões colocadas.

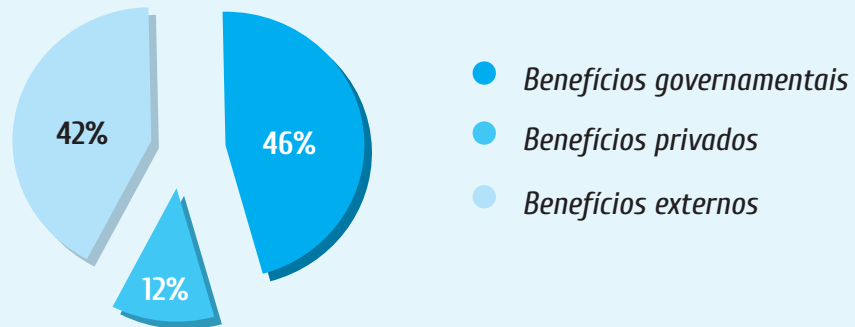
A Tabela 4.2 mostra a distribuição dos benefícios pelas diversas fontes, sendo que esta tipologia de bem recebe, em média, 7 627 162€ de entidades públicas, ressalvando a disparidade de valores nos bens analisados (como atesta o desvio padrão, mínimo e máximo). Das entidades privadas recebe, em média, 1 969 873€ e de fontes externas 9 076 048,8€, totalizando um benefício médio total de 14 060 633€.

Tabela 4.2: Fontes de receita nos sítios do património mundial

	Benefícios governamentais (€)	Benefícios privados (€)	Benefícios externos (€)
Respostas válidas	12	12	9
Média	7 627 162,2	1 969 873	9 076 048,8
Desvio padrão	14 674 840	2 724 260	11 670 883
Mínimo	0	0	0
Máximo	41 500 000	9 380 000	28 000 000
<b>TOTAL</b>	<b>91 525 946,6</b>	<b>23 638 479,5</b>	<b>81 684 439,6</b>

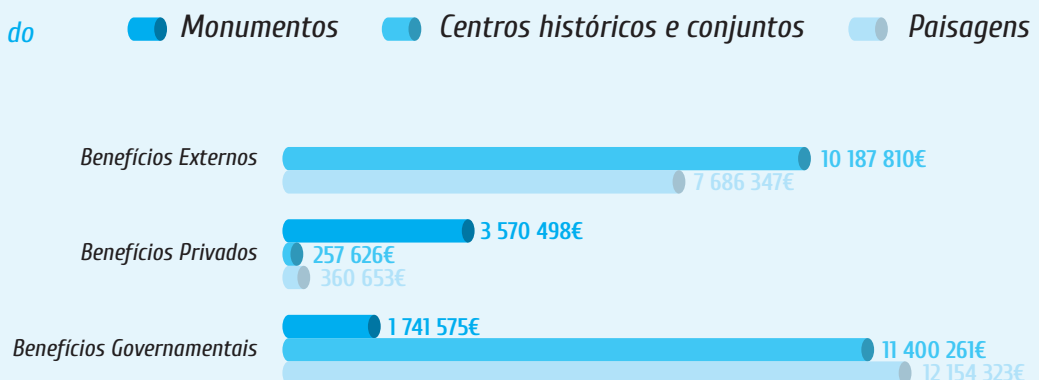
A distribuição dos benefícios pelas várias fontes de receita (Figura 4.4) aponta para a reduzida importância das fontes privadas (12%) e o significativo peso dos benefícios governamentais (46%) e externos (42%).

Figura 4.4: Distribuição das fontes de receita nos sítios do património mundial



Analisando as fontes de receita e as quantias médias auferidas por tipologia, monumentos, paisagens e centros históricos e conjuntos, é possível especificar com mais detalhe, a origem dos benefícios mencionados. As paisagens destacam-se nos benefícios públicos, os centros históricos e conjuntos sobressaem nos benefícios externos, enquanto que nos monumentos, dada a sua especificidade, sobressaem nos benefícios privados. Não obstante, nos centros históricos e conjuntos e nas paisagens, a repartição das fontes de receita mantém-se inalterada, dando primazia às fontes governamentais, sendo estes os que canalizam mais benefícios, 21 845 698€ e 20 201323€, respetivamente (Figura 4.5).

Figura 4.5: Fontes de receita média nos sítios do património mundial por tipologia (euros)



Os benefícios públicos provêm de programas públicos (e.g. RECRUA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados; PORTOVIVO SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense S.A.; POLIS, IHRU- Instituto da Habitação e

da Reabilitação Urbana; PIDDAC-Programa de Investimentos e Desenvolvimento da Administração Central) da Administração Central, Regional e Local. Os externos advêm de fundos comunitários, como por exemplo o FEDER. Os privados relacionam-se com receitas próprias (e.g. bilheteira) e mecenato.

Tendo em conta a natureza dos programas públicos, é possível concluir que a chancela UNESCO funcionou como o fator catalisador para a regeneração do bem ou conjunto de bens, assim como da própria componente urbana envolvente<sup>27</sup>, melhorando a imagem da região e a sua atratividade. Eventualmente, a questão que fica em aberto é se no âmbito do Programa Comunitário de Apoio 2014-2020, há condições para aceder e manter o investimento, na preservação, regeneração (pública e privada) e divulgação dos bens com chancela UNESCO ou se têm de ser procuradas e implementadas estratégias alternativas de investimento e captação de recursos.

<sup>27</sup> Regeneração é definida por Roberts and Sykes (2000) como uma visão integrada e ação que leva à resolução de problemas urbanos, procurando uma melhoria nas condições económicas, físicas, sociais e ambientais na área sujeita a mudança.

### c) Benefício total líquido

A Tabela 4.3 apresenta os benefícios totais líquidos referentes aos sítios desde a classificação até ao ano de 2013. Para este efeito, os custos anuais de afiliação foram multiplicados pelo número de anos de inclusão de cada bem.

Verifica-se que os benefícios financeiros, provenientes das diversas fontes, superam os custos suportados pela instituição gestora do património. Os custos totais representam 7,2% dos benefícios totais, sugerindo um impacto positivo da classificação UNESCO.

Tabela 4.3: Benefício total líquido, património

	Custo de candidatura	Custo de afiliação total	Custo total <sup>28</sup>	Benefícios totais	Benefício total líquido
Total (€)	2 565 645,6	11 517 521,1	14 083 166,7	196 848 865,6	182 666 721,9

<sup>28</sup> Soma do custo da candidatura e custo de afiliação total.

### d) Impacto económico indireto

O impacto económico é avaliado com base em alguns indicadores, mensurados antes e depois da sua inclusão na Lista do Património Mundial<sup>29</sup>. Obtiveram-se respostas de 7 sítios do património mundial (taxa de resposta de 44%) e foram mencionados, no máximo, dados em 8 indicadores<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> Na omissão de dados antes da classificação foi considerado o último ano com registo de dados.

<sup>30</sup> A taxa de resposta por indicador é variável: visitantes 44%; tempo médio de estadia no local 25%; Despesa média por visitante/dia 19%; Visitantes da comunidade escolar 13%; Estabelecimentos hoteleiros 31%; Camas disponíveis 31%; Restaurantes 19%; Emprego 19%. As entidades que não responderam aos indicadores não foram contempladas na análise do seu crescimento.

Como se constata na Figura 4.6, o número de visitantes aumentou cerca de 70% (considerando o valor base de 888 194), seguindo-se o número de camas e os estabelecimentos hoteleiros, com um crescimento de 82% e 56%, respetivamente (para os valores de base de 2 687 e 77). O número de restaurantes, o tempo médio de estadia no local e o emprego também apresentaram taxas de crescimento positivas, embora mais ténues. Em sentido inverso, a despesa média/visitante e o número de visitantes da comunidade escolar não acompanharam a evolução observada nos outros indicadores.

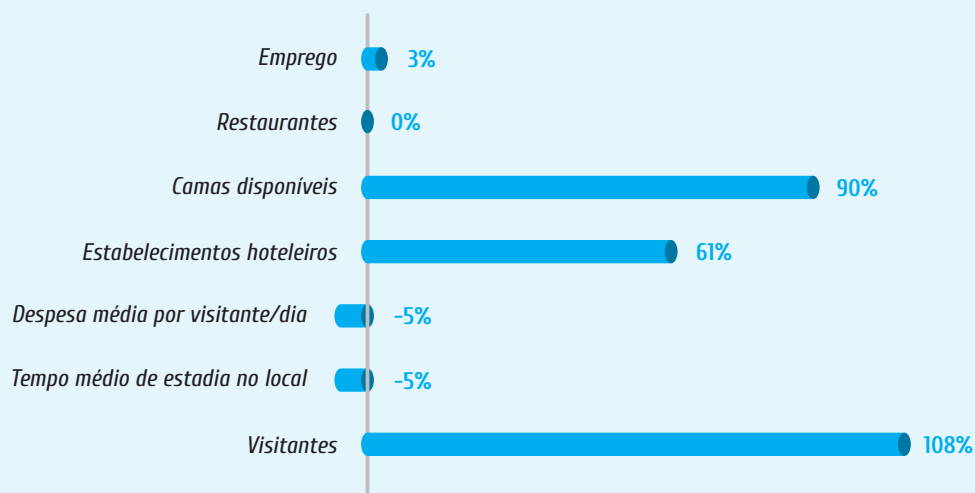
Figura 4.6: Impacto na atividade económica, sítios do património mundial (%)



<sup>31</sup> Nos monumentos não é possível realizar esta análise, na medida em que só há uma resposta válida. Porém esta influencia, negativamente, o número de visitantes da comunidade escolar na análise conjunta dos Sítios.

A taxa média de crescimento nos centros históricos e conjuntos<sup>31</sup> permite constatar um crescimento no número de visitantes e infraestruturas de oferta (número de camas e estabelecimentos hoteleiros) de 108%, 90% e 61%, respetivamente (com valores de base de 597 386, 2 121 e 44). A despesa média por visitante e o tempo médio de estadia no local decresceram 5% (Figura 4.7).

Figura 4.7: Impacto na atividade económica, centros históricos e conjuntos (%)



Nas paisagens verificou-se um crescimento em todos os indicadores, salientando-se a do número de camas disponíveis e de estabelecimentos hoteleiros (com valores de base de 33, 566 e 76 283 respetivamente), conforme Figura 4.8.

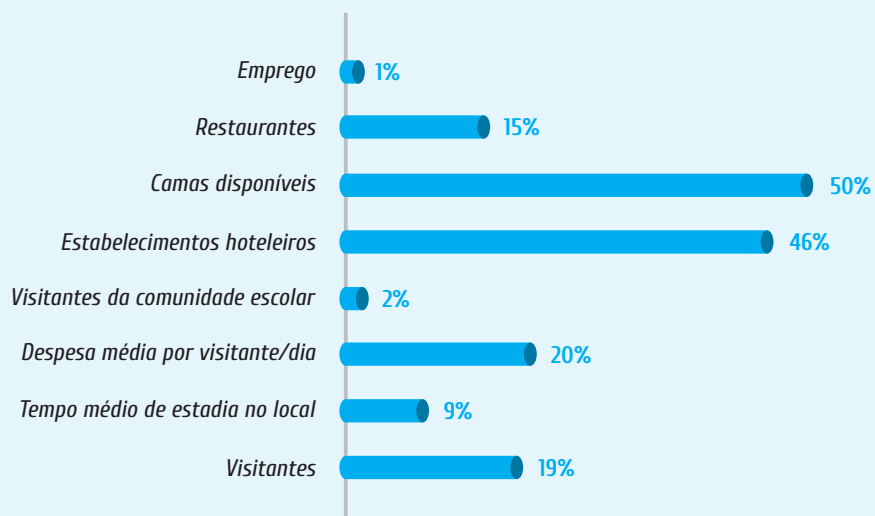


Figura 4.8: Impacto na atividade económica, paisagens (%)



## 4.2 Custos, benefícios diretos e impacto económico indireto

### 4.2.2 Reservas da Biosfera

#### a) Custos

##### » Candidatura

As instituições gestoras das reservas de biosfera apenas apresentaram, das sete possíveis, três respostas válidas sobre a estimativa do tempo envolvido na elaboração do processo de candidatura à UNESCO, tendo assim uma taxa de resposta de 43%.

A duração média do processo de candidatura, para a inclusão na rede de reservas da biosfera, é de 5,75 meses (5 meses e 3 semanas), com uma ampla variação.

A estimativa dos custos suportados com o processo de candidatura foi distribuída pelos parâmetros: consultoria e acompanhamento pós candidatura; recursos humanos; tradução de documentos.

<sup>32</sup> Uma instituição refere que "Não tivemos qualquer custo com aquisição de serviços externos". Esta situação poderá ser explicada pelo facto das reservas serem também parques naturais e, como tal, os custos serem imputados ao parque.

Com uma taxa de resposta de 57%, aferiu-se que o custo de uma candidatura à rede de reservas da biosfera UNESCO é, em média, de 14 250€, com um mínimo de 0€<sup>32</sup> e máximo de 43 000€.

##### » Com a manutenção da chancela UNESCO

As respostas válidas, das sete possíveis, diferiram de acordo com o custo de afiliação. Efetuando uma análise conjunta das diferentes unidades de medida, conclui-se que o custo médio anual de afiliação é de 2 760€, agregando reservas que não apresentam qualquer custo e outras que apresentam custos anuais de 7 200€. O tempo médio a reportar dados é de 5,7 dias, envolvendo em média 4 funcionários (Tabela 4.4).

Tabela 4.4: Custo anual de afiliação nas reservas da biosfera

	Custo anual de afiliação (€)	Tempo (dias)	Recursos humanos
Respostas válidas	4	3	3
Média	2 760	5,7	4
Desvio padrão	3 469,6	4	2,6
Mínimo	0	2	2
Máximo	7 200	10	7
<b>TOTAL</b>	<b>11 040</b>	<b>17</b>	<b>12</b>

Estes custos deveram-se à promoção de boas práticas inerentes aos pressupostos das reservas, materiais de divulgação, sinalização, melhorias de percursos pedestres e trabalho de técnicos especializados (e.g. vigilantes da natureza).

#### b) Benefícios

Os benefícios para as entidades gestoras de reservas da biosfera portuguesas provêm de três tipos de fonte: públicos, privados e/ou externos. As respostas válidas no questionário B

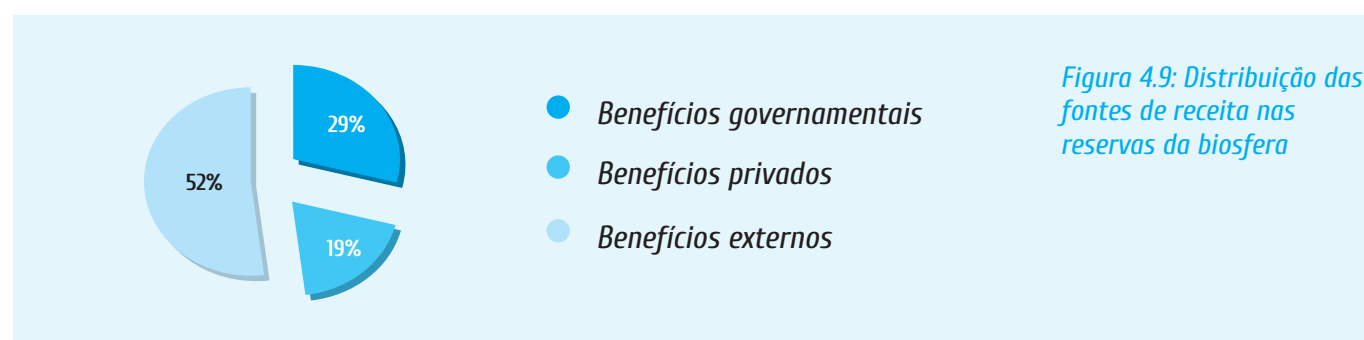
são: de três nos benefícios governamentais e externos e apenas dois nos privados.

O total de benefícios, em média, nas reservas da biosfera é de 957 789€. Especificamente, em média, cada reserva recebe 274 703€ de entidades públicas, 274 629€ de privadas e 500 000€ de fontes externas (Tabela 4.5).

Tabela 4.5: Fontes de receita nas reservas da biosfera

	Benefícios governamentais (€)	Benefícios privados (€)	Benefícios externos (€)
Respostas válidas	3	2	3
Média	274 703,3	274 628,7	500 000
Desvio padrão	424 899	331 815,1	500 000
Mínimo	0	40 000	0
Máximo	764 110	509 257,4	1 000 000
<b>TOTAL</b>	<b>842 110</b>	<b>549 257,4</b>	<b>1 500 000</b>

As reservas da biosfera canalizam receitas totais das diversas fontes. Não obstante, uma percentagem elevada advém de benefícios externos, seguindo-se dos governamentais e dos privados (Figura 4.9).



Grande parte do benefício externo mencionado provém do programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal (POCTEP). As privadas são apuradas através de receitas próprias da organização com a venda de produtos (*merchandising* e "Madeira Agrícola"). Também neste bem, o investimento associado à preservação e salvaguarda, com financiamento público, se apresenta relevante.

### c) Benefício total líquido

No que diz respeito às reservas da biosfera, a Tabela 4.6 deixa antever um benefício total líquido positivo da chancela UNESCO. Os benefícios financeiros, provenientes das diversas fontes, superam os custos suportados pela instituição gestora.

Tabela 4.6: Benefício total líquido, reservas da biosfera

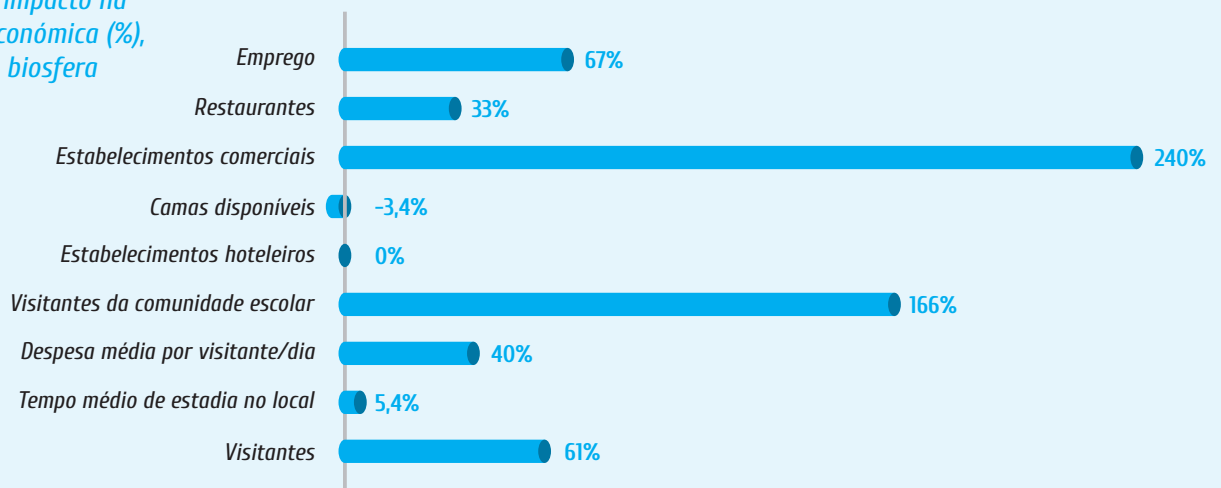
	Custo de candidatura	Custo de afiliação total	Custo total	Benefícios totais	Benefício total líquido
Total (€)	57 000	238 080	290 080	2873 367	2 809 687

#### d) Impacto económico indireto

<sup>33</sup> A taxa de resposta por indicador é variável: visitantes 71%; tempo médio de estadia no local 71%; Despesa média por visitante/dia 29%; Visitantes da comunidade escolar 14%; Estabelecimentos hoteleiros 71%; Camas disponíveis 71%; Estabelecimentos comerciais 29%; Restaurantes 43%; Emprego 57%. As entidades que não responderam aos indicadores não foram contempladas na análise do seu crescimento.

O impacto económico foi avaliado segundo alguns indicadores, medidos desde a sua inclusão na rede de reservas da biosfera portuguesas. Esta tipologia de bem apresenta uma taxa de resposta de 71% (5 reservas da biosfera), considerando, no máximo, informação de 9 indicadores<sup>33</sup>. O crescimento foi positivo na maioria dos indicadores, evidenciando-se: nos estabelecimentos comerciais com uma taxa de crescimento de 240% (valor de base 5), no número de visitantes da comunidade escolar com uma variação de 166% (valor de base de 1857), seguindo-se na variável emprego cujo crescimento ascende a 67% (criaram-se, no total, 31 postos de trabalho). Em sentido oposto, verifica-se o decréscimo ténue de 3,4% (com um valor de base de 2 369) do número de camas disponíveis (Figura 4.10).

Figura 4.10: Impacto na atividade económica (%), reservas da biosfera



## 4.2 Custos, benefícios diretos e impacto económico indireto

### 4.2.3 Geoparques

#### a) Custos

##### » Candidatura

Todas as instituições gestoras da rede de geoparques<sup>34</sup> apresentaram uma estimativa do tempo gasto na elaboração do processo de candidatura à UNESCO, tendo assim três respostas válidas com uma representatividade de 100%.

A duração do processo de candidatura de um geoparque, desde reunião da informação ao preenchimento de formulários, é, em média, de 26 meses, variando entre os 19 e os 36 meses.

A estimativa dos custos suportados com o processo de candidatura foi discriminada em vários itens: planos de gestão e marketing, inventariação, caracterização e avaliação do património geológico, equipa técnica e *dossier* de candidatura. O custo de uma candidatura à rede de geoparques UNESCO é, em média, de 54 968,6€, variando entre 29 937€ e os 80 000€, com 75% de respostas válidas correspondente a dois geoparques.

##### » Com a manutenção da chancela UNESCO

Obtiveram-se 3 respostas válidas, para o custo de afiliação, diferindo nas unidades de medida, tempo, euros e recursos humanos despendidos para manter a designação da UNESCO. Por este motivo, optou-se por fazer uma análise conjunta. O custo médio anual de afiliação é de 5 417€, variando entre 3 500€ e os 6 700€. O tempo médio a reportar dados é de 6,7 dias, envolvendo em média 4 funcionários (Tabela 4.7).

Tabela 4.7: Custo anual de afiliação nos geoparques

	Custo anual de afiliação (€)	Tempo (dias)	Recursos humanos
Respostas válidas	3	3	3
Média	5 416,7	6,7	3,7
Desvio padrão	1 691,4	0,6	3
Mínimo	3 500	6	1
Máximo	6 700	7	7
<b>TOTAL</b>	<b>16 250</b>	<b>20</b>	<b>11</b>

Os custos de afiliação foram justificados com trabalho de técnicos (e.g. técnicos especializados, administrativos), pagamento de taxas (e.g. taxa promocional da Rede Europeia de Geoparques), participação em reuniões e conferências.

#### b) Benefícios

Os benefícios para as entidades gestoras de geoparques portugueses provêm de três tipos de fontes: públicos, privados e/ou externos. As respostas válidas ao questionário B variaram mediante o tipo de benefício (ou fonte): três (100%) privados e dois (67%) governamentais e externos.

<sup>34</sup> Apesar de Portugal já ter quatro geoparques, neste estudo só foram considerados três, uma vez que o último só entrou oficialmente para a Rede Mundial de Geoparques em setembro de 2014.



A Tabela 4.8 mostra a distribuição dos benefícios pelas diversas fontes, sendo que esta tipologia de bem recebe, em média, 360 935€ de entidades públicas, 80 656€ das privadas e 155 490€ das externas. O benefício médio total é de 424 940€.

Tabela 4.8: Fontes de receita nos geoparques (benefícios)

	Benefícios governamentais (€)	Benefícios privados (€)	Benefícios externos (€)
Respostas válidas	2	3	2
Média	360 935,4	80 656	155 490,4
Desvio padrão	428 415,3€	134 379,6	219 896,6
Mínimo	58 000	0	0
Máximo	663 870,7	235 783,1	310 980,7
<b>TOTAL</b>	<b>721 870,7</b>	<b>241 968,1</b>	<b>310 980,7</b>

Analisando a distribuição das fontes de receita pelas 3 categorias, constata-se que 57% advém de fontes governamentais, 24% de fontes externas e 19% de privadas (Figura 4.11).

Figura 4.11: Distribuição das fontes de receita nos geoparques



As entidades mencionaram que o município (ou região) onde está localizado o geoparque é o principal financiador das receitas públicas (ou governamentais).

### c) Benefício total líquido

Os benefícios obtidos pelos geoparques, provenientes das diversas fontes, superam os respetivos custos totais, incluindo os da candidatura e de afiliação (Tabela 4.9). Há evidência de benefícios económicos líquidos positivos para os geoparques decorrentes da sua ligação à UNESCO.

Tabela 4.9: Benefício total líquido, geoparques

	Custo de candidatura	Custo de afiliação total	Custo total	Benefícios totais	Benefício total líquido
Total (€)	109 937,2	55 400	165 337,2	1 274 819,5	1 109 483,4

### d) Impacto económico indireto

Avaliou-se o impacto económico segundo alguns indicadores, medidos antes e depois da sua inclusão na rede de geoparques.

Obtiveram-se três respostas válidas e foram apresentados dados, no máximo, de 8 indicadores<sup>35</sup>. Os indicadores com crescimento mais evidente são os visitantes (cerca de 103%) e o número de visitantes da comunidade escolar (com um valor de base de 15 500, crescimento de 57%), apesar de se verificar um crescimento de todos os indicadores. Ao nível de infraestruturas foi ainda referido, pelas entidades, a criação de novas unidades de alojamento turístico, nomeadamente, turismo rural e parques de campismo (Figura 4.12).

<sup>35</sup> A taxa de resposta por indicador é variável: visitantes 100%; tempo médio de estadia no local 67%; Despesa média por visitante/dia 33%; Visitantes da comunidade escolar 67%; Estabelecimentos hoteleiros 67%; Camas disponíveis 67%; Restaurantes 33%; Emprego 33%. As entidades que não responderam aos indicadores não foram contempladas na análise do seu crescimento.

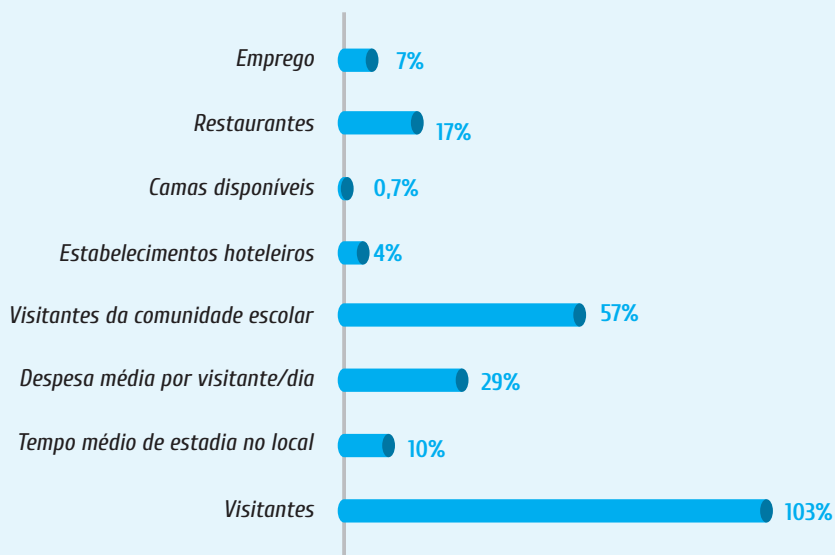


Figura 4.12: Impacto da atividade económica, geoparques

## 4.2 Custos, benefícios diretos e impacto económico indireto

### 4.2.4 Cátedras UNESCO

Às entidades gestoras das cátedras apenas foi solicitado o preenchimento dos inquéritos A e B, não sendo aplicável esta análise do impacto económico indireto.

#### a) Custo

##### » Candidatura

Duas das instituições gestoras das cátedras UNESCO apresentaram informação sobre a estimativa do tempo gasto na elaboração do processo de candidatura, tendo assim uma representatividade de 67%.

A duração do processo de candidatura para a inclusão na rede de cátedras UNESCO é, em média, de 1,25 meses, aproximadamente 5 semanas, variando entre 0,5 e 2 meses (2 a 8 semanas).

A estimativa dos custos suportados com o processo de candidatura foi parcelada por recursos humanos e deslocações, tendo sido consideradas as respostas de todas as cátedras.

O custo de uma candidatura à rede de cátedras UNESCO é, em média, de 13 250€, com uma variabilidade considerável, de 2750€ a 22 000€.

##### » Com a manutenção da chancela UNESCO

Neste item, obtiveram-se respostas com muitas lacunas, condicionando a sua validade e a avaliação. Dadas as condicionantes, só se consideraram os custos de afiliação expressos em euros e em recursos humanos.

O custo médio anual é de 46 152€ e a diferença entre o máximo e o mínimo é de 90 345€. Quanto aos recursos humanos, em média, envolve três funcionários por ano (Tabela 4.10).

Tabela 4.10: Custo anual de afiliação nas cátedras

	Custo anual de afiliação (€)	Recursos humanos
Respostas válidas	3	2
Média	46 151,67	2,5
Desvio padrão	47 666,35	0,7
Mínimo	9 655	2
Máximo	100 000	3
<b>TOTAL</b>	<b>138 455</b>	<b>5</b>

Os custos de afiliação reportados pelas instituições gestoras deste tipo de bem relacionam-se com recursos humanos e participação em reuniões UNESCO *Chair* e Secretariado Executivo.

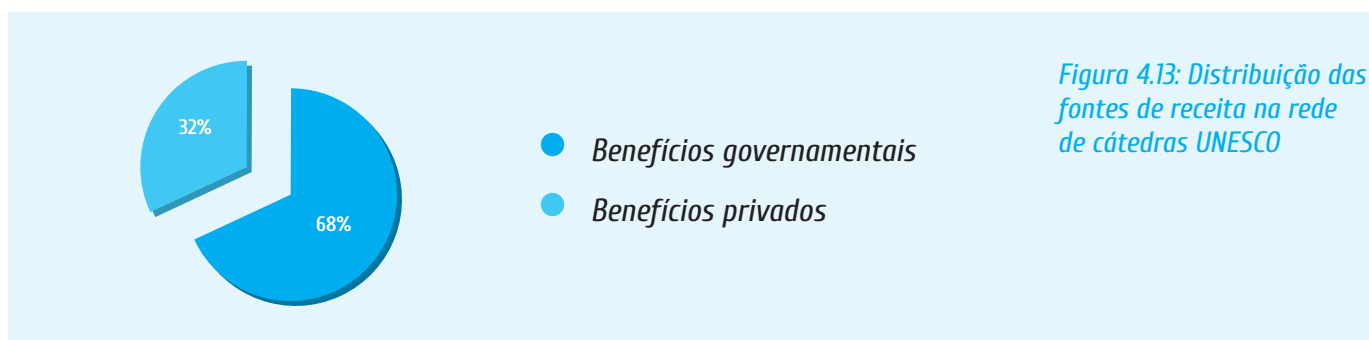
## b) Benefícios

Os benefícios para as cátedras provêm de duas fontes: pública e/ou privada (100% das cátedras prestaram informação sobre benefícios governamentais e 67% sobre os privados). A Tabela 4.11 mostra a distribuição dos benefícios pelas duas fontes. Cada cátedra recebe, em média, 34 000€ de entidades públicas e 15 667€ de privadas, perfazendo um benefício total médio de 49 667€.

Tabela 4.11: Fontes de receita das cátedras (benefícios)

	Benefícios governamentais (€)	Benefícios privados (€)
Respostas válidas	3	2
Média	34 000	15 666,67
Desvio padrão	30 647,19	5 131,6
Mínimo	0	10 000
Máximo	59 500	20 000
<b>TOTAL</b>	<b>102 000</b>	<b>47 000</b>

A Figura 4.13 representa as fontes de receita deste tipo de bem, evidenciando a preponderância das fontes governamentais (68%).



As principais fontes do benefício das cátedras advêm da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), Agência Nacional de Cultura Científica e da Fundação Calouste Gulbenkian. Observa-se, assim, que ainda há um longo caminho a percorrer para o alcance de níveis possíveis de receitas. Porém, estes resultados devem ser entendidos no contexto de estarmos na presença de cátedras muito jovens, isto é, em início de atividade, e que uma análise mais sustentada do porquê da situação obriga a ter mais e melhor informação, assim como a um estudo de *benchmarking*.

## c) Benefício total líquido

Distintamente das restantes classificações, neste caso os benefícios financeiros auferidos são, ainda, inferiores aos custos suportados (Tabela 4.12), o que é coerente com o facto de estarmos perante funcionalidades recentes, ainda em fase de crescimento na captação de benefícios.

Tabela 4.12: Benefício total líquido, cátedras

	Custo de candidatura	Custo de afiliação total	Custo total	Benefícios totais	Benefício total líquido
Total (€)	39 750	167 420	207 170	149 000	-58 170

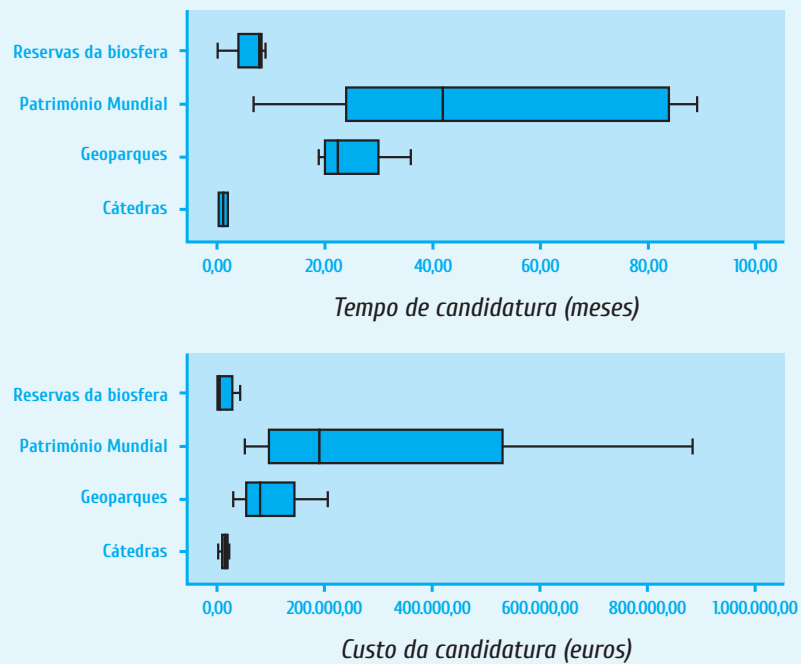


## 4.2 Custos, benefícios diretos e impacto económico indireto

### 4.2.5 Análise Comparativa das classificações UNESCO em Portugal

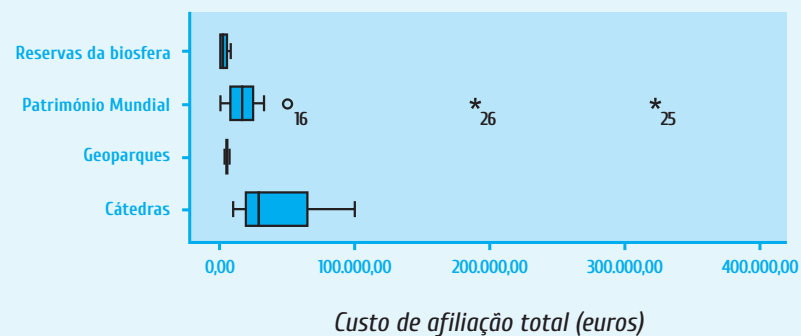
No que concerne ao custo e tempo despendidos com a candidatura à UNESCO, os sítios de património são notoriamente diferentes dos restantes itens, apresentando uma elevada variabilidade, destacando-se as candidaturas a Património Mundial como as mais morosas e onerosas. No extremo oposto, as cátedras são mais homogéneas entre si e o processo de candidatura é mais célere e menos dispendioso (Figura 4.14).

Figura 4.14: Tempo e custo da candidatura por tipologia de bem



Os custos anuais com a afiliação à UNESCO são muito semelhantes nos diversos bens. Não obstante, salientam-se as cátedras no que respeita a montantes superiores e dois valores elevados nos sítios do património mundial (*outliers*). Os valores mencionados pelos geoparques são muito semelhantes entre si, traduzindo-se numa variabilidade reduzida (Figura 4.15).

Figura 4.15: Custo de afiliação nas diversas classificações



Quanto aos benefícios (governamentais, privados e externos), a maior fatia de financiamento advém de fontes governamentais, com exceção das reservas da biosfera em que 52% das fontes de financiamento são externas. Indubitavelmente são os sítios do património mundial que auferem montantes de benefícios superiores. O valor médio

ascendeu a 14 060 633€, a que não é alheia a influência de valores atípicos elevados ou *outliers* (Figura 4.16).

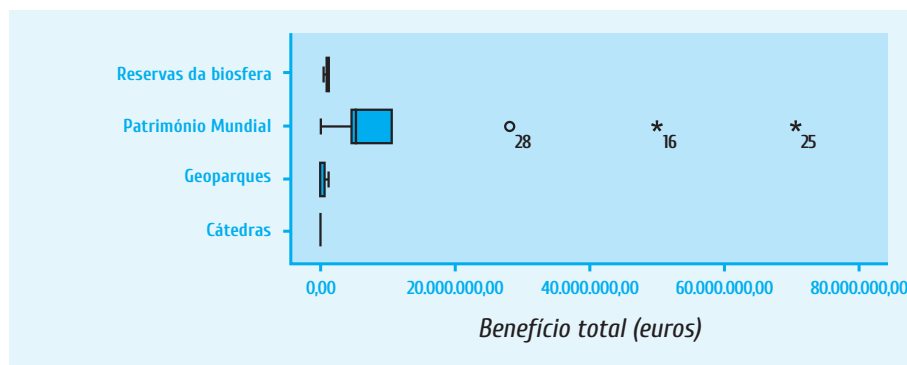


Figura 4.16: Benefícios totais nas diversas classificações

Genericamente é visível que os sítios do património mundial se destacam nas diversas variáveis sobre as quais foi recolhida informação. Parece claro que a aposta na ligação à rede da UNESCO tem permitido conseguir canalizar fontes de receita adicionais para esta tipologia de bens.

Quanto aos indicadores de impacto na atividade económica (Tabela 4.13) destaca-se, em todos os grupos analisados, o número de visitantes, com um crescimento entre 61% e 103%. Para além deste indicador, salienta-se o elevado crescimento dos visitantes da comunidade escolar nos geoparques e reservas da biosfera e do emprego nestas últimas. No património mundial, a dinâmica na atividade económica tem-se igualmente traduzido no acréscimo em infraestruturas de oferta (estabelecimentos hoteleiros e camas disponíveis).

Tabela 4.13: Crescimento nas diversas classificações (%)

	Visitantes	Tempo médio de estadia	Despesa média por visitante/dia	Visitantes da comunidade escolar	Estabelecimentos hoteleiros	Camas disponíveis	Restaurantes	Emprego
Património Mundial	70%	0,6%	-3%	-32%	55%	82%	4%	3%
Reservas da biosfera	61%	5,4%	40%	166%	0%	-3,4%	33%	67%
Geoparques	103%	10%	29%	57%	4%	1%	17%	7%

A Figura 4.17 resume o impacto económico da afiliação à UNESCO expresso em diversos indicadores económicos e turísticos dos diferentes bens.

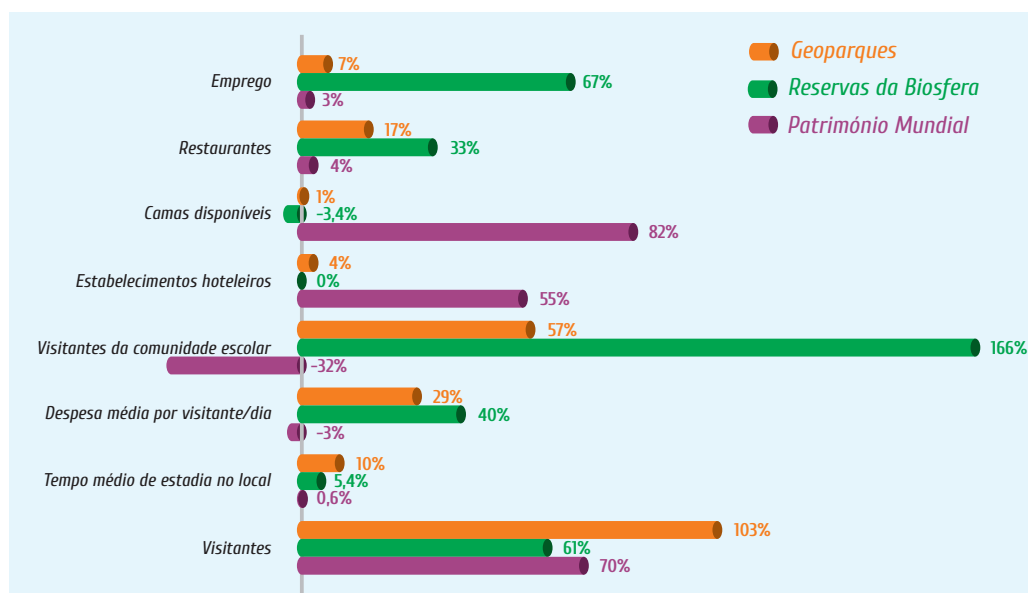


Figura 4.17: Indicadores económicos nas diversas classificações (%)

## V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

*O impacto na atividade económica decorrente da chancela UNESCO é positivo na generalidade dos indicadores nos grupos de bens em consideração, sendo plausível concluir que as classificações UNESCO propulsionam benefícios para a região envolvente.*

Com este trabalho pretendeu-se efetuar uma análise exploratória ao valor económico das várias classificações UNESCO, em Portugal, nomeadamente dos sítios inscritos na lista do património mundial, das reservas da biosfera, dos geoparques e das catedras.

O trabalho foi construído e desenvolvido tendo por base a administração de três questionários complementares com os quais se pretendeu recolher informação que permitisse ter uma primeira aproximação ao valor económico das diferentes classificações, em termos de custos, fontes de receita e o impacto na atividade económica. Simultaneamente, sendo o primeiro trabalho do género realizado no país, esteve também presente a deteção de algumas lacunas, nomeadamente, ao nível dos sistemas de informação, com a consequente proposta de recomendações para as alterar.

As conclusões extraídas resultam apenas da análise dos três questionários remetidos aos gestores dos sítios do património mundial, dos geoparques e das reservas da biosfera existentes em Portugal, não

tendo sido possível uma análise separada e diferenciada entre as diversas classificações. Esta circunstância leva a que os indicadores apresentados e a interpretação dos próprios questionários, face aos dados fornecidos, evidenciem uma dificuldade acrescida na interpretação da realidade, sobretudo no que respeita à gestão e impactos no desenvolvimento local, em particular no que toca ao desempenho de territórios com chancela UNESCO, como é o caso das reservas da biosfera e dos geoparques.

Como é expectável, dada a especificidade de sítios, bens, territórios e catedras, a análise exploratória efetuada deixa antever a existência de diferenças entre a tipologia da classificação, tanto ao nível dos custos como dos benefícios que, inevitavelmente, condicionam conclusões mais generalistas, sugerindo a apreciação repartida por quatro grupos. A Tabela 5.1 sintetiza os principais resultados do estudo.

O tempo médio das instituições a completar a candidatura varia entre 1,25 e 48,2 meses. Os custos com a candidatura diferem significativamente por

Tabela 5.1: Principais indicadores por classificação

	Sítios do património mundial	Reservas da biosfera	Geoparques	Catedras
TEMPO MÉDIO NO PROCESSO DE CANDIDATURA (MESES)	48,2	5,75	26	1,25
CUSTO MÉDIO DA CANDIDATURA (€)	320 706	14 250	54 969	13 250
CUSTO MÉDIO ANUAL DE AFILIAÇÃO (€)	47 123	2 760	5 417	46 152
BENEFÍCIO TOTAL MÉDIO (€)	14 060 633	957 789	424 940	49 667
FONTE DE RECEITA REPRESENTATIVA (%)	Governmentais 46%	Externas 52%	Governmentais 57%	Governmentais 68%
IMPACTO ECONÓMICO – INDICADOR MAIS EVIDENTE	Camas $\Delta=82\%$	Estabel. comerciais $\Delta=240\%$	Visitantes $\Delta=103\%$	-

grupo, atingindo montantes superiores nos sítios (património mundial), tornando-as mais morosas e dispendiosas. As cátedras e os sítios do património mundial são os bens que, em média, gastam mais recursos com a manutenção da chancela UNESCO. Quanto às fontes de receita, as instituições que gerem os sítios do património mundial são as que mobilizam montantes superiores. Neste sentido, estes últimos evidenciam-se simultaneamente do lado dos custos e dos benefícios, o que é concordante com o expectável, dada a sua maior longevidade de ligação à UNESCO.

A maior proporção de benefícios financeiros advém de fontes governamentais, com exceção das reservas de biosfera, onde os benefícios externos são a principal fonte de receita. As receitas próprias, em termos relativos, têm um peso reduzido, indiciando que existe ainda um percurso a efetuar no sentido de captar fundos privados.

Quanto ao impacto na atividade económica decorrente da chancela UNESCO verificou-se um efeito positivo na generalidade dos indicadores nos grupos de bens em consideração, sendo plausível concluir que as classificações UNESCO propulsionam benefícios para a região envolvente.

As reservas da biosfera salientam-se quanto ao crescimento reportado relativo ao número de visitantes gerais e da comunidade escolar, de empregos criados, à despesa média por visitante e à oferta de restaurantes. No entanto, não houve alteração do número de estabelecimentos hoteleiros e o número de camas disponíveis diminuiu.

Os geoparques distinguem-se igualmente pela atratividade crescente de visitantes da comunidade escolar, apresentando igualmente uma tendência positiva no que se refere ao número de visitantes, despesa média/visitante, tempo médio de estadia e criação de emprego local.

Nos sítios do património mundial evidencia-se a dinâmica na oferta de infraestruturas hoteleiras, certamente para dar resposta ao crescente número de visitantes, em termos médios. Não obstante,

tende a observar-se um decréscimo no número de visitantes escolares, o que é coerente com a redução da população escolar e com o alargamento da oferta de bens visitáveis pela comunidade escolar, implicando uma maior dispersão de visitas com consequências desfavoráveis para os bens sem efeito novidade. Considerando o valor intergeracional deste tipo de bens, esta tendência deverá ser colmatada pelas entidades responsáveis.

Ainda que não colocando em causa os principais resultados e conclusões do trabalho, na fase de análise foram sentidas limitações, sobretudo, relacionadas com falhas de informação. Desde logo, a inexistência de informação sistemática, com a consequente baixa taxa de resposta a algumas questões. A inexistência de dados foi mais evidente nos sítios do património mundial, dificultando a decomposição por tipologia, paisagens e sítios, e esta em monumentos e centros históricos.

A qualidade de informação também impossibilitou um procedimento analítico mais profundo dos custos e benefícios. Especificamente, os custos mencionados foram, maioritariamente, referentes ao último ano, e nas fontes de receita, os benefícios mencionados foram os totais, desde a sua inclusão ou referentes a um determinado período. Ainda na análise dos benefícios, foi complexo fazer a seriação pelas diversas fontes de receita, evidenciando-se desajustes dos benefícios totais com os parcelares (governamentais, não governamentais e externos).

O estudo global do impacto na atividade económica resultante da pertença às redes da UNESCO, nas diversas classificações, podia ter qualidade superior se existisse mais e melhor informação sobre todos os indicadores mencionados no questionário C.

Também a grande diversidade das classificações no que respeita ao tipo e à experiência de pertença à chancela UNESCO, dificultou um exercício analítico mais robusto. Nas classificações mais antigas, remontando à década de 80 do século passado, tornou-se particularmente difícil apurar custos com a referida classificação e de manutenção. Também nestes casos, o desfasamento temporal entre a



situação pré e pós classificação, dificulta a extração dos efeitos "UNESCO" dos do próprio bem na atividade económica envolvente. Esta separação de efeitos só poderá ser atestada com a recolha de informação específica. Por exemplo, num inquérito regular a visitantes aferir se o fato do bem ter a chancela UNESCO influencia ou não a visita, ou num estudo de disposição marginal a pagar, averiguar o diferencial de valor do bem ou território com e sem a classificação.

Em termos de **recomendações** emerge em primeiro lugar a resultante da principal limitação inerente a este estudo: a inexistência de um sistema de informação que permita responder de forma fácil e expedita às questões colocadas nos três questionários. Neste sentido, sugere-se às entidades gestoras a implementarem sistemas de informação que lhes permita a permanente monitorização e avaliação do bem, sítio, território ou cátedra, como um instrumento fundamental de gestão.

A título de exemplo apresentamos os indicadores inerentes ao plano de monitorização<sup>36</sup> em curso no Alto Douro Vinhateiro (Anexo 2), bem como o exemplo do Geoparque Arouca (Anexo 3), com o seu plano de gestão referenciado como um exemplo de boas práticas.

Num cenário de minimização de intervenção do Estado na atividade económica e da consequente maior concorrência entre as várias políticas públicas, as instituições são crescentemente solicitadas a fundamentar a sua atividade e o consequente financiamento público e a procurarem outras fontes de receitas junto por exemplo, da União Europeia ou ainda do setor privado. Considerando que a maioria das classificações UNESCO produz externalidades que se difundem amplamente pela sociedade, este desiderato assume um carácter prioritário, sendo necessário isolar os efeitos na atividade económica da região envolvente da pertença à chancela UNESCO, dos demais resultantes de outras forças que atuam em simultâneo.

<sup>36</sup> Os indicadores foram estabelecidos pela CCDR-N, Missão Douro, na sequência do exercício de avaliação realizado em 2013.

## REFERÊNCIAS

Bateman I., Carson R. T., Day, B., Hanemann, W. M., Hanley, N., Hett, T., Jones, A., M., Loomes, G., Mourato, S., Ozdemiroglu, E., Pearce, D. W., Sugden, R. e Swanson, J. (2002). *Economic Valuation with Stated Preference Techniques. A Manual*. Edward Elgar Publishing, UK.

Benhamou, F. (1996). Is Increased Public Spending for the Preservation of Historic Monuments Inevitable? The French Case. *Journal of Cultural Economics*, 20: 115-132.

Benhamou, F. (1997). Conserving Historic Monuments in France: A Critique of Official Policies. In Hutter, M e Rizzo, I.; (eds), *Economic Perspectives on Cultural Heritage*. St. Martin's Press, New York.

Eusébio, M. C. A (2006). *A avaliação do impacte económico do turismo a nível regional. O caso da Região Centro de Portugal*. Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial.

Frey, B. S. e L. Steiner (2011). World Heritage List: does it make sense?. *International Journal of Cultural Policy*, 17 (5): 555-573.

Guedes, Alexandre, S. (2014). *O Domínio do Cultural no Turismo Organizado – O Caso Português: Da polarização territorial à valorização endógena e local*. Tesis Doctoral. Universidade de Salamanca, Facultad de Geografia e Historia. Salamanca, Espanha.

Hutter, M. (1997). Economic Perspectives on Cultural Heritage: an Introduction. In Hutter, M. E Rizzo, I. (eds), *Economic Perspectives on Cultural Heritage*. St. Martin's Press, New York.

Jimura, T. (2011). The impact of world heritage site designation on local communities – A case study of Ogimachi, Shirakawa-mura, Japan. *Tourism Management*, 32: 288-296.

Klamer, A. (2003). A pragmatic view on values in economics. *Journal of Economic Methodology*, 10 (2): 1-24.

Lourenço-Gomes, L., Pinto, L.C., Rebelo, J. (2013a). Preservation of a rural and cultural landscape. Insights from the multinomial and error components logit model. *NEW MEDIT. A Mediterranean Journal of Economics, Agriculture and Environment*, 12 (2), 65 - 72.

Mignosa, A. (2001). *Attention Given to the Built Heritage: an Economic Analysis*. Università degli Studi di Catania, Catania.

Mitchell, R. e Carson, R. (1989). *Using Surveys to Value Public Goods. The Contingent Valuation Method*. Resources for the Future, Washington D.C., John Hopkins University Press, Baltimore.

Montemagno, G. (2002). Heritage and Tourism. In Rizzo I. e Towse R. (eds), *The Economics of Heritage. A study in the political economy of culture in Sicily*. Edward Elgar Publishing, UK.

Mossetto, G. (1992). A cultural good called Venice. In Towse, R. e Khaker, A. (eds.). *Cultural Economics*, Springer, Germany.

Nações Unidas (2014). *Factos Essenciais sobre as Nações Unidas*. Departamento de Informação Pública sobre as Nações Unidas. Nova Iorque. Edição on-line em <http://www.unric.org/pt/publicacao/31695-e-factos-essenciais-sobre-as-nacoes-unidas>

Noonan (2002). *Contingent Valuation Studies in the Arts and Culture: An Annotated Bibliograph*. (working paper). The Cultural Policy Center, University of Chicago. <http://culturalpolicy.uchicago.edu/CVMPapers/Noonan.html>.

Peacock, A. (1995). *A Future for the Past: The Political Economy of Heritage*. Edição on-line em <http://www.britac.ac.uk/pubs/src/keynes94/7sec5b.html>.

PricewaterhouseCoopers (2007). *The Costs and Benefits of UK World Heritage Site Status: A literature review for the Department for Culture, media and Sport*. [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/78450/PwC\\_literaturereview.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/78450/PwC_literaturereview.pdf)

Roberts, E., Sykes H. (2000). *Urban Regeneration: A Handbook*. SAGE Publications Ltd, London.

Seaman, B. (2003). The economic impact of the arts. In Towse, R. (ed.), *Handbook of Cultural Economics*. Edward Elgar.

Snowball, J. (2008). *Measuring the value of culture. Methods and examples in cultural economics*. Springer, Berlin.

Throsby, D. (2001). *Economics and Culture*. University Press, Cambridge, UK.

UNESCO (2009). *Architecture of National Commissions for UNESCO*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Edição on-line em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001842/184255e.pdf>

UNESCO (2013). *Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial*. <http://whc.unesco.org/en/guidelines/>

UK National Commission for UNESCO (2013). *Wider Value of UNESCO to the UK 2012-2013*. London, UK

# ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
<b>I. INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
1.1. Enquadramento e objetivo do estudo	7
1.2 Metodologia	7
<b>II. VALORAÇÃO ECONÓMICA DE AMENIDADES CULTURAIS E NATURAIS</b>	<b>10</b>
2.1 Problemática	10
2.2 Valor económico. Valores de uso e não uso	11
2.3 Custos	12
2.4 Métodos e técnicas de valoração económica	12
2.5 Conclusão	14
<b>III. AS REDES DA UNESCO EM PORTUGAL</b>	<b>16</b>
3.1 A UNESCO e a Comissão Nacional da UNESCO em Portugal	16
3.2. As redes da UNESCO em Portugal	21
3.2.1 Os sítios inscritos na Lista do Património Mundial	21
3.2.2 Reservas da biosfera	26
3.2.3 Geoparques	30
3.2.4 Cátedras UNESCO	34
3.2.5 Bens do Património Cultural Imaterial	35
3.2.6 Escolas Associadas da UNESCO	36
3.2.7 Centros e Clubes UNESCO	38
3.2.8. Bibliotecas Associadas da UNESCO	40
3.2.9 Centros de Categoria 2	42
<b>IV. CUSTOS E BENEFÍCIOS DA LIGAÇÃO ÀS REDES DA UNESCO</b>	<b>44</b>
4.1 Informação recolhida	44
4.2 Custos, benefícios diretos e impacto económico indireto	45
4.2.1 Sítios inscritos na Lista do Património Mundial	45
4.2.2 Reservas da Biosfera	52
4.2.3 Geoparques	55
4.2.4 Cátedras UNESCO	58
4.2.3 Análise Comparativa das classificações UNESCO em Portugal	60
<b>V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b>	<b>62</b>
REFERÊNCIAS	65
ÍNDICE	67
ÍNDICE DE FIGURAS	69
ÍNDICE DE TABELAS	71
<b>ANEXOS</b>	<b>72</b>
Anexo 1: Questionários A, B e C	72
Anexo 2: Indicadores do plano de Monitorização do Alto Douro Vinhateiro	77
Anexo 3: Indicadores do Geoparque Arouca referentes ao período entre 2008-2014	81





## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: Visão global dos custos	8
Figura 3.1: A sede da UNESCO em Paris	16
Figura 3.2: As áreas de atividade da UNESCO	17
Figura 3.3: Sítios, territórios e redes da UNESCO em Portugal	19
Figura 3.4: A UNESCO em Portugal	20
Figura 3.5: Sítios inscritos na Lista do Património Mundial	22
Figura 3.6: Património Mundial	25
Figura 3.7: Reservas da Biosfera	26
Figura 3.8: Reserva da Biosfera de Portugal	28
Figura 3.9: Geoparques	30
Figura 3.10: Geoparques portugueses	31
Figura 3.11: Geoparques de Portugal	32
Figura 3.12: Rede das Escolas Associadas da UNESCO	36
Figura 3.13: Centros e Clubes UNESCO	38
Figura 3.14: Bibliotecas Associadas da UNESCO	40
Figura 4.1: Tempo da candidatura nos sítios do património mundial por tipologia (meses)	45
Figura 4.2: Custo da candidatura nos sítios do património mundial por tipologia (euros)	46
Figura 4.3: Custo anual de afiliação nos sítios do património mundial por tipologia (euros)	47
Figura 4.4: Distribuição das fontes de receita nos sítios do património mundial	48
Figura 4.5: Fontes de receita média nos sítios do património mundial por tipologia (euros)	48
Figura 4.6: Impacto na atividade económica, sítios do património mundial (%)	50
Figura 4.7: Impacto na atividade económica, centros históricos e conjuntos (%)	50
Figura 4.8: Impacto na atividade económica, paisagens (%)	51
Figura 4.9: Distribuição das fontes de receita nas reservas da biosfera	53
Figura 4.10: Impacto na atividade económica (%), reservas da biosfera	54
Figura 4.11: Distribuição das fontes de receita nos geoparques	56
Figura 4.12: Impacto da atividade económica, geoparques	57
Figura 4.13: Distribuição das fontes de receita na rede de cátedras UNESCO	59
Figura 4.14: Tempo e custo da candidatura por tipologia de bem	60
Figura 4.15: Custo de afiliação nas diversas classificações	60
Figura 4.16: Benefícios totais nas diversas classificações	61
Figura 4.17: Indicadores económicos nas diversas classificações (%)	61



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.1: Sítios inscritos na Lista do Património Mundial	24
Tabela 3.2: Lista de Geoparques	31
Tabela 3.3: Rede de Escolas Associadas da UNESCO	37
Tabela 3.4: Rede de Centros e Clubes UNESCO	39
Tabela 3.5: Rede de Bibliotecas associadas da UNESCO	41
Tabela 4.1: Custo anual de afiliação nos sítios de património mundial	46
Tabela 4.2: Fontes de receita nos sítios de património mundial	47
Tabela 4.3: Benefício total líquido, património	49
Tabela 4.4: Custo anual de afiliação nas reservas da biosfera	52
Tabela 4.5: Fontes de receita nas reservas da biosfera	53
Tabela 4.6: Benefício total líquido, reservas da biosfera	53
Tabela 4.7: Custo anual de afiliação nos geoparques	55
Tabela 4.8: Fontes de receita nos geoparques (benefícios)	56
Tabela 4.9: Benefício total líquido, geoparques	56
Tabela 4.10: Custo anual de afiliação nas cátedras	58
Tabela 4.11: Fontes de receita das cátedras (benefícios)	59
Tabela 4.12: Benefício total líquido, cátedras	59
Tabela 4.13: Crescimento nas diversas classificações (%)	61
Tabela 5.1: Principais indicadores por classificação	62



## ANEXO 1. Questionários A, B e C

### 1.1. QUESTIONÁRIO A: Custo para entidades portuguesas com chancela UNESCO

A Comissão Nacional da UNESCO de Portugal (CNU), que tutela as questões para a UNESCO, solicita informação sobre os custos que acarreta para uma organização / entidade estar afiliada à UNESCO. Esta informação contribuirá para a análise sobre os benefícios para Portugal, demonstrando o quanto, muito ou pouco, custa para obter e manter a certificação /acreditação da UNESCO.

De forma a fornecer-nos os dados, muito agradecemos se pudesse preencher este breve questionário (5 questões).

Nota: Impossível fornecer dados, por se encontrarem diluídos no normal funcionamento da Direção Regional da Cultura.

Outros dados não disponíveis

#### Nome da Organização/Instituição

Programa da UNESCO e data da afiliação à UNESCO (Ano)

*e.g. Programa Catedras UNESCO, Património Mundial, Programa "O Homem e a Biosfera" – MAB, Geoparques (2001)*

Relatório elaborado por (Nome e cargo)

#### a) Custo da candidatura apresentada à UNESCO ou designação

Quanto tempo demorou a sua Organização a completar o processo de candidatura à UNESCO?

*(e.g. a tempo inteiro equivalente a uma pessoa, 3 meses para reunir a informação e preencher o formulário da UNESCO)*

Quanto custou à sua Organização para completar a candidatura?

*(os custos incluem estudo de viabilidade, serviços de consultoria, etc.)*

#### b) Custos em curso da afiliação à UNESCO ou sua designação

Quais são os custos financeiros extra que a sua Organização cobre para manter a designação da UNESCO?

€

*(Por favor, queira especificar quais são esses custos e a sua frequência e.g. taxa anual a pagar a uma rede, custo de uma avaliação quadrienal de um perito)*

*(custos que a sua Organização não teria de pagar se não fosse afiliada à UNESCO)*

Quanto tempo dos funcionários é gasto a reportarem regularmente sobre os requisitos exigidos relacionados com a designação da UNESCO?

*e.g. tempo gasto pelos funcionários a completar um relatório anual*

*Por favor indique quais os funcionários que completam as informações exigidas nos relatórios e.g. Coordenador, titular da Cátedra UNESCO*

*(caso seja possível quantificar o tempo em Euros, queira por favor fazê-lo);*

Existem outros custos para a sua Organização com chancela UNESCO?

*Fim do questionário*



## 1.2. QUESTIONÁRIO B: Discriminação das fontes de receita

A Comissão Nacional da UNESCO – Portugal (CNU), que tutela as questões para a UNESCO, solicita uma análise das diferentes fontes de financiamento para entidades portuguesas com chancela UNESCO, para melhor compreender o benefício para Portugal (quer seja a partir de entidades públicas, financiamentos externos ou do setor privado).

De forma fornecer-nos os dados empíricos necessários, muito agradecemos o preenchimento deste breve questionário (4 questões).

<b>Nome da Organização/Instituição</b>	
<b>Programa da UNESCO e data de criação (Ano)</b>	<i>e.g. Programa Catedras UNESCO, Património Mundial, Programa MAB</i> <i>e.g. 2009</i>
<b>Último ano com informações disponíveis (ano)</b>	<i>e.g. 2011-2012</i>
<b>Relatório elaborado por (Nome / Cargo)</b>	
<hr/>	
<b>Recursos Financeiros</b>	
<b>TIPO</b>	<b>Valor €</b>
<b>Total dos benefícios financeiros ou contribuições recebidas pela sua Organização</b>	€
<i>Estimativa do total desde o estatuto UNESCO ou anual, por favor insira qual (e.g. total dos fundos recebidos, investimento privado, taxas, doações, bolsas de investigação, etc.)</i>	
<b>Quais foram os benefícios financeiros totais financiados por diversas fontes, recebidos do Governo</b>	€
<i>(e.g. Autoridades locais, Conselhos de Investigação, outras Instituições Públicas)</i>	
<b>Quais foram os benefícios financeiros totais oriundos de fontes não-governamentais?</b>	€
<i>(e.g. recebidos de indústria, empresas privadas, parcerias, donativos privados, taxas, receitas do turismo, ONG's)</i>	
<b>Quais foram os benefícios financeiros totais de fontes externas?</b>	€
<i>(e.g. fundos europeus, bolsas de investigação externas, taxas recebidas de alunos estrangeiros, UNESCO, outras agências das Nações Unidas)</i>	
<hr/>	
<i>Fim do questionário</i>	

### 1.3. QUESTIONÁRIO C: Impacto económico indirecto

No âmbito do trabalho em curso, considera-se, também, de grande importância ter informação e conhecimento sobre o benefício (impacto) resultante da classificação/chancela UNESCO na economia, em especial, no turismo.

Ficáramos gratos, se preenchesse este breve questionário, eventualmente com a ajuda da entidade de turismo local ou outras instituições.

	Antes da classificação	Depois da classificação	Observações (pressupostos; fonte de dados; adequação da questão; inexistência de informação; outros)
<b>Ano de referência dos dados</b>		2013 (preferencial)	
<b>Visitantes por ano</b>	<b>Número</b>	<b>Número</b>	
- Total			
- Nacionais			
- Estrangeiros			
<b>Tempo médio de estadia no local classificado</b>	<b>Dias/h</b>	<b>Dias/h</b>	
- Total			
- Nacionais			
- Estrangeiros			
<b>Despesa média por visitante/dia</b>	<b>€</b>	<b>€</b>	Itens considerados na despesa:
(excluindo preço de entrada)			
-Total			
-Nacionais			
-Estrangeiros			
<b>Visitantes da comunidade escolar</b>	<b>Número</b>	<b>Número</b>	
- Alunos			
<b>Infraestruturas de oferta turística (na área limítrofe)</b>	<b>Número</b>	<b>Número</b>	Área/zona considerada:
- Estabelecimentos hoteleiros			
- Camas disponíveis			
- Restaurantes			
- Estabelecimentos Comerciais			
- Emprego			Tipologia do emprego:
<b>Outros indicadores relevantes</b>			
-			
-			



## ANEXO 2. Indicadores do plano de Monitorização do Alto Douro Vinhateiro

Objetivo Estratégico (PAT PIOTADV) 1.Preservação e valorização da Autenticidade e Integridade da paisagem do ADV						
Dim Monit	Objetivos específicos (PAT PIOTADV)	Indicadores	Unidade	Periodicidade	Desagregação	Fonte
PROCESSOS DA TUTELA	1.1 Preservação e valorização da paisagem	Área de vinha reconvertida anualmente investimento	euros	anual	ADV/RDD	DRAP-N
		Área de vinha apoiada – apoio à exploração	euros/hectare	anual	ADV/RDD	DRAP-N
		Produção de manuais de orientação	n.º	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N
		Ações no terreno e fiscalização (Entidade gestora do BEM, DRC-N,DRAP-N)	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N
		Ações de formação/sensibilização para técnicos e operadores de máquinas	n.º (formandos)	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N
	1.2 Preservação e valorização do património cultural (vernacular, arqueológico e imaterial)	Ações de formação/sensibilização para técnicos e operadores de máquinas	n.º (ações)	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N
		Reconstrução e construção de muros tradicionais do Douro	Km	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N
		Recuperação / reconstrução de património vernacular – investimento	euros	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N
		Recuperação / reconstrução de património vernacular	n.º (intervensões)	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N
	1.3 Preservação e valorização do património natural (flora e fauna)	Ações de recolha e difusão do património cultural	n.º (ações)	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N
		Preservação de matos, matas, repovoamentos florestais e galeria ripícola	hectares	anual	U.Paisagem/ADV	DRAP-N/CCDR-N/ICNF
	1.4 Preservação e valorização dos espaços públicos e aglomerados urbanos	Requalificação e valorização de espaços públicos	n.º (intervensões)	anual	ADV/RDD	CCDR-N, DRC-N, INE
		Requalificação e valorização de espaços públicos - investimento	euros	anual	ADV/RDD	CCDR-N, DRC-N, INE
		Promoção de atividades de animação e dinamização social, cultural e económica	n.º	anual	ADV/RDD	Câmaras Municipais/CCDR-N
	1.5 Integração na paisagem de construções para habitação e fins económicos	Intervenções visando a integração paisagística	n.º	anual	ADV/RDD	Câmaras Municipais/CCDR-N
		Intervenções visando a preservação e valorização do edificado :	n.º (intervensões)	anual	ADV/RDD	CCDR-N, DRC-N, INE
		Tipologia: Reconstrução	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N, DRC-N, INE
		Tipologia: Alteração	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N, DRC-N, INE
		Tipologia: Ampliação	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N, DRC-N, INE
		Tipologia: Construção nova	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N, DRC-N, INE
		Uso: Habitação	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N, DRC-N, INE
		Intervenções visando a preservação e valorização do edificado (cont.)	n.º (intervensões)	anual	ADV/RDD	CCDR-N, DRC-N, INE
		Uso: Armazém	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N, DRC-N, INE
		Uso: Indústria	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N, DRC-N, INE
1.6 Valorização e integração na paisagem de pedreiras, áreas envolventes das barragens, cais, e outras intrusões	Uso: Adega	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N, DRC-N, INE	
	Uso: Empreendimento turístico	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N, DRC-N, INE	
	Ações tendentes à eliminação de dissonâncias ambientais	n.º	anual	ADV/RDD	Câmaras Municipais/CCDR-N/IMT	
	Projetos sujeitos a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N/APA	

Objetivo Estratégico (PAT PIOTADV). Fomento das capacidades de inovação e de difusão do conhecimento técnico e científico pelo território							
Dim Monit	Objetivos específicos (PAT PIOTADV)	Indicadores	Unidade	Periodicidade	Desagregação	Fonte	
ATIVIDADES ECONÓMICAS	3.1 Apoio a atividades de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D+i), com impacto económico no território	Ações de inovação	n.º	anual	ADV/RDD	UTAD/IPB/ADVID/DRAP-N	
	3.2 Difusão do conhecimento pelos atores do território	Ações de difusão do conhecimento	n.º + público alvo	anual	ADV/RDD	UTAD/IPB/ADVID/DRAP-N	
	4.1 Fomento da competitividade, a internacionalização e sustentabilidade do setor vitivinícola		Número de exploradores na RDD	n.º	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário
			Produção de vinho do Porto	litros	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário
			Venda de vinho do Porto	litros	anual	ADV/RDD	IVDP/INE
			Venda de vinho do Porto	€	anual	ADV/RDD	IVDP/INE
			Produção de outros vinhos	litros	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário
	4.2 Fomento da competitividade, internacionalização e sustentabilidade do turismo		Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros	n.º	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário
			Capacidade de Alojamento	n.º (camas)	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário
			Estada Média no Estabelecimento	n.º (noites)	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário
			Visitas aos centros de receção das Quintas	n.º	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário
			Frota a operar na via navegável do Douro	n.º (embarcações)	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário
			Turistas na via navegável do Douro (pelo menos uma eclusa de navegação)	n.º	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário
			Operadores turísticos	n.º	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário
			Ações de sensibilização da população local	n.º	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário
			Comunicados de imprensa	n.º	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário
			Ações de promoção (tipologias: participação em feiras, organização de workshops e seminários, etc)	n.º	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário
4.3 Fomento de atividades complementares (produtos agrícolas, artesanato, produtos locais)		Inserções (publicidade/artigos) em jornais locais, regionais, nacionais e internacionais	n.º	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário	
		Projetos licenciados	n.º	anual	ADV/RDD	DRAP-N/CCDR-N/Turismo/entidades gestoras fundos comunitário	
		Jovens agricultores que se instalam na região	n.º	anual	ADV/RDD	DRAP-N	

		Indicadores	Unidade	Periodicidade	Desagregação	Fonte
DINÁMICAS POPULACIONAIS	Dinâmicas populacionais	População Residente - Total	n.º	anual	Concelho	INE
		População Residente - Homens	n.º	anual	Concelho	INE
		População Residente - Mulheres	n.º	anual	Concelho	INE
		População Residente - (15-64)	n.º	anual	Concelho	INE
		Taxa de Natalidade (ou Taxa Bruta de Natalidade)	%	anual	Concelho	INE
		Índice de Envelhecimento	%	anual	Concelho	INE
		Alunos Matriculados no Ensino Básico	%	anual	Concelho	INE
		Alunos Matriculados no Ensino Secundário	%	anual	Concelho	INE
		Alunos Matriculados no Ensino Superior	%	anual	Concelho	INE



Objetivo Estratégico (PAT PIOTADV) 2. Divulgação e apropriação pública dos valores de inscrição do ADV pela UNESCO						
Dim Monit	Objetivos específicos (PAT PIOTADV)	Indicadores	Unidade	Periodicidade	Desagregação	Fonte
COMUNICAÇÃO	2.1 Divulgação, reconhecimento e apropriação pública (nacional e internacional) dos valores identitários do ADV Património Mundial	Ações de promoção	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N/Turismo/IVDP/LADPM/Museus/Inst. Ensino
		Ações de promoção	n.º (participantes)	anual	ADV/RDD	CCDR-N/Turismo/IVDP/LADPM/Museus/Inst. Ensino
	2.2 Apropriação dos valores da inscrição UNESCO pelos residentes e atores do território	Ações de sensibilização	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N/Turismo/IVDP/LADPM/Museus/Inst. Ensino
		Ações de sensibilização	n.º (participantes)	anual	ADV/RDD	CCDR-N/Turismo/IVDP/LADPM/Museus/Inst. Ensino
	2.3 Comunicação de proximidade e sensibilização para as boas práticas agrícolas, ambientais e patrimoniais	Ações de sensibilização	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N/Turismo/IVDP/LADPM/Museus/Inst. Ensino /Assoc. setoriais
		Ações de sensibilização	n.º (participantes)	anual	ADV/RDD	CCDR-N/Turismo/IVDP/LADPM/Museus/Inst. Ensino /Assoc. setoriais
		Ações de divulgação	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N/Turismo/IVDP/LADPM/Museus/Inst. Ensino /Assoc. setoriais
	2.4 Comunicação do ADV	Notícias	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N/Turismo/IVDP/LADPM/Museus/Inst. Ensino /Assoc. setoriais
		Visitas a websites institucionais	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N/Turismo/IVDP/LADPM/Museus/Inst. Ensino /Assoc. setoriais
		Vídeos	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N/Turismo/IVDP/LADPM/Museus/Inst. Ensino /Assoc. setoriais
		Publicações	n.º	anual	ADV/RDD	CCDR-N/Turismo/IVDP/LADPM/Museus/Inst. Ensino /Assoc. setoriais

Fonte: Gabinete Técnico Missão Douro (2014). Plano de Monitorização do Alto Douro Vinhateiro, CCDR-N/ESRVR/GTMD, Vila Real.



## ANEXO 3. Indicadores do Geoparque Arouca referentes ao período entre 2008-2014

Objetivo estratégico	Área / Temática / Atividade/ Acção	Indicadores Arouca Geopark 2008-2014					
		Designação	Realização	Resultado	Impacto	Unidade	Valor
1- Proteger, valorizar, dinamizar os recursos naturais e patrimoniais	Geossítios intervencionados	Intervenções	X			nº	6
		Áreas valorizadas		X		nº	6
		Áreas valorizadas		X		m2	5000
		Investimento em geossítios	X			€	181.500,00 €
	Centros de interpretação	Novos centros de interpretação criados	X			nº	1
		Criação de postos de trabalhos diretos			X	nº	2
		Visitantes			X	nº/ano	30.000
		Volume de negócio			X	€/ano	32.000
		Investimento em centros interpretativos	X			€ total	250.000,00 €
	Ações de valorização de recursos e de património	nº intervenções	X			nº/ano	10
		Áreas valorizadas		X		ha.	100
		linhas de águas limpas	X			nº/ano	2
	Investimentos em infraestruturas de qualificação / requalificação espaços históricos / Naturais/ Culturais	Nº de projectos apoiados por Fundos comunitários (parceiros)	x			nº	6
		Investimento realizado (Autarquia)	X			€ total	5.000.000,00 €
	Sinalização / Interpretação	Painéis /placas colocadas	X			nº	230
Investimento realizado			X		€ total	40.000,00 €	

Objetivo estratégico	Área / Temática / Atividade/ Acção	Indicadores Arouca Geopark 2008-2014					
		Designação	Realização	Resultado	Impacto	Unidade	Valor
2- Organizar e promover acções de educação e sensibilização ambiental	Ações de formação	Acções de formação executadas	X			Nº total	8
		Formandos certificados		X		Nº total	120
		Investimento realizado		X		€	16.000,00 €
	Ações de ciência Viva no Verão	Acções Ciência Viva Verão executadas (AGA)	X			Nº total	36
		Acções Ciência Viva Verão executadas (Universidades)	X			Nº total	24
		Investimento realizado		X		€	12.000,00 €
		Participantes	X			Nº total	1200
	apresentações científicas	apresentações científicas realizadas	X			nº /ano	8
	Teses científicas	nº de teses científicas apoiadas	X			nº /ano	2
	Excursões científicas	2-	X			Nº	6
		Participantes em excursões científicas	X			nº total	300

Objetivo estratégico	Área / Temática / Atividade/ Acção	Indicadores Arouca Geopark 2008-2014					
		Designação	Realização	Resultado	Impacto	Unidade	Valor
3- Organizar, promover e dinamizar o turismo numa perspectiva de desenvolvimento económico e criação de emprego para desenvolvimento sustentável	Iniciativas empresariais relacionadas	Novas iniciativas empresariais relacionadas	X			nº	6
		Investimentos indiretos realizados	X			€	300.000,00 €
		Postos de trabalhos Indiretos criados		X		nº	7
		Empreendedores acompanhados / apoiados	X			nº	4
		Painéis /placas colocadas	X			nº	250
		Investimento realizado		X		€	50.000,00 €
	Visitas turísticas Guiadas com guia interprete local	Média de visitas turísticas organizadas em grupo e guiadas	X			nº/ano	17
		Média de turistas em visitas guiadas	X			nº/ano	850

Objetivo estratégico	Área / Temática / Atividade/ Acção	Indicadores Arouca Geopark 2008-2014					
		Designação	Realização	Resultado	Impacto	Unidade	Valor
4- Organizar e promover eventos turísticos e culturais	Feiras de Turismo	Participação em Feiras Internacionais de Turismo	X			nº /ano	2
		média de Investimento realizado	X			€/ano	3.000,00 €
	Eventos temáticos	média de Organização de eventos próprios	X			nº /ano	6
		Investimento médio realizado pela estrutura de gestão do Geopark na área de eventos	X			€/ano	3.000,00 €
		Investimento médio realizado na área de eventos pela autarquia	X			€/ano	200.000,00 €
		Média de parcerias em eventos	X			nº total	80

Objetivo estratégico	Área / Temática / Atividade/ Acção	Indicadores Arouca Geopark 2008-2014						
		Designação	Realização	Resultado	Impacto	Unidade	Valor	
5 - Promover a qualidade e a excelência do destino Arouca Geopark	Welcome Center - loja de Turismo Arouca Geopark	Nº de postos de trabalhos diretos criados		X		nº total	2	
		Investimento realizado (Autarquia)	X			€	396.197,16 €	
		Média de pedidos de informação presenciais prestados		X		nº /ano	4.000	
	Visitantes /turistas ao Arouca Geopark	Média de visitantes (Excursionistas + Turistas)					nº /ano	25.000
		Média de alunos em visitas educativas acompanhadas por técnicos do Geopark	X				nº /ano	5.000
		Visitantes estrangeiros			X		%	15%
		Média de dormidas			X		nº /ano	21.350
		Novas unidades hoteleiras desde 2008			X		nº total	7
		Volume de negócio médio estimado na Hotelaria				X	€/ano	797.500,00 €
		Média de Participantes em atividades de animação turística				X	nº /ano	3.000
		Volume de negócio média estimado na Animação Turística				X	€/ano	75.000,00 €
		Média do volume de negócio estimado nos museus				X	€/ano	60.000,00 €
		Média do volume de negócio estimado na restauração				X	€/ano	4.106.250,00 €
		média do volume de negócio estimado no setor turístico				X	€/ano	5.038.750,00 €

Objetivo estratégico	Área / Temática / Atividade/ Acção	Indicadores Arouca Geopark 2008-2014					
		Designação	Realização	Resultado	Impacto	Unidade	Valor
6 - Promover o conhecimento e o reconhecimento do Arouca Geopark	Candidatura à EGN GGN - UNESCO	Apresentação e reconhecimento da candidatura às redes EGN   GGN   UNESCO	X			nº	1
	Organização de congressos internacionais	Congressos internacionais realizados	X			nº	2
		Participantes nos congressos internacionais	X			nº	569
		Orçamento executado relativo aos congressos internacionais	X			€	190.000,00 €
	Exposições e concursos	Exposições e concursos realizados	x			nº /ano	5
	Livros editados	Lançamento de Edições	X			nº total	5
	Filmes, documentários, Vídeos criados	Realização de vídeos /spots promocionais	X			nº total	3
		Realização de documentários científicos - Geosfera (30 min cada)	X			nº total	7
		Audiência televisiva do programa Geosfera na RTP2		X		nº/telespetadores/exibição	200.000
		Realização total documentários	X			nº total	10

Objetivo estratégico	Área / Temática / Atividade/ Acção	Indicadores Arouca Geopark 2008-2014					
		Designação	Realização	Resultado	Impacto	Unidade	Valor
7 - Executar Estratégia de Marketing e realizar acções de promoção e comunicação	Marca Arouca Geopark	Registo no RNPI	X			nº	1
	Registo Site	Registo de domínio	X			nº	1
	Label "Arouca Geopark"	Estabelecimentos aderentes ao Label "Arouca Geopark"		X		nº total	16
	Promoção dos Produtos locais	produtos locais reconhecidos com o Label "Arouca Geopark"		X		nº total	6
		Novos produtos criados relacionados		X		nº total	10
	Arouca Geopark nos Média	Notícias internacionais publicadas	X			nº/ano	5
		Notícias nacionais publicadas	X			nº/ano	22
		Notícias regionais publicadas	X			nº/ano	68
		Notícias locais publicadas	X			nº/ano	75
		Divulgação em rádio nacional	X			nº/ano	2
		Divulgação em rádio regional	X			nº/ano	12
		Participações em Programas televisivos nacionais	X			nº/ano	3
		tempo de antena em Programas televisivos nacionais	X			min /ano	30



Objetivo estratégico	Área / Temática / Atividade/ Acção	Indicadores Arouca Geopark 2008-2014						
		Designação	Realização	Resultado	Impacto	Unidade	Valor	
8 - Dinamizar a estrutura de Gestão e estabelecer parcerias	Plano de acções (integrado no plano estratégico)	Execução de Plano Estratégico	X			n°	1	
		Acções previstas no plano 2008-2013 executadas	X			n° total	74	
		taxa de Execução das Acções 2008-2013	X			%	86%	
	Dinamização da AGA ( Estrutura de gestão do Arouca Geopark)	Postos de trabalhos diretos criados			X		n° total	10
		Orçamento realizado Total	X				média € /ano	250.000 €
		Fundos Europeus diretos alavancados			X		€ Total	1.000.000 €
		projetos co-financiados aprovados	X				n°	7
		Missão de avaliação EGN   GGN   UNESCO	X				n°	2
		Entidade Certificada pela ISO 9001:2008	X	X			n°	1
		Auditorias ISO 9001:2008 sujeitas	X				n°	3
	Site do Arouca Geopark	n° de visitantes médio				n° /ano	150.000	
	Parcerias estabelecidas	N° de parcerias estratégicas com protocolos estabelecidos	X			n° total	25	
	Associados	N° de Associados	X			n° total	40	

Fonte: AGA -2014





Comissão Nacional da UNESCO - Portugal  
Portuguese National Commission for UNESCO



[www.unescoportugal.mne.pt](http://www.unescoportugal.mne.pt)